



banrisul

Demonstrações Financeiras

Março de 2025

Sumário

Press Release	3
Análise de Desempenho	9
Relatório da Administração	23
Balanco Patrimonial	33
Demonstração do Resultado	35
Demonstração do Resultado Abrangente	36
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	37
Demonstração dos Fluxos de Caixa	38
Demonstração do Valor Adicionado	39
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	40
Nota 01 – Contexto Operacional.....	40
Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	40
Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis	49
Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis	61
Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos.....	63
Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa	83
Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	83
Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	83
Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários	84
Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	85
Nota 11 – Outros Ativos Financeiros.....	90
Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários	92
Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários	92
Nota 14 – Outros Ativos	93
Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas	93
Nota 16 – Investimentos em Coligadas e Controladas.....	94
Nota 17 – Imobilizado de Uso	95
Nota 18 – Intangível	96
Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	97
Nota 20 – Outros Passivos Financeiros.....	99
Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	99
Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos	99
Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	101
Nota 24 – Outros Passivos	103
Nota 25 – Patrimônio Líquido.....	103
Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços	105
Nota 27 – Despesa de Pessoal	105
Nota 28 – Outras Despesas Administrativas.....	106
Nota 29 – Outras Receitas Operacionais	106
Nota 30 – Outras Despesas Operacionais.....	106
Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	107
Nota 32 – Lucro por Ação	107
Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados.....	107
Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes	120
Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas.....	121
Nota 36 – Outras Informações	123
Relatórios	124
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	124

Press Release

Apresentamos a seguir, de forma sintética, o desempenho do Banrisul no primeiro trimestre de 2025.

Ambiente de Negócios

O cenário econômico internacional surpreendeu, em boa medida, pela maior resiliência da atividade global, em que pese a desaceleração gradual da economia chinesa e o contexto de recessão no setor industrial europeu. Neste contexto, a inflação em economias centrais se mostrou mais elevada do que era projetado no início do ano. Ao longo do último trimestre de 2024, o dólar exibiu forte valorização ante moedas pares, o que se refletiu também em um fator de desvalorização cambial para moedas de economias emergentes.

Neste cenário, a atividade no Brasil voltou a superar as previsões de mercado, com o PIB doméstico encerrando o ano com crescimento de 3,4% sobre 2023, impulsionado, principalmente, pela aceleração do ritmo de expansão da indústria, do setor de serviços, do consumo das famílias e do investimento. Entretanto, a inflação manteve-se elevada e distante da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o que levou o Banco Central do Brasil (Bacen) a tornar a elevar a taxa básica de juros – a Selic.

A economia do Rio Grande do Sul (RS) exibiu força, com o PIB acumulando expansão de 4,9% em 2024, quando comparado com o ano anterior. Já o mercado de crédito no RS registrou crescimento de 14,8% ante 2023, e a taxa média de inadimplência do sistema financeiro no Rio Grande do Sul foi de 2,5%, mantendo-se abaixo do registrado no Brasil como um todo.

Nossa carteira de crédito manteve destaque para a Conta Única no segmento pessoa jurídica. Para pessoas físicas, divulgamos no início de 2025 o produto Home Equity, que tem como garantia principal o imóvel do cliente e foi disponibilizado em diversas modalidades, dentre elas o uso da mesma garantia para múltiplas operações. No segmento imobiliário, anunciamos dotação de R\$1,0 bilhão para apoio ao setor de construção civil no plano empresário, direcionado a empreendimentos residenciais.

Iniciamos a modernização dos equipamentos de autoatendimento (ATMs) que passam a possibilitar transações de depósitos em dinheiro *online* para mais de 150 bancos interligados a Rede Banco24Horas. Somos o 1º banco no Brasil a compartilhar nossa rede de autoatendimento. Aprimoramos a jornada dos clientes nos Canais Digitais e expandimos a marca Banrisul para todo o território nacional com a abertura de Conta Digital para pessoa física, alcançando 100 mil novos clientes.

No âmbito da governança corporativa, nossas ações tiveram inclusão inédita no Índice Carbono Eficiente B3, ICO2 B3 na carteira de janeiro a abril. Nosso *rating*, reafirmado como estável pelas principais agências de classificação de risco, teve sua nota elevada em escala nacional para AA-.br consolidando nossa solidez financeira.

Indicadores Econômico-Financeiros

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	1T2025	4T2024	1T2024	1T2025/ 1T2024	1T2025/ 4T2024
Margem Financeira	1.514,5	1.511,5	1.394,3	8,6%	0,2%
Perdas Líquidas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(334,7)	(189,3)	(286,3)	16,9%	76,8%
Receitas de Prestação de Serviços	549,9	581,8	535,5	2,7%	-5,5%
Despesas Administrativas	(1.159,4)	(1.218,1)	(1.114,2)	4,1%	-4,8%
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(122,9)	(199,6)	(121,7)	1,0%	-38,4%
Outras Receitas / (Despesas operacionais)	(36,7)	(79,9)	(54,7)	-33,0%	-54,1%
Lucro Líquido	241,5	284,0	187,6	28,8%	-15,0%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Mar 2025	Dez 2024	Mar 2024	Mar 2025/ Mar 2024	Mar 2025/ Dez 2024
Ativos Totais	151.262,2	147.417,9	129.228,7	17,0%	2,6%
Tesouraria ⁽¹⁾	41.077,4	39.801,8	35.422,3	16,0%	3,2%
Operações de Crédito ⁽²⁾	64.009,8	62.058,9	53.861,7	18,8%	3,1%
Provisão para Perdas Esperada Associada ao Risco de Crédito	(3.328,0)	(2.600,5)	(2.694,3)	23,5%	28,0%
Créditos em Atraso ⁽³⁾	1.388,2	1.072,0	1.287,0	7,9%	29,5%
Recursos Captados e Administrados	118.274,2	116.129,2	103.349,5	14,4%	1,8%
Patrimônio Líquido	10.413,2	10.413,7	9.802,2	6,2%	0,0%
Patrimônio de Referência Conglomerado Prudencial	11.582,5	11.564,6	10.043,8	15,3%	0,2%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ Milhões	1T2025	4T2024	1T2024	1T2025/ 1T2024	1T2025/ 4T2024
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos ⁽⁴⁾	90,0	146,9	50,0	80,0%	-38,7%
Valor de Mercado	4.392,4	4.171,5	5.459,8	-19,6%	5,3%
Valor Patrimonial por Ação	25,46	25,46	23,97	6,2%	0,0%
Preço Médio da Ação (R\$)	10,29	10,46	14,28	-27,9%	-1,6%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	0,59	0,69	0,46	28,8%	-15,0%
Índices Financeiros	1T2025	4T2024	1T2024		
ROAA Ajustado Anualizado ⁽⁵⁾	0,6%	0,8%	0,6%		
ROAE Ajustado Anualizado ⁽⁶⁾	9,3%	11,0%	7,7%		
Índice de Eficiência Ajustado ⁽⁷⁾	64,8%	65,5%	65,1%		
Índice de Inadimplência ⁽⁸⁾	2,17%	1,73%	2,39%		
Índice de Cobertura ⁽⁹⁾	239,7%	242,6%	209,3%		
Índice de Provisionamento ⁽¹⁰⁾	5,2%	4,2%	5,0%		
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	15,8%	17,2%	17,6%		
Indicadores Estruturais	Mar 2025	Dez 2024	Mar 2024		
Agências	493	492	492		
Postos de Atendimento	116	118	125		
Pontos de Atendimento Eletrônico	311	360	403		
Colaboradores	9.364	9.462	9.437		
Indicadores Econômicos	1T2025	4T2024	1T2024		
Selic Efetiva Acumulada	2,99%	2,68%	2,62%		
Variação Cambial (%)	-5,74%	10,02%	1,69%		
IGP-M	0,99%	3,81%	-0,92%		
IPCA	2,04%	1,48%	1,42%		

(1) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades e deduz as obrigações compromissadas.

(2) Inclui, a partir de 2025, as debêntures, no âmbito da implantação do novo COSIF 1.5, e a Resolução CMN nº 4.966/21.

(3) No ano de 2024, refere-se aos atrasos > 90 dias. A partir de 2025, visando manter a comparabilidade, são consideradas as operações com atrasos entre 90 e 360 dias.

(4) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos, creditados e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).

(5) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(6) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

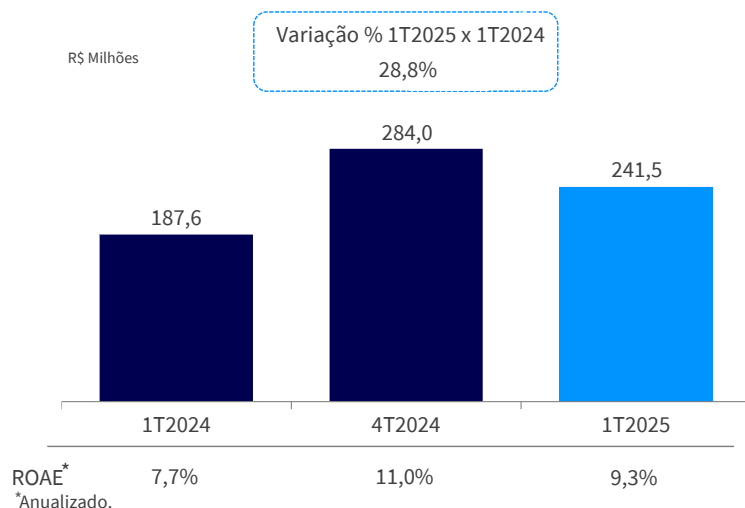
(7) (Despesas de pessoal + outras despesas administrativas) / (margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais - outras despesas operacionais - despesas cíveis, fiscais e trabalhistas)). Considera receitas e despesas realizadas nos últimos 12 meses.

(8) No ano de 2024, refere-se aos atrasos > 90 dias/Operações de Crédito. A partir de 2025, visando manter a comparabilidade, são consideradas as operações com atrasos entre 90 e 360 dias/Operações de Crédito.

(9) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito / atrasos > 90 dias. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito / operações com atrasos entre 90 e 360 dias.

(10) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito / Operações de Crédito. A partir 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito / Operações de Crédito.

Destaques Financeiros



O **lucro líquido** alcançou **R\$241,5 milhões** no 1T2025, um aumento de 28,8% ou R\$53,9 milhões frente ao lucro líquido do 1T2024, refletindo especialmente (i) aumento da margem financeira, (ii) as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, (iii) aumento das receitas de prestação de serviços e (iv) moderado crescimento das despesas administrativas.

Frente ao 4T2024, o lucro líquido do 1T2025 apresentou redução de 15,0% ou R\$42,5 milhões, desempenho que

reflete especialmente (i) relativa estabilidade da margem financeira, (ii) as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, (iii) redução das receitas de prestação de serviços, (iv) retração das despesas administrativas, (v) resultado favorável de outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, (vi) menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis, e (vii) consequente efeito tributário.

A **margem financeira** no 1T2025 totalizou **R\$1.514,5 milhões**, com aumento de 8,6% ou R\$120,2 milhões frente ao 1T2024, trajetória que reflete, em especial, o crescimento das receitas com juros mais expressivo que o aumento das despesas com juros, em um contexto de aumento da Taxa Selic efetiva e aumento no volume de operações de crédito.

A **margem financeira sobre ativos rentáveis** anualizada do 1T2025, 4,48%, apresentou redução de 0,42 pp. em relação ao 1T2024.

Em 2025 com a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, houve substituição do modelo a provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de rating: “AA” até “H” para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3. As **perdas esperadas associadas ao risco de crédito**, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, do 1T2025 apresentaram crescimento de 16,9% ou R\$48,4 milhões frente ao 1T2024 e de 76,8% ou R\$145,4 milhões frente ao 4T2024, refletindo, especialmente, o incremento da carteira de crédito e das operações em atraso.

As **receitas de prestação de serviços** no 1T2025 apresentaram aumento de 2,7% ou R\$14,4 milhões frente ao 1T2024, refletindo, especialmente, o aumento da receita com prestação de serviços cambiais e das rendas de cartão de crédito. No comparativo entre o 1T2025 e o 4T2024, essas receitas demonstraram redução de 5,5% ou R\$32,0 milhões face, especialmente, à retração das receitas de serviços da Banrisul Pagamentos, redução da receita com prestação de serviços cambiais e comissões de corretagem de seguros.

Composição das Receitas de Prestação de Serviços - R\$ Milhões

	1T2025	4T2024	1T2024	1T2025/ 1T2024	1T2025/ 4T2024
Administração de Fundos	30,3	28,5	27,4	10,3%	6,4%
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	134,9	153,5	137,8	-2,1%	-12,1%
Cartão de Crédito	59,0	60,5	53,1	11,1%	-2,4%
Cobrança e Serviços de Custódia	13,8	15,1	12,0	14,4%	-8,8%
Comissões de Corretagem de Seguros	74,4	78,4	69,5	7,1%	-5,1%
Serviços de Conta Corrente	152,3	153,5	153,3	-0,7%	-0,8%
Administração de Consórcio	31,0	29,6	36,4	-14,8%	4,6%
Resultado de Prestação de Serviços Cambiais	29,4	38,8	21,1	39,5%	-24,3%
Demais Receitas ⁽¹⁾	24,8	23,9	24,8	0,0%	3,9%
Total	549,9	581,8	535,5	2,7%	-5,5%

(1) Inclui, principalmente, serviços de arrecadação.

As **despesas administrativas**, constituídas por despesas de pessoal e outras despesas administrativas, no 1T2025, apresentaram aumento de 4,1% ou R\$45,2 milhões frente as despesas administrativas do 1T2024 e redução de 4,8% ou R\$58,7 milhões na comparação com o 4T2024.

As despesas de pessoal apresentaram aumento de 5,5% ou R\$33,5 milhões na comparação entre o 1T2025 e o mesmo período de 2024, influenciada, principalmente, pelos acordos coletivos da categoria; enquanto as outras despesas administrativas cresceram 2,3% ou R\$11,6 milhões no período, influenciadas, especialmente, pelo aumento das despesas com amortização e depreciação, devido à mudança de normativo, Resolução CMN nº 4.975/21, que unificou a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários e a consequente redução das despesas com aluguéis e condomínios; e elevação nas despesas com manutenção e conservação de bens. Na comparação entre o 1T2025 e o 4T2024, as despesas de pessoal apresentaram redução de 2,0% ou R\$13,2 milhões, refletindo o efeito férias. As outras despesas administrativas apresentaram redução de 8,0% ou R\$45,5 milhões, influenciadas, especialmente, pela redução das despesas com aluguéis e condomínios, com serviços de terceiros associada ao custo de originação de crédito por meio dos correspondentes bancários, que no âmbito da Resolução CMN nº 4.966/21, passaram a ser incluídas nas receitas de crédito, e retração das despesas com serviços técnicos especializados, minimizada, em parte, pelo aumento das despesas com amortização e depreciação.

Composição das Despesas Administrativas - R\$ Milhões

	1T2025	4T2024	1T2024	1T2025/ 1T2024	1T2025/ 4T2024
Despesas de Pessoal	639,5	652,7	606,0	5,5%	-2,0%
Outras Despesas Administrativas	519,8	565,3	508,2	2,3%	-8,0%
Amortização e Depreciação	100,0	79,3	76,3	31,1%	26,1%
Água, Energia e Gás	9,8	6,7	9,1	7,5%	46,8%
Aluguéis e Condomínios	16,3	42,6	38,8	-58,1%	-61,8%
Comunicações	17,6	15,0	13,3	32,3%	17,2%
Manutenção e Conservação de Bens	30,2	21,9	20,9	44,5%	38,0%
Materiais	2,4	2,3	2,5	-4,8%	3,2%
Processamento de Dados	63,1	61,9	57,9	8,8%	1,8%
Propaganda, Promoções e Publicidade	40,7	50,3	44,8	-9,0%	-19,0%
Serviços de Terceiros	116,7	135,1	127,6	-8,5%	-13,6%
Serviços Técnicos Especializados	47,0	60,8	52,3	-10,1%	-22,7%
Serviço Vigilância, Segurança e Transp. Valores	33,0	36,3	32,8	0,9%	-9,1%
Serviços do Sistema Financeiro	10,3	14,2	10,8	-5,0%	-27,7%
Demais Despesas	32,8	38,8	21,1	55,3%	-15,5%
Total	1.159,4	1.218,1	1.114,2	4,1%	-4,8%

O **índice de eficiência** alcançou 64,8% nos doze meses acumulados até março/2025, frente a 65,1% dos doze meses acumulados até março/2024, refletindo, principalmente, o aumento de 12,1% na margem financeira, crescimento de 12,0% nas receitas de prestação de serviços, e aumento de 25,8% nas despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, frente ao aumento de 6,4% nas despesas administrativas.

Destaques Operacionais

Os **ativos totais** alcançaram R\$151.262,2 milhões em março de 2025, com incremento de 17,0% frente ao mês de março de 2024 e de 2,6% na comparação com dezembro de 2024. Os principais componentes de ativo e passivo serão comentados na sequência.

As **aplicações em tesouraria** (títulos e valores mobiliários - TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$66.538,3 milhões em março de 2025; subtraídas das operações compromissadas, as aplicações em tesouraria apresentaram incremento de R\$5.655,2 milhões na comparação com março de 2024 e de R\$1.275,6 milhões frente a dezembro de 2024, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos a prazo e dos recursos em letras, em um contexto de direcionamento dos recursos para a carteira de crédito e do cumprimento dos recolhimentos compulsórios no Bacen.

A **carteira de crédito** do Banrisul alcançou R\$64.009,8 milhões em março de 2025, ajustada pelas despesas de originação das operações de crédito consignado contratadas a partir de janeiro de 2025, e incluído saldo de debêntures, no âmbito da implantação do novo COSIF 1.5 e da Resolução CMN nº 4.966/21, no valor de R\$648,5 milhões em março/2025, antes incluídas em Tesouraria. As **operações de crédito** registraram aumento de 18,8% ou R\$10.148,2 milhões frente a março de 2024, trajetória influenciada, especialmente, pelo

crescimento do crédito comercial, rural, financiamento de longo prazo e câmbio. Em comparação com dezembro de 2024, houve aumento de 3,1% ou R\$1.950,9 milhões, trajetória influenciada, especialmente, pelo crescimento do crédito comercial, financiamento de longo prazo e câmbio.

Demonstrativo da Carteira de Crédito - R\$ Milhões

	Mar 2025	% Total Crédito	Dez 2024	Mar 2024	Mar 2025/ Mar 2024	Mar 2025/ Dez 2024
Câmbio	2.061,2	3,2%	1.955,5	1.107,0	86,2%	5,4%
Comercial ⁽¹⁾	38.500,0	60,1%	37.677,8	34.459,2	11,7%	2,2%
Pessoa Física	29.154,5	45,5%	28.579,1	25.904,2	12,5%	2,0%
Consignado	21.060,0	32,9%	20.882,4	19.282,2	9,2%	0,9%
Outros	8.094,5	12,6%	7.696,7	6.622,0	22,2%	5,2%
Pessoa Jurídica	9.345,6	14,6%	9.098,7	8.555,1	9,2%	2,7%
Capital de Giro	5.825,2	9,1%	5.999,0	6.689,9	-12,9%	-2,9%
Outros	3.520,4	5,5%	3.099,7	1.865,2	88,7%	13,6%
Financiamento de Longo Prazo	2.364,8	3,7%	2.014,7	506,4	367,0%	17,4%
Imobiliário	6.577,2	10,3%	6.549,1	6.069,0	8,4%	0,4%
Rural	13.698,7	21,4%	13.701,2	11.587,7	18,2%	0,0%
Outros ⁽²⁾	807,9	1,3%	160,7	132,4	510,4%	402,7%
Total	64.009,8	100,0%	62.058,9	53.861,7	18,8%	3,1%

(1) Inclui custo de originção por meio dos correspondentes bancários; Inclui Arrendamento Mercantil.

(2) Inclui Setor Público e Debêntures. A partir de janeiro/2025, no âmbito da implementação do novo COSIF 1.5 e Resolução CMN nº 4.966/21, as debêntures passaram a ser incluídas nas operações de crédito, antes incluídas em Tesouraria.

O volume concedido em ativos de crédito no 1T2025, R\$13.139,5 milhões, apresentou crescimento de 19,2% ou R\$2.116,2 milhões frente ao volume concedido no 1T2024, refletindo, especialmente, o crescimento do volume concedido na carteira de crédito comercial, rural e financiamento de longo prazo. Na comparação entre o 1T2025 e o 4T2024, o volume concedido reduziu 23,6% ou R\$4.066,6 milhões, influenciado, especialmente, pela diminuição do volume concedido na carteira de crédito comercial e rural.

Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento - R\$ Milhões

	1T2025	4T2024	1T2024	1T2025/ 1T2024	1T2025/ 4T2024
Câmbio	734,7	836,7	548,9	33,9%	-12,2%
Comercial ⁽¹⁾	10.394,8	12.386,8	8.849,7	17,5%	-16,1%
Pessoa Física	6.331,2	7.891,0	6.018,3	5,2%	-19,8%
Pessoa Jurídica	4.063,6	4.495,9	2.831,4	43,5%	-9,6%
Financiamento de Longo Prazo	263,8	431,6	40,9	544,4%	-38,9%
Imobiliário	217,3	376,1	314,5	-30,9%	-42,2%
Rural	1.528,8	3.174,9	1.269,3	20,4%	-51,8%
Total	13.139,5	17.206,1	11.023,3	19,2%	-23,6%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

O **índice de inadimplência** representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias até 2024 e a partir de 2025, para critérios de comparabilidade, vencidas entre 90 e 360 dias, em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de março de 2025, 2,17% das operações de crédito, apresentou redução de 0,22 pp. em doze meses e aumento de 0,44 pp. em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas entre 90 e 360 dias apresentou aumento de 7,9% em doze meses e 29,5% em três meses. A provisão para perdas esperada associada ao risco de crédito apresentou crescimento de 23,5% em doze meses e de 28,0% frente a dezembro de 2024, refletindo o aumento das operações em atraso e da carteira de crédito, bem como a adoção dos critérios constantes na Resolução CMN nº 4.966/21, que substituiu o modelo de provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de rating: "AA" até "H" para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3, a partir de 2025.

Indicadores de Qualidade do Crédito - %

	Mar 2025	Dez 2024	Mar 2024
Índice de Inadimplência ⁽¹⁾	2,17%	1,73%	2,39%
Índice de Cobertura ⁽²⁾	226,8%	242,6%	209,3%
Índice de Provisionamento ⁽³⁾	5,2%	4,2%	5,0%

(1) No ano de 2024, refere-se aos atrasos > 90 dias/Operações de Crédito. A partir de 2025, visando manter a comparabilidade, são consideradas as operações com atrasos entre 90 e 360 dias/Operações de Crédito.

(2) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito / atrasos > 90 dias. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito / operações com atrasos entre 90 e 360 dias.

(3) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito / Operações de Crédito. A partir 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito / Operações de Crédito.

Os **recursos captados e administrados**, constituídos por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e recursos de terceiros administrados, totalizaram R\$118.274,2 milhões em março de 2025, com aumento de R\$14.924,6 milhões em comparação com março de 2024 e de R\$2.144,9 milhões frente a dezembro de 2024, influenciado, principalmente, pelo incremento dos depósitos a prazo, dos recursos administrados e dos recursos em letras.

Recursos Captados e Administrados - R\$ Milhões

	Mar 2025	Dez 2024	Mar 2024	Mar 2025/ Mar 2024	Mar 2025/ Dez 2024
Depósitos	88.421,1	88.194,9	77.871,6	13,5%	0,3%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	8.359,1	7.358,3	6.956,7	20,2%	13,6%
Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.723,4	1.880,7	1.491,1	15,6%	-8,4%
Total Recursos Captados	98.503,6	97.433,9	86.319,4	14,1%	1,1%
Recursos Administrados	19.770,6	18.695,4	17.030,2	16,1%	5,8%
Total Recursos Captados e Administrados	118.274,2	116.129,2	103.349,5	14,4%	1,8%

(1) Letras Financeiras, Letras Financeiras Subordinadas, Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio.

(2) Refere-se à captação externa subordinada.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$10.413,2 milhões em março de 2025, com aumento de 6,2% ou R\$611,0 milhões frente a março de 2024, refletindo, especialmente, incorporação de resultados gerados, o pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, o remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)) e a adoção inicial dos requerimentos que constam nas Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21. Frente a dezembro de 2024, o PL apresentou relativa estabilidade.

Em **impostos e contribuições próprios**, o Banrisul recolheu e provisionou R\$272,2 milhões em março de 2025. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$189,8 milhões no período.

Guidance

As perspectivas divulgadas do *Guidance* em 31 de dezembro de 2024 estão mantidas, conforme tabela a seguir.

	Ano 2025 Projetado
Carteira de Crédito Total	6% a 10%
Margem Financeira ⁽¹⁾	7% a 12%
Custo de Crédito ⁽²⁾	1,2% a 2,2%
Despesas Administrativas ⁽³⁾	7% a 11%

(1) Excluídas as Receitas de Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo.

(2) Despesas de Provisão para Perdas de Crédito Líquidas das Receitas de Recuperação de Créditos Baixados a Prejuízo.

(3) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários.

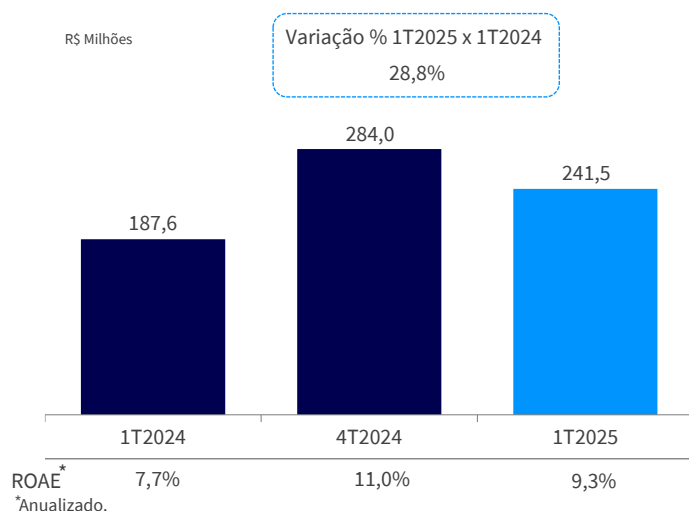
As informações refletem os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviços da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no mix de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Guidance* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não o atualizar mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

Porto Alegre, 15 de maio de 2025.

Análise de Desempenho

Apresentamos a Análise de Desempenho do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativa ao primeiro trimestre de 2025.

Lucro Líquido



O lucro líquido do 1T2025 totalizou R\$241,5 milhões e apresentou elevação de 28,8% ou R\$53,9 milhões frente ao lucro líquido do 1T2024, refletindo especialmente (i) aumento da margem financeira, em R\$120,2 milhões; (ii) as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, em R\$48,4 milhões; (iii) aumento das receitas de prestação de serviços, em R\$14,4 milhões; (iv) moderado aumento das despesas administrativas, em R\$45,2 milhões; (v) resultado favorável das outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, em R\$18,1 milhões; (vi) consequente efeito tributário.

Frente ao 4T2024, o lucro líquido do 1T2025 apresentou redução de 15,0% ou R\$42,5 milhões, refletindo especialmente (i) relativa estabilidade da margem financeira; (ii) as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito em R\$145,4 milhões; (iii) diminuição das receitas de prestação de serviços em R\$32,0 milhões; (iv) redução das despesas administrativas, em R\$58,7 milhões; (v) resultado favorável das outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, em R\$43,2 milhões; (vi) menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$76,7 milhões; e (vii) consequente efeito tributário.

Margem Financeira Analítica

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela a seguir apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas de intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas. As rendas de clientes que apresentam operações de créditos vencidas acima de 90 dias, que são considerados créditos problemáticos, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas; até o ano de 2024, o reconhecimento das rendas de operações de crédito cessava em operações vencidas acima de 60 dias. Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez e os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A margem sobre ativos rentáveis reduziu 0,42 pp. na comparação entre o 1T2025 e o 1T2024, alcançando 4,48% no 1T2025. Os ativos médios rentáveis aumentaram 18,9% enquanto os passivos onerosos apresentaram crescimento de 20,0%.

A variação cambial e a elevação da Taxa Selic impactaram as taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos no período. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos, bem como os prazos e as condições de juros pactuadas são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

No que se refere à estrutura, dentre os ativos rentáveis, destacam-se: a) operações de tesouraria, totalizando 46,8% desses ativos, com aumento de 1,2 pp. entre o 1T2025 e o 1T2024; b) operações de crédito, representando 44,1% desses ativos, com elevação de 0,4 pp. no período. Em relação aos passivos onerosos, destacam-se: a) depósitos a prazo, representando 50,8% desses passivos no 1T2025, com elevação de 0,2 pp. frente ao 1T2024; b) captação no mercado aberto, representando 19,3% dos passivos onerosos, com aumento de 1,4 pp. no período; c) depósitos de poupança, representando 9,0% dos passivos onerosos, com redução de 1,6 pp. no período; d) depósitos judiciais e administrativos, representando 6,8% desses passivos, com redução de 0,5 pp., e e) recursos em letras, representando 6,5% dos passivos onerosos, com diminuição de 0,2 pp. no período.

No primeiro trimestre de 2025, as receitas e despesas estão reconhecidas segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. Nos períodos anteriores, as receitas e despesas estão mensuradas pelos critérios vigentes a época.

Margem Financeira Analítica - R\$ Milhões e %

	1T2025			1T2024		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	135.289,6	4.614,6	3,41%	113.733,7	3.779,5	3,32%
Operações de Crédito ⁽¹⁾	59.728,3	2.542,5	4,26%	49.826,2	2.148,8	4,31%
Tesouraria ⁽²⁾	63.269,6	1.862,1	2,94%	51.849,5	1.305,1	2,52%
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	244,7	(159,4)	-65,11%	(8,0)	28,9	-362,47%
Compulsórios	12.047,0	369,4	3,07%	12.106,1	296,7	2,45%
Ativos Não Rentáveis	13.617,1	-	-	14.244,0	-	-
Ativos Totais	148.906,7	4.614,6	3,10%	128.017,8	3.779,5	2,95%
Passivos Onerosos	124.060,7	(3.100,1)	2,50%	103.422,4	(2.385,2)	2,31%
Depósitos Interfinanceiros	1.761,0	(32,7)	1,86%	2.254,1	(37,1)	1,65%
Depósitos de Poupança	11.190,8	(207,1)	1,85%	11.032,5	(176,7)	1,60%
Depósitos a Prazo	63.077,8	(1.661,8)	2,63%	52.426,1	(1.177,2)	2,25%
Depósitos Judiciais e Administrativos	8.481,3	(235,7)	2,78%	7.607,9	(194,1)	2,55%
Captações no Mercado Aberto	23.952,8	(703,5)	2,94%	18.480,7	(486,7)	2,63%
Recursos em Letras ⁽⁴⁾	8.079,5	(226,8)	2,81%	6.977,2	(172,3)	2,47%
Dívida Subordinada	1.744,6	100,5	-5,76%	1.477,5	(87,8)	5,94%
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	3.438,2	(47,6)	1,38%	2.115,1	(30,7)	1,45%
Obrigações por Empréstimos e Repasses em Moeda Estrangeira	2.334,7	(85,5)	3,66%	1.051,5	(22,6)	2,15%
Passivos Não Onerosos	14.442,2	-	-	14.830,6	-	-
Patrimônio Líquido	10.403,8	-	-	9.764,7	-	-
Passivos e PL	148.906,7	(3.100,1)	2,08%	128.017,8	(2.385,2)	1,86%
Spread			1,02%			1,09%
Margem Financeira		1.514,5	1,12%		1.394,3	1,23%
Margem Financeira Anualizada			4,48%			4,90%

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento.

(2) Inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez.

(3) Inclui posições na modalidade de swap e de contratos futuros de DI.

(4) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Variações nas receitas e despesas de juros: volumes e taxas

A margem financeira do 1T2025, R\$1.514,5 milhões, apresentou crescimento de 8,6% ou R\$120,2 milhões em relação ao 1T2024, refletindo o aumento das receitas com juros em volume maior que as despesas com juros. O crescimento das receitas está relacionado à ampliação do volume médio dos ativos rentáveis, em especial nas operações de crédito e nas aplicações em tesouraria, e elevação nas taxas médias, principalmente nas aplicações em tesouraria, influenciadas pelo aumento da Taxa Selic efetiva. A elevação das despesas está relacionada, especialmente, ao aumento no volume médio dos passivos onerosos, principalmente nos depósitos a prazo e captações no mercado aberto, e ao crescimento nas taxas médias, em especial dos depósitos a prazo e captações no mercado aberto, impactados pela elevação da Taxa Selic efetiva.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros, incluídas as variações no câmbio, sobre os ativos geradores de receitas e passivos onerosos. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos onerosos no segundo período. A variação de volume foi computada como a diferença entre o volume de juros do período mais recente e o anterior.

A tabela a seguir apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: (i) 1T2025 vs 1T2024.

Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas - R\$ Milhões

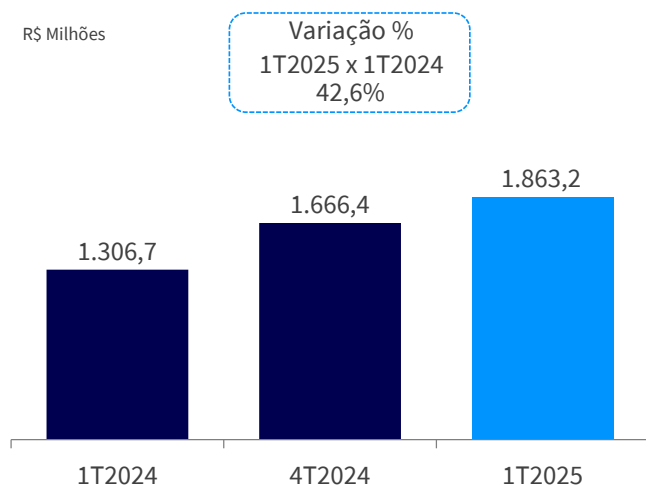
	1T2025/1T2024		
	Aumento / Redução Devido à Variação em:		
	Volume Médio	Taxa Média	Variação Líquida
Ativos Rentáveis	590,1	245,0	835,1
Operações de Crédito ⁽¹⁾	421,1	(27,4)	393,7
Tesouraria	315,0	242,1	557,1
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽²⁾	(144,6)	(43,7)	(188,3)
Compulsórios	(1,4)	74,1	72,6
Passivos Onerosos	(535,3)	(179,6)	(714,9)
Depósitos Interfinanceiros	8,8	(4,4)	4,4
Depósitos de Poupança	(2,6)	(27,8)	(30,4)
Depósitos a Prazo	(261,5)	(223,0)	(484,5)
Depósitos Judiciais e Administrativos	(23,4)	(18,2)	(41,6)
Captações no Mercado Aberto	(156,1)	(60,8)	(216,9)
Recursos em Letras ⁽³⁾	(29,2)	(25,3)	(54,5)
Dívida Subordinada	(13,2)	201,5	188,3
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	(18,2)	1,4	(16,8)
Obrigações por Empréstimos de Repasses em Moeda Estrangeira	(39,8)	(23,1)	(62,9)
Margem Financeira	54,8	65,4	120,2

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento.

(2) Inclui posições na modalidade de swap e de contratos futuros de DI. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banrisul para mitigar os riscos de oscilações cambiais da captação no mercado externo e de variações na taxa CDI para operações casadas com Título Públicos Federais prefixados. Nesse sentido, as variações apresentadas podem ser analisadas em conjunto com os ativos e passivos aos quais estão vinculados.

(3) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Resultado de Tesouraria

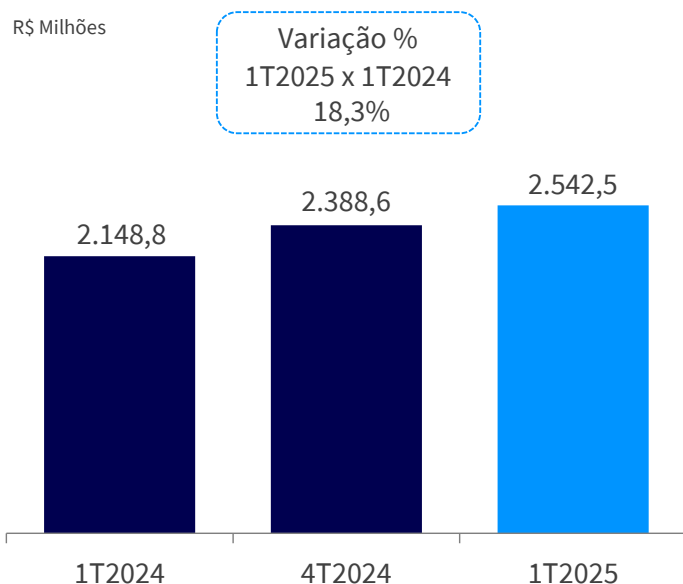


O resultado de aplicações em tesouraria (soma das receitas de títulos e valores mobiliários – TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades em moeda estrangeira) do 1T2025 apresentou crescimento de 42,6% ou R\$556,5 milhões frente ao 1T2024 e de 11,8% ou R\$196,8 milhões na comparação com o 4T2024, face ao aumento no saldo, à marcação a mercado e aumento da Taxa Selic efetiva.

Resultado de Aplicações Compulsórias

O resultado de aplicações compulsórias do 1T2025 somou R\$368,2 milhões, com elevação de 24,8% ou R\$73,2 milhões frente ao 1T2024, refletindo especialmente, o aumento nas rendas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo, devido, em especial, ao aumento de saldo e à elevação da Taxa Selic efetiva, minimizado pela redução nas receitas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos de poupança, em virtude da liberação dos compulsórios sobre os depósitos de poupança (Resolução BCB nº 379/2024). Na comparação com o 4T2024, o resultado de aplicações compulsórias do 1T2025 apresentou crescimento de 17,2% ou R\$54,0 milhões, influenciado, em especial, pelo aumento das rendas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo, face especialmente à elevação da Taxa Selic efetiva.

Receitas de Operações de Crédito



As receitas de operações de crédito do 1T2025, que incluem as receitas de arrendamento mercantil e de outros créditos (a partir de 2025 também estão contabilizados os custos de originação de crédito por meio dos correspondentes bancários e incluídas as receitas de debêntures, no âmbito da implantação do novo COSIF 1.5 e da Resolução CMN nº 4.966/21), apresentaram crescimento de 18,3% ou R\$393,7 milhões frente ao 1T2024, influenciado, em especial, pelo aumento nas rendas do crédito comercial, receitas do crédito rural, rendas do financiamento de longo prazo e do crédito imobiliário.

Frente ao 4T2024, as receitas de operações de crédito do 1T2025 apresentaram elevação de 6,4% ou R\$153,9 milhões, face, principalmente, ao crescimento das receitas do crédito comercial, rendas do crédito imobiliário, receitas do crédito rural e com financiamento de longo prazo.

Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

As receitas do crédito comercial pessoa física - PF representam 75,8% do total de receitas do crédito comercial no 1T2025, e apresentaram aumento de 11,7% ou R\$151,6 milhões na comparação com o 1T2024, influenciado, especialmente, pelo incremento nas receitas do crédito pessoal, do cartão de crédito rotativo/parcelado, rendas do crédito consignado e do cheque especial, impactados pelo aumento nos saldos desses produtos. A linha de crédito conta única rural foi iniciada no terceiro trimestre de 2024. Frente ao 4T2024, as receitas do crédito comercial PF do 1T2025 apresentaram elevação de 4,8% ou R\$66,1 milhões, influenciada, especialmente, pelo crescimento nas receitas do cartão de crédito rotativo/parcelado, do crédito pessoal, rendas do cheque especial e conta única rural, motivada, em especial, pelo aumento no saldo desses produtos.

As receitas do crédito comercial pessoa jurídica - PJ representam 24,2% do total de receitas do crédito comercial no 1T2025, e aumentaram 16,9% ou R\$66,9 milhões frente ao 1T2024, trajetória influenciada, especialmente, pelas receitas das operações de conta única, iniciadas no segundo trimestre de 2024, minimizada em parte pela redução nas receitas do capital de giro, face a redução no saldo das linhas de crédito com fundos garantidores. Frente ao 4T2024, as receitas do crédito comercial PJ do 1T2025 apresentaram elevação de 15,3% ou R\$61,4 milhões refletindo, em especial, o crescimento nas operações de conta única e conta empresarial, influenciado pelo aumento nos saldos desses produtos.

As receitas do crédito comercial do 1T2025 apresentaram aumento de 13,0% ou R\$218,5 milhões frente ao 1T2024 e de 7,2% ou R\$127,4 milhões na comparação com o 4T2024.

Receitas do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica - R\$ Milhões

	1T2025	4T2024	1T2024	1T2025/ 1T2024	1T2025/ 4T2024
Pessoa Física	1.443,3	1.377,3	1.291,7	11,7%	4,8%
Aquisição de Bens	13,3	14,2	14,1	-5,6%	-5,9%
Cartão de Crédito Rotativo/ Parcelado	119,0	98,4	76,9	54,8%	20,9%
Cheque Especial	147,7	133,1	139,5	5,9%	11,0%
Conta Única Rural	14,5	5,8	-	-	150,7%
Crédito Pessoal	208,0	193,1	153,5	35,5%	7,7%
Crédito Consignado	896,4	891,2	869,5	3,1%	0,6%
Outros	44,4	41,6	38,3	16,0%	6,8%
Pessoa Jurídica	461,8	400,5	395,0	16,9%	15,3%
Aquisição de Bens	11,5	10,0	11,1	3,6%	15,0%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	6,0	4,8	3,7	61,1%	24,9%
Capital de Giro	236,2	233,6	275,1	-14,2%	1,1%
Conta Empresarial	86,4	65,3	76,6	12,9%	32,5%
Conta Única	93,3	58,0	-	-	60,8%
Desconto de Recebíveis	8,3	5,7	3,6	130,9%	46,5%
Outros	20,0	23,0	24,7	-19,2%	-13,2%
Total	1.905,2	1.777,7	1.686,7	13,0%	7,2%

Despesas de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado do 1T2025 apresentaram elevação de 27,2% ou R\$635,2 milhões frente as despesas do 1T2024 e de 2,6% ou R\$74,4 milhões na comparação com o 4T2024, refletindo o aumento das despesas com depósitos, com operações compromissadas e despesas com recursos em letras, impactados pelo crescimento no saldo e na Taxa Selic efetiva, que referencia maior parte da captação; minimizado pela redução nas despesas com a dívida subordinada, face à variação cambial e marcação a mercado da obrigação.

Despesas de Captação no Mercado - R\$ Milhões

	1T2025	4T2024	1T2024	1T2025/ 1T2024	1T2025/ 4T2024
Depósitos ⁽¹⁾	2.137,2	1.867,4	1.585,1	34,8%	14,5%
Operações Compromissadas	703,5	609,1	486,7	44,6%	15,5%
Recursos em Letras ⁽²⁾	226,8	180,7	172,3	31,6%	25,5%
Resultado da Dívida Subordinada	(100,5)	235,5	87,8	-214,4%	-142,7%
Total	2.967,1	2.892,7	2.331,9	27,2%	2,6%

(1) Inclui as despesas do FGC. (2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

Custo de Captação

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação, os depósitos e os recursos de aceites e emissão de títulos.

O preço médio da captação no 1T2025, 2,47%, aumentou em relação ao 1T2024 e frente ao 4T2024, em linha com a trajetória da Taxa Selic efetiva. O indicador de custo médio em relação à Taxa Selic efetiva, 82,42% no 1T2025, apresentou crescimento de 2,29 pp. frente ao 1T2024 e de 0,55 pp. na comparação com o 4T2024.

O custo médio dos depósitos a prazo, cujo saldo representa 65,8% do conjunto de rubricas demonstradas na tabela a seguir, em relação à Taxa Selic efetiva, alcançou 86,72% no 1T2025, com elevação de 2,01 pp. frente ao 1T2024 e de 1,28 pp. em relação ao 4T2024.

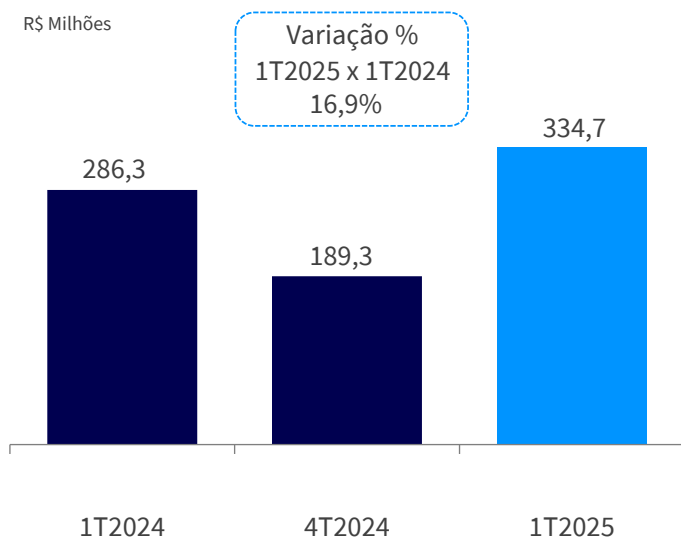
Custo de Captação - R\$ Milhões e %

	1T2025			4T2024			1T2024		
	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos a Prazo	63.069,7	(1.636,4)	2,59%	61.314,7	(1.401,7)	2,29%	52.031,0	(1.155,3)	2,22%
Depósitos de Poupança	11.190,8	(207,1)	1,85%	8.430,5	(194,2)	1,70%	11.045,6	(176,7)	1,60%
Depósitos à Vista	3.034,4	-	0,00%	11.458,2	-	0,00%	3.768,5	-	0,00%
Depósitos Interfinanceiros	1.761,0	(32,7)	1,86%	3.464,7	(26,8)	1,84%	2.246,7	(37,1)	1,65%
Depósitos Judiciais e Admin. ⁽²⁾	8.481,3	(235,7)	2,78%	1.457,1	(219,6)	2,60%	7.489,1	(194,1)	2,59%
Outros Depósitos	252,0	(0,0)	0,01%	271,4	(0,0)	0,00%	217,5	(0,0)	0,00%
Letras Financeiras ⁽³⁾	2.032,1	(62,3)	3,07%	1.421,7	(41,8)	2,94%	1.350,1	(39,3)	2,91%
Letras de Crédito Imobiliário	2.680,4	(72,4)	2,70%	2.373,8	(57,1)	2,40%	1.545,3	(37,4)	2,42%
Letras de Crédito do Agronegócio	3.367,0	(92,2)	2,74%	3.297,2	(81,8)	2,48%	3.982,9	(95,6)	2,40%
Despesas de Contribuição FGC	-	(25,3)	-	-	(24,9)	-	-	(21,9)	-
Saldo Médio Total / Despesa Total	95.868,8	(2.364,0)	2,47%	93.489,2	(2.048,1)	2,19%	83.676,7	(1.757,4)	2,10%
Selic			2,99%			2,68%			2,62%
Custo Médio / Selic			82,42%			81,87%			80,13%
Custo Depósito a Prazo / Selic			86,72%			85,44%			84,71%

(1) Saldos médios obtidos a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados.

(2) Incluído conforme Instrução Normativa BCB nº 459/24.

(3) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

Perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito


Em 2025 com a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, houve substituição do modelo a provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de rating: “AA” até “H” para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3. As perdas esperadas associadas ao risco de crédito, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, somaram R\$334,7 milhões no 1T2025 e apresentaram aumento de 16,9% ou R\$48,4 milhões na comparação com o 1T2024 e de 76,8% ou R\$145,4 milhões frente ao 4T2024, refletindo em ambas trajetórias, especialmente, o aumento dos créditos em atraso e das operações de crédito.

Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços do 1T2025 apresentaram crescimento de 2,7% ou R\$14,4 milhões em relação às receitas do 1T2024, com destaque para o aumento das rendas de prestação de serviços cambiais, de cartão de crédito e das receitas de comissões de corretagem de seguros, minimizado em parte pela redução nas rendas com administração de consórcio. Frente ao 4T2024, as receitas de prestação de serviços do 1T2025 reduziram 5,5% ou R\$32,0 milhões, refletindo, especialmente, a diminuição das receitas de serviços da Banrisul Pagamentos, rendas de prestação de serviços cambiais e comissões de corretagem de seguros.

Composição das Receitas de Prestação de Serviços - R\$ Milhões

	1T2025	4T2024	1T2024	1T2025/ 1T2024	1T2025/ 4T2024
Administração de Fundos	30,3	28,5	27,4	10,3%	6,4%
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	134,9	153,5	137,8	-2,1%	-12,1%
Cartão de Crédito	59,0	60,5	53,1	11,1%	-2,4%
Cobrança e Serviços de Custódia	13,8	15,1	12,0	14,4%	-8,8%
Comissões de Corretagem de Seguros	74,4	78,4	69,5	7,1%	-5,1%
Serviços de Conta Corrente	152,3	153,5	153,3	-0,7%	-0,8%
Administração de Consórcio	31,0	29,6	36,4	-14,8%	4,6%
Resultado Prestação Serviços Cambiais	29,4	38,8	21,1	39,5%	-24,3%
Demais Receitas ⁽¹⁾	24,8	23,9	24,8	0,0%	3,9%
Total	549,9	581,8	535,5	2,7%	-5,5%

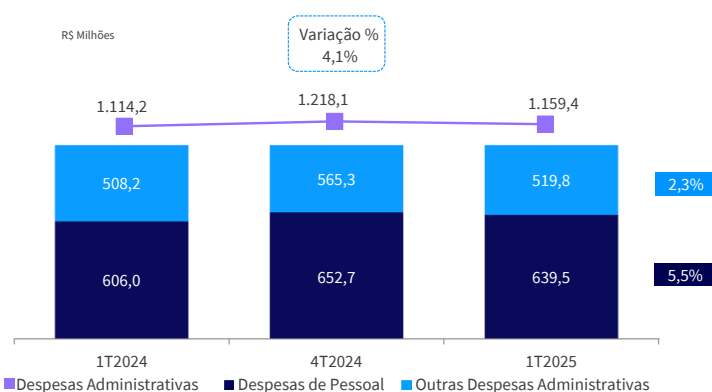
(1) Inclui, principalmente, rendas de garantias prestadas, receitas de serviço de arrecadação.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas do 1T2025 apresentaram crescimento de 4,1% ou R\$45,2 milhões frente às despesas administrativas do 1T2024 e redução de 4,8% ou R\$58,7 milhões na comparação com o 4T2024.

As despesas de pessoal do 1T2025 apresentaram crescimento de 5,5% ou R\$33,5 milhões frente às despesas de pessoal do 1T2024, influenciado pelos acordos coletivos da categoria. Frente ao 4T2024, as despesas de pessoal do 1T2025 apresentaram redução de 2,0% ou R\$13,2 milhões, refletindo o efeito férias.

As outras despesas administrativas do 1T2025 apresentaram crescimento de 2,3% ou R\$11,6 milhões frente ao 1T2024, trajetória influenciada, especialmente, pelo aumento nas despesas com amortização e depreciação, devido à mudança de normativo, Resolução CMN nº 4.975/21, que unificou a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários e a consequente redução das despesas com



aluguéis e condomínios; e elevação nas despesas com manutenção e conservação de bens. Frente ao 4T2024, as outras despesas administrativas do 1T2025 apresentaram diminuição de 8,0% ou R\$45,5 milhões refletindo, principalmente, a redução das despesas com aluguéis e condomínios, com serviços de terceiros associada ao custo de originação de crédito por meio dos correspondentes bancários, que no âmbito da Resolução CMN nº 4.966/21, passaram a ser incluídas nas receitas de

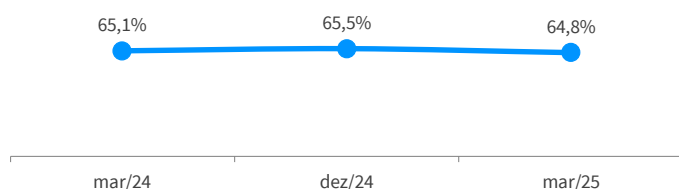
crédito, e retração das despesas com serviços técnicos especializados, compensada em parte pelo aumento nas despesas com amortização e depreciação.

Composição das Despesas Administrativas - R\$ Milhões

	1T2025	4T2024	1T2024	1T2025/ 1T2024	1T2025/ 4T2024
Despesas de Pessoal	639,5	652,7	606,0	5,5%	-2,0%
Remuneração Direta, Benefícios e Encargos Sociais	579,5	588,2	545,5	6,2%	-1,5%
Treinamentos	0,4	2,5	1,4	-70,0%	-82,5%
Participação nos Lucros	59,6	62,1	59,0	1,0%	-4,0%
Outras Despesas Administrativas	519,8	565,3	508,2	2,3%	-8,0%
Amortização e Depreciação	100,0	79,3	76,3	31,1%	26,1%
Água, Energia e Gás	9,8	6,7	9,1	7,5%	46,8%
Aluguéis e Condomínios	16,3	42,6	38,8	-58,1%	-61,8%
Comunicações	17,6	15,0	13,3	32,3%	17,2%
Manutenção e Conservação de Bens	30,2	21,9	20,9	44,5%	38,0%
Materiais	2,4	2,3	2,5	-4,8%	3,2%
Processamento de Dados	63,1	61,9	57,9	8,8%	1,8%
Propaganda, Promoções e Publicidade	40,7	50,3	44,8	-9,0%	-19,0%
Serviços de Terceiros	116,7	135,1	127,6	-8,5%	-13,6%
Serviços Técnicos Especializados	47,0	60,8	52,3	-10,1%	-22,7%
Serviço Vigilância, Segurança e Transp. Valores	33,0	36,3	32,8	0,9%	-9,1%
Serviços do Sistema Financeiro	10,3	14,2	10,8	-5,0%	-27,7%
Demais Despesas	32,8	38,8	21,1	55,3%	-15,5%
Total	1.159,4	1.218,1	1.114,2	4,1%	-4,8%

Índice de Eficiência

O **índice de eficiência** alcançou 64,8% nos doze meses acumulados até março/2025, frente a 65,1% dos doze meses acumulados até março/2024, refletindo, principalmente, o aumento de



12,1% na margem financeira, crescimento de 12,0% nas receitas de prestação de serviços, e aumento de 25,8% nas despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, frente

ao aumento de 6,4% nas despesas administrativas.

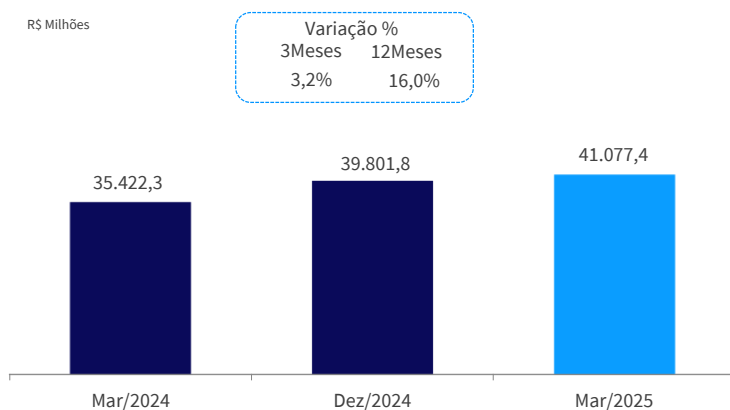
Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais, R\$135,0 milhões no 1T2025, apresentaram relativa estabilidade frente ao 1T2024. Frente ao 4T2024, as outras receitas operacionais diminuíram 31,0%, face, em especial, ao efeito base de comparação do remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33 (R1)), ocorrida no 4T2024 e à redução das receitas de aquisição por antecipação de operações performadas.

As outras despesas operacionais, R\$171,7 milhões no 1T2025, apresentaram redução de 9,4% em relação ao 1T2024, com destaque para a diminuição das despesas com descontos concedidos em renegociações. Frente ao 4T2024, as outras despesas operacionais do 1T2025 apresentaram retração de 37,7% face, especialmente, à redução das despesas com descontos concedidos em renegociações, com portabilidade de operações de crédito e despesas com tarifas de convênio INSS.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Tesouraria



As aplicações em tesouraria (TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$66.538,3 milhões em março de 2025. A partir de janeiro/2025, o saldo de tesouraria é apresentado líquido da provisão.

As aplicações em tesouraria deduzidas as obrigações por operações compromissadas totalizaram R\$41.077,4 milhões em março de 2025, apresentando crescimento de 16,0% ou R\$5.655,2 milhões na comparação com março de 2024 e de R\$3,2% ou R\$1.275,6

milhões frente a dezembro de 2024, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos a prazo, aumento dos recursos em letras, direcionamento dos recursos para a carteira de crédito e cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório no Bacen.

Depósitos Compulsórios no Bacen

O saldo dos depósitos compulsórios no Bacen, R\$11.621,0 milhões em março de 2025 apresentou relativa estabilidade frente a março de 2024, com crescimento de R\$62,8 milhões, influenciado pelo aumento dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo e na conta de pagamento instantâneo, minimizado em parte pela redução dos depósitos compulsórios sobre depósitos de poupança, em virtude da liberação dos compulsórios sobre os depósitos de poupança (Resolução BCB N° 379/2024), depósitos de moeda eletrônica e depósitos à vista.

Na comparação com dezembro de 2024, o saldo dos depósitos compulsórios no Bacen de março de 2025 apresentou relativa estabilidade, com redução de R\$95,9 milhões face, especialmente, à diminuição dos depósitos voluntários, nos termos da Resolução BCB n° 129/21, e depósitos à vista, compensado em parte pelo aumento dos depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo e conta de pagamento instantâneo.

Operações de Crédito

A carteira de crédito do Banrisul alcançou R\$64.009,8 milhões em março de 2025, ajustada pelas despesas de originação das operações de crédito consignado contratadas a partir de janeiro de 2025, e incluído saldo de debêntures, no âmbito da implantação do novo COSIF 1.5 e da Resolução CMN n° 4.966/21, no valor de R\$648,5 milhões em março/2025, antes incluídas em Tesouraria.

A carteira de crédito de março de 2025 registrou aumento de 18,8% ou R\$10.148,2 milhões frente a março de 2024, trajetória influenciada, especialmente, pelo crescimento do crédito comercial, crédito rural, financiamento de longo prazo e câmbio.

Na comparação com dezembro de 2024, a carteira de crédito de março de 2025 apresentou elevação de 3,1% ou R\$1.950,9 milhões face, principalmente, ao incremento do crédito comercial, financiamento a longo prazo e câmbio.

Composição das Operações de Crédito - R\$ Milhões

	Mar 2025	Dez 2024	Mar 2024	Mar 2025/ Mar 2024	Mar 2025/ Dez 2024
Comercial ⁽¹⁾	38.500,0	37.677,8	34.459,2	11,7%	2,2%
Imobiliário	6.577,2	6.549,1	6.069,0	8,4%	0,4%
Rural	13.698,7	13.701,2	11.587,7	18,2%	0,0%
Financiamento de Longo Prazo	2.364,8	2.014,7	506,4	367,0%	17,4%
Câmbio	2.061,2	1.955,5	1.107,0	86,2%	5,4%
Outros ⁽²⁾	807,9	160,7	132,4	510,4%	402,7%
Total	64.009,8	62.058,9	53.861,7	18,8%	3,1%

(1) Inclui arrendamento mercantil e custo de originção por meio dos correspondentes bancários; (2) Inclui Setor Público, Debêntures. Em 2025 as debêntures, no valor de R\$648,5 milhões em março/2025, passaram a integrar o saldo da carteira de crédito no âmbito da implantação do novo COSIF 1.5 e da Resolução CMN nº 4.966/21; antes incluídas em Tesouraria.

Crédito Comercial

A carteira comercial totalizou R\$38.500,0 milhões em março de 2025, compondo 60,1% do saldo total de operações de crédito. Em relação à composição do crédito comercial, a pessoa física - PF correspondeu a 75,7% e a pessoa jurídica - PJ representou 24,3% do saldo em março de 2025.

Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica - R\$ Milhões

	Mar 2025	Dez 2024	Mar 2024	Mar 2025/ Mar 2024	Mar 2025/ Dez 2024
Pessoa Física	29.154,5	28.579,1	25.904,2	12,5%	2,0%
Aquisição de Bens	297,1	325,5	336,9	-11,8%	-8,7%
Cartão de Crédito à vista e Débito	2.507,5	2.713,0	2.354,6	6,5%	-7,6%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	741,3	557,7	514,4	44,1%	32,9%
Cheque Especial	672,8	568,9	564,0	19,3%	18,3%
Conta Única Rural ⁽¹⁾	192,8	127,3	-	-	51,5%
Crédito Pessoal	2.852,3	2.605,9	2.144,5	33,0%	9,5%
Crédito Consignado ⁽²⁾	21.060,0	20.882,4	19.282,2	9,2%	0,9%
Outros	830,8	798,3	707,5	17,4%	4,1%
Pessoa Jurídica	9.345,6	9.098,7	8.555,1	9,2%	2,7%
Aquisição de Bens	260,1	244,8	276,5	-5,9%	6,3%
Cartão de Crédito à vista e Débito	215,3	206,8	159,0	35,4%	4,1%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	34,6	30,2	34,3	0,9%	14,5%
Capital de Giro	5.825,2	5.999,0	6.689,9	-12,9%	-2,9%
Conta Empresarial	361,2	303,4	433,9	-16,7%	19,1%
Conta Única ⁽³⁾	1.865,8	1.512,1	-	-	23,4%
Desconto de Recebíveis	164,1	152,6	35,7	360,4%	7,5%
Outros	619,2	649,8	925,9	-33,1%	-4,7%
Total	38.500,0	37.677,8	34.459,2	11,7%	2,2%

(1) Linha de crédito iniciada no terceiro trimestre de 2024. (2) A partir de 2025, no âmbito da Resolução CMN nº 4.966/21, o custo de originção das operações de crédito consignado passaram a ser incluídas no crédito consignado. (3) Linha de crédito iniciada no segundo trimestre de 2024.

O crédito comercial PF, composto por linhas de menor risco, alcançou R\$29.154,5 milhões em março de 2025, apresentando elevação de 12,5% ou R\$3.250,3 em relação a março de 2024, face em especial ao aumento do crédito consignado, crédito pessoal e cartão de crédito rotativo/parcelado. Frente a dezembro de 2024, demonstrou crescimento de 2,0% ou R\$575,4 milhões, refletindo, especialmente, o incremento do crédito pessoal, cartão de crédito rotativo/parcelado, crédito consignado e cheque especial, minimizado, em parte, pela redução do cartão de crédito à vista e débito.

Composição do Crédito Consignado - R\$ Milhões

	Mar 2025	Dez 2024	Mar 2024	Mar 2025/ Mar 2024	Mar 2025/ Dez 2024
Rede de Agências	14.362,2	14.168,7	12.338,7	16,4%	1,4%
Correspondentes	6.697,7	6.713,7	6.943,6	-3,5%	-0,2%
Total	21.060,0	20.882,4	19.282,2	9,2%	0,9%

O crédito comercial PJ totalizou R\$9.345,6 milhões em março de 2025, apresentando elevação de 9,2% ou R\$790,5 milhões em relação a março de 2024 e de 2,7% ou R\$246,9 milhões frente a dezembro de 2024, refletindo, principalmente, o aumento nas operações de Conta Única, minimizado em parte pela redução do capital de giro, face a redução nas linhas de crédito com fundos garantidores.

Créditos Especializados

O saldo em crédito rural, R\$13.698,7 milhões em março de 2025, que representa 21,4% do total de ativos de crédito, apresentou expansão de 18,2% ou R\$2.111,0 milhões na comparação com março de 2024 e relativa estabilidade em relação a dezembro de 2024.

O crédito imobiliário, R\$6.577,2 milhões em março de 2025, apresentou aumento de 8,4% ou R\$508,3 milhões em relação a março de 2024 e relativa estabilidade frente a dezembro de 2024. A carteira de crédito imobiliário representava 10,3% do total de operações de crédito em março de 2025.

O saldo de financiamentos de longo prazo atingiu R\$2.364,8 milhões em março de 2025, com incremento de 367,0% ou R\$1.858,4 milhões na comparação com março de 2024, em especial pelo Programa BNDES Emergencial Agro Capital de Giro, medida para apoiar financeiramente o setor agropecuário no RS, especialmente após as fortes chuvas e situações de calamidade, e aumento de 17,4% ou R\$350,2 milhões frente a dezembro de 2024.

A carteira de câmbio alcançou R\$2.061,2 milhões em março de 2025, com elevação de 86,2% ou R\$954,1 milhões na comparação com março de 2024 e de 5,4% ou R\$105,7 milhões em relação a dezembro de 2024.

Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito à pessoa jurídica totalizaram R\$14.940,0 milhões em março de 2025, compondo 23,3% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 60,8% estão alocados em crédito às médias, pequenas e microempresas.

As operações de crédito aplicadas na PJ apresentaram elevação de 30,6% ou R\$3.498,6 milhões na comparação com março de 2024, refletindo o aumento no crédito às médias e grandes empresas. Frente a dezembro de 2024, as operações de crédito aplicadas na PJ apresentaram incremento de 9,4% ou R\$1.283,5 milhões, motivado pelo crescimento no crédito às médias empresas.

Composição do Crédito por Porte de Empresas - R\$ Milhões

	Mar 2025			Dez 2024			Mar 2024			Variação Saldo	
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Mar 2025/ Mar 2024	Mar 2025/ Dez 2024
Grandes Empresas	5.850,4	39,2%	9,1%	5.788,5	42,4%	9,3%	4.494,7	39,3%	8,3%	30,2%	1,1%
Médias/Pequena/Micro	9.089,6	60,8%	14,2%	7.867,9	57,6%	12,7%	6.946,6	60,7%	12,9%	30,8%	15,5%
Médias Empresas	5.653,3	37,8%	8,8%	4.559,0	33,4%	7,3%	3.899,1	34,1%	7,2%	45,0%	24,0%
Pequenas Empresas	2.916,7	19,5%	4,6%	2.745,5	20,1%	4,4%	2.592,1	22,7%	4,8%	12,5%	6,2%
Microempresas	519,6	3,5%	0,8%	563,4	4,1%	0,9%	455,3	4,0%	0,8%	14,1%	-7,8%
Total	14.940,0	100,0%	23,3%	13.656,4	100,0%	22,0%	11.441,3	100,0%	21,2%	30,6%	9,4%

Porte segregado segundo faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas empresas até R\$400 mil, Médias empresas até R\$25 milhões, Grandes empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou Ativo Total acima de R\$240 milhões.

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

O volume concedido em ativos de crédito no 1T2025, R\$13.139,5 milhões, apresentou crescimento de 19,2% ou R\$2.116,2 milhões frente ao volume concedido no mesmo período de 2024, refletindo, especialmente, o crescimento do volume concedido na carteira de crédito comercial, crédito rural e financiamento de longo prazo.

Na comparação entre o 1T2025 e o 4T2024, o volume concedido em crédito apresentou retração de 23,6% ou R\$4.066,6 milhões, refletindo, especialmente, redução do volume concedido no crédito comercial e no crédito rural.

Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento - R\$ Milhões

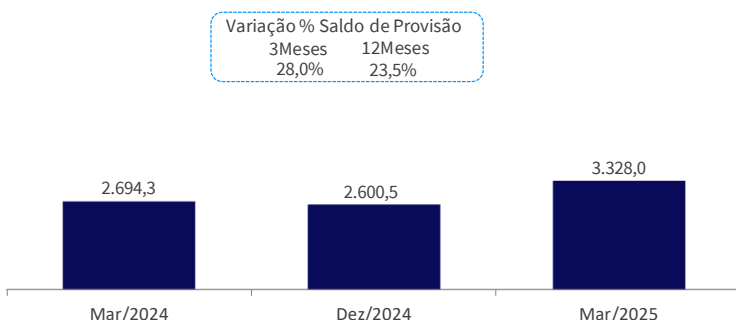
	1T2025	4T2024	1T2024	1T2025/ 1T2024	1T2025/ 4T2024
Câmbio	734,7	836,7	548,9	33,9%	-12,2%
Comercial ⁽¹⁾	10.394,8	12.386,8	8.849,7	17,5%	-16,1%
Pessoa Física	6.331,2	7.891,0	6.018,3	5,2%	-19,8%
Pessoa Jurídica	4.063,6	4.495,9	2.831,4	43,5%	-9,6%
Financiamento de Longo Prazo	263,8	431,6	40,9	544,4%	-38,9%
Imobiliário	217,3	376,1	314,5	-30,9%	-42,2%
Rural	1.528,8	3.174,9	1.269,3	20,4%	-51,8%
Total	13.139,5	17.206,1	11.023,3	19,2%	-23,6%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

Qualidade da carteira de crédito

Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito

O saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito alcançou R\$3.328,0 milhões em março de 2025, com crescimento de 23,5% ou R\$633,7 milhões na comparação com março de 2024 e de 28,0% ou



R\$727,5 milhões frente a dezembro de 2024, refletindo o aumento das operações em atraso e da carteira de crédito, bem como a adoção dos critérios constantes na Resolução CMN nº 4.966/21, que substitui o modelo de provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de rating: "AA" até "H" para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3, a partir de 2025.

Composição do Crédito por Estágios

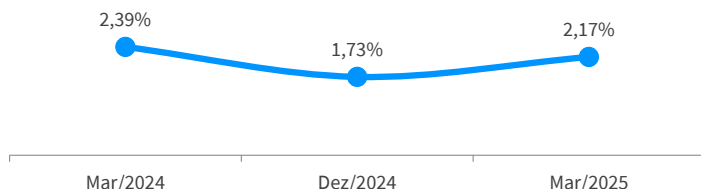
Operações de Crédito segregadas por Estágios - R\$ Milhões

	Carteira de Crédito	Provisão*
Estágio 1	60.139,6	1.039,1
Estágio 2	771,9	160,6
Estágio 3	3.098,4	1.986,1
Total	64.009,8	3.185,8

*Refere-se à provisão sobre as operações de crédito concedidas.

As operações de crédito de estágio 1, que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias, segundo normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/21, representam 94,0% da carteira de crédito em março de 2025.

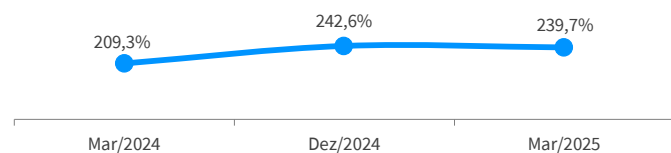
Índice de Inadimplência



O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias até 2024 e a partir de 2025, para critérios de comparabilidade, vencidas entre 90 e 360 dias, em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de março 2025, 2,17%

das operações de crédito, apresentou redução de 0,22 pp. em doze meses e aumento de 0,44 pp. em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas entre 90 e 360 dias alcançou R\$1.388,2 milhões em março de 2025, com crescimento de 7,9% ou R\$101,2 milhões na comparação com março de 2024 e de 29,5% ou R\$316,2 milhões frente a dezembro de 2024.

Índice de Cobertura



O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, modelo substituído pela Resolução CMN nº4.966/21, e o saldo das operações vencidas acima de 90 dias até 2024 e a partir de 2025, para critérios de comparatibilidade, vencidas entre 90 e 360 dias, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência. O índice de cobertura das operações em atraso de março de 2025, 239,7%, apresentou elevação de 30,4 pp. em relação a março de 2024, refletindo, em especial, o aumento do saldo de provisão para perdas com ativos financeiros em maior proporção que o aumento de operações de crédito em atraso; e retração de 2,9 pp. frente a dezembro de 2024, impactado, principalmente, pelo aumento do saldo de provisão para perdas com ativos financeiros em menor proporção que o aumento de operações de crédito em atraso.

Captação e Administração de Recursos

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívida subordinada, e os recursos administrados alcançaram R\$118.274,2 milhões em março de 2025, com crescimento de 14,4% ou R\$14.924,6 milhões em doze meses e de 1,8% ou R\$2.144,9 milhões em relação a dezembro de 2024, trajetórias influenciadas, principalmente, pelo incremento dos depósitos a prazo, dos recursos administrados e dos recursos em letras.

Composição de Recursos Captados e Administrados por Produto - R\$ Milhões

	Mar 2025	Dez 2024	Mar 2024	Mar 2025/ Mar 2024	Mar 2025/ Dez 2024
Depósitos	88.421,1	88.194,9	77.871,6	13,5%	0,3%
Depósitos à Vista	2.841,9	4.387,0	3.315,0	-14,3%	-35,2%
Depósitos de Poupança	11.141,3	11.402,3	11.045,7	0,9%	-2,3%
Depósitos Interfinanceiros	1.807,9	1.697,1	1.988,6	-9,1%	6,5%
Depósitos a Prazo	63.828,3	62.213,9	53.544,6	19,2%	2,6%
Depósitos Judiciais e Administrativos ⁽¹⁾	8.572,1	8.221,1	7.764,9	10,4%	4,3%
Outros Depósitos	229,7	273,4	212,8	7,9%	-16,0%
Recursos em Letras	8.359,1	7.358,3	6.956,7	20,2%	13,6%
Letras Financeiras ⁽²⁾	2.206,3	1.547,8	1.359,2	62,3%	42,5%
Letras de Crédito Imobiliário	2.730,6	2.580,6	1.789,4	52,6%	5,8%
Letras de Crédito do Agronegócio	3.422,2	3.229,8	3.808,0	-10,1%	6,0%
Dívida Subordinada ⁽³⁾	1.723,4	1.880,7	1.491,1	15,6%	-8,4%
Total Recursos Captados	98.503,6	97.433,9	86.319,4	14,1%	1,1%
Recursos Administrados	19.770,6	18.695,4	17.030,2	16,1%	5,8%
Total Recursos Captados e Administrados	118.274,2	116.129,2	103.349,5	14,4%	1,8%

(1) Incluído conforme Instrução Normativa BCB nº 459/24.

(2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

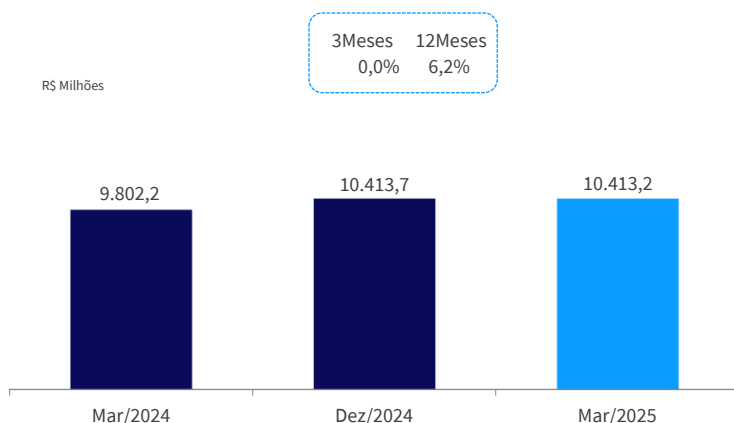
(3) Refere-se à captação externa subordinada.

Depósitos - os depósitos apresentaram crescimento de 13,5% ou R\$10.549,6 milhões frente a março de 2024 e relativa estabilidade na comparação com dezembro de 2024, refletindo, principalmente, a ampliação dos depósitos a prazo. Os depósitos a prazo, R\$63.828,3 milhões em março de 2025, representam 64,8% dos recursos captados, sendo o principal instrumento de captação do Banco.

Recursos em Letras - os recursos em letras de março de 2025 apresentaram aumento de 20,2% ou R\$1.402,4 milhões em doze meses, influenciado, principalmente, pelo incremento do saldo das letras de crédito imobiliário e letras financeiras, minimizado pela redução nas letras de crédito do agronegócio; e de 13,6% ou R\$1.000,8 milhões em três meses, face, especialmente ao aumento das letras financeiras e de crédito do agronegócio.

Dívida Subordinada - a dívida subordinada de março de 2025 apresentou crescimento de 15,6% ou R\$232,2 milhões em doze meses e redução de 8,4% ou R\$157,4 milhões em três meses, refletindo, principalmente, a variação cambial e marcação a mercado ocorrida nos períodos.

Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido - PL do Banrisul totalizou R\$10.413,2 milhões ao final de março de 2025, com crescimento de 6,2% ou R\$611,0 milhões em relação a março de 2024, influenciado, especialmente, pela incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, o remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)) e a adoção inicial dos requerimentos que constam nas Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº

4.975/21. Na comparação com dezembro de 2024, o PL de março de 2025 apresentou relativa estabilidade.

Índice de Basileia

As Resoluções nº 4.955/21 e 4.958/21 do Bacen determinam que a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tenha como base o Conglomerado Prudencial. O Índice de Basileia - IB mede a relação entre a soma do Capital de Nível I - CNI e do Capital de Nível II - CNII e o total dos ativos ponderados pelo risco calculados para a data-base. A manutenção dos Índices de Capital acima dos níveis definidos pelo regulador busca proteger o Banrisul em caso de eventos de estresse.

A Gestão de Capital busca potencializar a aplicação dos recursos disponíveis, além de garantir a solvência da Instituição. O Patrimônio de Referência - PR encerrou março de 2025 em R\$11.582,5 milhões, contra R\$10.043,8 milhões em março de 2024 e R\$11.564,6 milhões em dezembro de 2024. Para este período de apuração, o PR é composto pela soma do Capital de Nível I, R\$9.421,1 milhões, e do Capital de Nível II, R\$2.161,4 milhões. A variação do PR foi de R\$1.538,7 milhões e R\$17,9 milhões, no comparativo com março de 2024 e dezembro de 2024, respectivamente.

Em 31 de março de 2025, o Índice de Basileia atingiu 15,8%, 5,3 pp. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%). Para este mesmo período, o Índice de Capital Principal e o Índice de Nível I são iguais e encerraram o período em 12,8%, sendo, respectivamente, 5,8 pp. e 4,3 pp. acima do mínimo regulatório. Em relação a março de 2024, o IB reduziu 1,88 pp. e 1,46 pp. na comparação com dezembro de 2024. A seguir são apresentadas as variações do PR.

Variações do Patrimônio de Referência

Variação PR Mar2025 x Mar2024	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Derivativos	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
1.538,7	597,5	210,3	(113,0)	528,0	289,7	26,2

Variação PR Mar2025 x Dez2024	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Derivativos	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
17,9	151,3	10,5	113,0	46,9	(141,1)	(162,7)

MERCADO COMPETITIVO

No mercado competitivo, a Instituição ocupava em dezembro de 2024 (última data base divulgada pelo Bacen) a 12ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional - SFN, 14ª posição em patrimônio líquido, 12ª posição em captações (depósitos totais, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses) e 6ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Bacen, excluído o BNDES.

Mercado Competitivo

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Mar 2025	Mar 2024	Dez 2024	Dez 2023
Depósitos à Vista	0,9257%	1,0193%	27,2557%	33,8540%
Depósitos de Poupança	1,1092%	1,1281%	11,9778%	12,4895%
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	2,3156%	2,1699%	44,8365%	35,4743%
Operações de Crédito	0,9872%	0,9129%	18,9524%	20,0631%
Nº de Agências	3,1421%	2,9580%	34,3545%	32,9140%

(1) Data base: dezembro 2024 e dezembro 2023; última informação divulgada pelo Bacen.

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativos ao primeiro trimestre de 2025, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

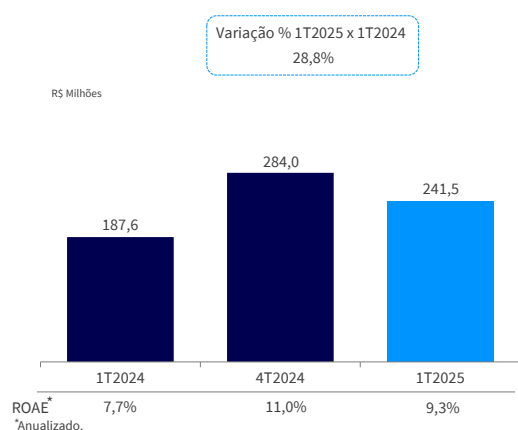
Cenário Econômico

O cenário econômico internacional surpreendeu, em boa medida, pela maior resiliência da atividade global, em que pese a desaceleração gradual da economia chinesa e o contexto de recessão no setor industrial europeu. Neste contexto, a inflação em economias centrais se mostrou mais elevada do que era projetado no início do ano. Porém, a conjunção de inflação acima da meta e atividade econômica em expansão não impediu o início de um processo de normalização das condições monetárias a partir de meados de 2024 tanto nos EUA quanto na zona do euro. Ao longo do último trimestre de 2024, o dólar exibiu forte valorização ante moedas pares, o que se refletiu também em um fator de desvalorização cambial para moedas de economias emergentes. Há que se notar, contudo, que diante de um acirramento dos embates comerciais entre os EUA e diversos países parceiros e uma mudança na condução do relacionamento americano com alguns de seus aliados geopolíticos, um novo viés de maior gasto fiscal na Europa e o aumento das incertezas econômicas nos Estados Unidos tem levado, nos primeiros meses de 2025, a uma reversão da tendência de valorização do dólar em âmbito global e uma maior preocupação sobre a possibilidade de uma desaceleração mais abrupta da atividade econômica mundial.

Neste cenário, a atividade no Brasil voltou a superar as previsões de mercado, com o PIB doméstico encerrando o ano com crescimento de 3,4% sobre 2023, impulsionado, principalmente, pela aceleração do ritmo de expansão da indústria, do setor de serviços, do consumo das famílias e do investimento. Entretanto, a inflação manteve-se elevada e distante da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o que levou o Bacen a reverter o processo de afrouxamento monetário do início do ano e tornar a elevar a taxa básica de juros – a Selic – a partir de setembro de 2024, levando-a ao patamar de 14,25% ao ano em março de 2025.

Em meio à conjuntura de maior resiliência da atividade no Brasil e no mundo, a economia do Rio Grande do Sul (RS) exibiu força após as graves enchentes que atingiram o Estado em maio do ano passado, com o PIB do RS acumulando expansão de 4,9% em 2024, quando comparado com o ano anterior. Este desempenho refletiu o crescimento de 35,0% do setor agropecuário, após a estiagem de 2023, e de 3,5% do setor de serviços, variações que mais do que compensaram a retração modesta de 0,4% do setor industrial. Já o mercado de crédito no RS registrou em 2024 mais um ano de expansão mais firme do que o observado no País, com o saldo de crédito total no RS tendo crescido 14,8% ante 2023, com destaque, desta vez, para o crescimento do saldo de crédito às empresas, que se expandiu 15,3%, enquanto o crédito às famílias cresceu 14,6%. Por fim, a taxa média de inadimplência do sistema financeiro no Rio Grande do Sul avançou de 2,4% em 2023 para 2,5% em 2024, mantendo-se abaixo do registrado no Brasil como um todo (3,2% em 2024).

Desempenho Consolidado



O lucro líquido no 1T2025 totalizou R\$241,5 milhões, crescimento de 28,8% ou R\$53,9 milhões frente ao 1T2024. A variação no exercício reflete especialmente: (i) o incremento da margem financeira, (ii) as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, (iii) o crescimento das receitas de prestação de serviços, e (iv) o moderado aumento das despesas administrativas.

A riqueza gerada pelo Banrisul no 1T2025, medida pelo conceito de valor adicionado, totalizou R\$1.085,4 milhões, dos quais 51,6% foram destinados ao pagamento de pessoal, 25,1% ao pagamento de impostos, taxas e contribuições, 22,2% à remuneração de capitais próprios e 1,1% à remuneração de capitais de terceiros.

O patrimônio líquido alcançou R\$10.413,2 milhões no final de março de 2025, mantendo-se estável em relação a dezembro de 2024, refletindo, em especial, a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre capital próprio e a adoção inicial dos requerimentos que constam nas Resoluções nº 4.966/21 e 4.975/21 do CMN. O total em ativos alcançou R\$151.262,2 milhões em março de 2025, crescimento de 2,6% frente a dezembro de 2024. Na composição dos ativos, as aplicações em tesouraria (títulos e valores mobiliários somados às aplicações interfinanceiras de liquidez e às disponibilidades) representam 44,0% do total, as operações de crédito 42,3%, os depósitos compulsórios no Bacen 7,7% e os demais ativos 6,0%. As aplicações em tesouraria totalizaram R\$66.538,3 milhões em março de 2025, incremento de 7,2% frente a dezembro de 2024.

Produtos e Serviços

Carteira de Crédito

Nossa carteira de crédito alcançou R\$64.009,8 milhões em março de 2025, alta de 3,1% frente a dezembro de 2024, refletindo, especialmente, a ampliação no saldo em crédito comercial e financiamentos de longo prazo. O crédito comercial, nossa maior carteira, totalizou R\$38.500,0 milhões, e corresponde a 60,1% do total de operações de crédito. Em 2025 as debêntures passaram a integrar o saldo da carteira de crédito no âmbito da implantação do novo COSIF 1.5 e da Resolução CMN nº 4.966/21.

Para pessoas físicas, divulgamos no início de 2025 o produto Home Equity, que tem como garantia principal o imóvel do cliente e foi disponibilizado em diversas modalidades, dentre elas o uso da mesma garantia para múltiplas operações. Também para pessoas físicas, reabrimos a Antecipação da Restituição do Imposto de Renda para o ano de 2025 incluindo o enquadramento da opção de restituição via PIX.

No segmento pessoa jurídica o principal produto continua sendo a Conta Única Banrisul. Adicionalmente, estamos trabalhando em novos produtos de capital de giro para empresas, que incluem maior flexibilidade na contratação e ajuste de garantias, visando simplificar a carteira de crédito do segmento.

Retomamos em 2025 a cobrança de parcelas das operações de crédito consignado no âmbito do Programa Reconstruir RS, desenvolvido a partir das enchentes de maio de 2024. Com isso, encerrou-se a carência de todas as linhas pessoa física e jurídica abrangidas pelo programa.

No agronegócio, mantivemos nosso propósito de sermos um agente de fomento para o setor, e estivemos presentes nos principais eventos do segmento, como a Expodireto 2025, Expoagro Afubra e Abertura da Colheita do Arroz. Nossa carteira manteve seu volume administrado e estável no 1T2025, com novas liberações de R\$1.430,1 milhão para pessoa física e R\$98,8 milhões para pessoa jurídica.

Programa Banrisul Financiamento Imobiliário

Em fevereiro de 2025 anunciamos a dotação de R\$1,0 bilhão para a contratação de financiamento imobiliário no Plano Empresário, direcionado a empresas do ramo da construção civil e exclusivamente para empreendimentos de imóveis residenciais, com *funding* composto por 50% de recursos da poupança e 50% de recursos livres. Essa dotação também engloba a modalidade Desligamento - financiamento à pessoa física de imóveis residenciais de empreendimentos financiados pelo Banrisul.

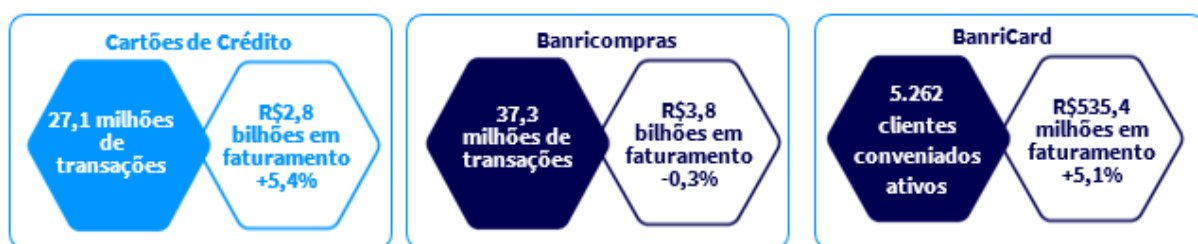
Para outras informações sobre a nossa carteira de crédito, acesse o relatório Análise de Desempenho.

Recursos Captados e Administrados

No 1T2025, o saldo dos recursos captados e administrados alcançou R\$118.274,2 milhões, com crescimento de 1,8% em relação a dezembro de 2024, alavancado especialmente pela captação de depósitos a prazo e recursos de letras financeiras. Mantivemos a estratégia de ampliação da captação prefixada em letras de crédito Imobiliário (LCI) e de Agronegócios (LCA), e também lançamos o CDB Progressivo prefixado, que encerrou o trimestre com um saldo de R\$426,5 milhões.

Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,3 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de março de 2025. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$207,0 milhões no 1T2025.



Disponibilizamos novos serviços na área Banricompras no App, que aprimoraram a experiência do cliente. Criamos o espaço "Oportunidades para você" com ofertas exclusivas, e implementamos o envio de *Push* para o celular do cliente nas transações Banricompras.

Ainda no 1T2025 encerramos a promoção Banricompras Premiável, lançada no 4T2024, com distribuição de 1.712 prêmios totalizando R\$2,1 milhões.

Rede de Adquircencia Vero

A Vero encerrou o 1T2025 com 143,9 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses. No período, foram capturadas 141,1 milhões de transações, incremento de 4,7% em relação ao 1T2024, sendo 98,6 milhões com cartões de débito e 42,5 milhões com cartões de crédito. O volume financeiro transacionado totalizou R\$12,6 bilhões, refletindo crescimento de 7,1% frente ao mesmo período do ano anterior, sendo R\$6,9 bilhões com cartões de débito e R\$5,8 bilhões com cartões de crédito.

A antecipação do recebimento de vendas alcançou R\$2,3 bilhões no 1T2025 representando 37,3% do volume passível de antecipação, 11,9% superior ao 1T2024.

Seguridade

Disponibilizamos produtos de seguridade de diversos ramos, como seguros de pessoas, patrimoniais, rurais, planos de previdência e títulos de capitalização para comercialização em nossa rede de agências e também via App. No primeiro trimestre de 2025, lançamos o Seguro Proteção Financeira Crédito Pessoa Jurídica e a opção de comercialização digital do seguro AP Smart. Entre as melhorias estão a vistoria digital para o ramo de seguros massificados e para o Seguro Auto, inclusive o pagamento do prêmio com cartão de crédito. Como estratégia de negócio para divulgar e ampliar as vendas dos seguros digitais AP Smart e Vida Digital, realizamos ações comerciais via canais digitais e redes sociais.

A arrecadação de prêmios de seguros, contribuições de previdência e títulos de capitalização alcançou R\$643,7 milhões no 1T2025. As receitas totais atingiram R\$95,7 milhões; destas, as receitas de comissões de

corretagem corresponderam a R\$74,4 milhões. Em março de 2025, as operações ativas de seguridade totalizaram 2,5 milhões de contratos.

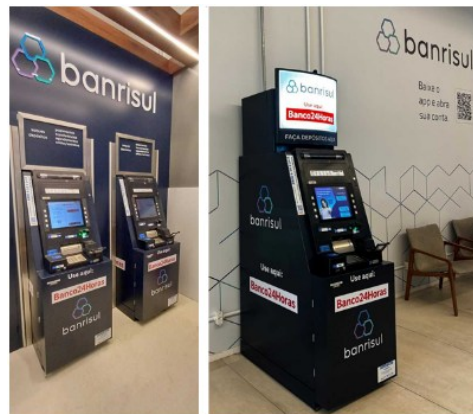
Relacionamento com o Cliente

Agências especializadas em atendimento Pessoa Jurídica

Após superarmos boa parte dos desafios causados pela enchente de 2024, estamos concluindo os projetos Banrisul Empresas e Banrisul Corporate, que incluem a criação de agências exclusivas para o atendimento ao público Pessoa Jurídica, com equipe especializada e em cidades com maior potencial. Retomamos os estudos de otimização das agências, no escopo da estratégia de eficiência operacional, visando a redução de custos e consolidando pontos de venda que competiam pelo mesmo público.

Iniciamos a modernização dos equipamentos de autoatendimento (ATMs) e instalamos 42 ATMs Recicladores em estabelecimentos comerciais em Porto Alegre, Canoas, Gravataí e Pelotas. Esses equipamentos possibilitam transações de depósitos em dinheiro *online* para os clientes do Banrisul e para clientes de mais de 150 bancos interligados a Rede Banco24Horas. Somos o 1º banco no Brasil a compartilhar nossa rede de autoatendimento.

Ao todo, serão 1.000 equipamentos distribuídos em pontos externos e na rede de agências até o final de 2025.



Os 902 Banripontos estão presentes em 66% das cidades do Rio Grande do Sul, como opção de atendimento em horário diferenciado, com produtos e serviços oferecidos em localidades desassistidas e em pontos estratégicos das grandes cidades. Através dos Banripontos também realizamos negócios como abertura de contas, venda de consórcio e oferta de crédito consignado. Em 2025 a estratégia é nos fazer presentes em 100% dos municípios do RS e diversificar mais o portfólio, com a oferta de produtos para pessoa jurídica.



Contamos com a Ouvidoria para analisar e buscar a solução das demandas de clientes/usuários como atendimento complementar aos canais primários de atendimento.

Canais Digitais

Os canais de *Internet Banking* (Home e Office Banking) e *Mobile Banking* (Minha Conta, Afinidade e Office Mobile), acessados por meio de nosso App tiveram, no 1T2025, 178,4 milhões de acessos, 11,9% superior ao mesmo período de 2024, uma média de 1,9 milhão de acessos diários. O total de operações realizadas através desses canais cresceu 15,5%, enquanto a quantidade de transações financeiras foi 10,5% maior e o volume transacionado cresceu 17,0% na comparação com o 1T2024.

87,7% das operações no 1T2025
ocorreram em nossos canais digitais

Aprimoramos a jornada dos clientes nos Canais Digitais, um passo importante para a renovação de nossa base. Expandimos a marca Banrisul para todo o território nacional com a abertura de Conta Digital para pessoa física, alcançando 100 mil novos clientes desde seu lançamento em 2024, com validações adicionais

de segurança. A abertura de Conta Digital para microempreendedores individuais (MEI) residentes no Rio Grande do Sul alcançou 669 novos clientes nesse trimestre.

A Banri Global Account, solução criada em 2024 com a finalidade de atender as demandas dos nossos clientes em viagens internacionais, chegou ao total de 5.440 contas abertas.

No App Banrisul, implementamos melhorias na experiência de contratação de crédito, bem como autenticação aos serviços Gov.br e pagamentos com Banricompras por aproximação, tornando-as mais intuitivas e simplificadas com novos menus e funcionalidades que garantem mais agilidade e praticidade.

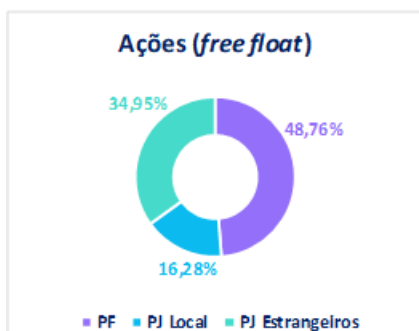
Disponibilizamos ainda a solicitação e contratação de operações de desconto de duplicatas pelos canais de autoatendimento.

Governança Corporativa

Possuímos uma Governança Corporativa estabelecida, com atribuições bem definidas, que busca constantemente aprimorar os métodos, políticas e processos decisórios, alinhado às melhores práticas de mercado. Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão desde 2007, o Banrisul atende integralmente aos requisitos desse nível de listagem e aspectos adicionais que são exigências para companhias com ações listadas no Novo Mercado, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, buscando gerar valor aos acionistas e reforçar a credibilidade junto aos investidores e clientes.

Informações adicionais sobre Governança Corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – [Seção Governança Corporativa](#)).

Estrutura Acionária



Nossas ações são negociadas sob os *tickers* BRSR3, BRSR5 e BRSR6, esta última a ação mais líquida, presente em oito índices da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em 2025 houve a inclusão inédita das ações do Banrisul no Índice Carbono Eficiente

B3, ICO2 B3 na carteira de janeiro a abril. O Estado do Rio Grande do Sul, acionista controlador, possui 98,1% das ações ordinárias com direito a voto e 49,4% do capital total do Banrisul.

Nossa base acionária conta ainda com aproximadamente 151 mil acionistas e possui dispersão superior ao mínimo de ações em livre circulação (*free float*) exigido pelo Nível 1 de Governança Corporativa da B3, sendo 50,6% frente a 25%, respectivamente. A seguir apresentamos alguns indicadores de mercado:



Ratings Banrisul

O *rating* corporativo é uma avaliação da solidez financeira da instituição e de sua capacidade de cumprir suas obrigações financeiras. Neste quesito somos monitorados pelas três principais agências de classificação de risco de crédito do mercado: Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings.

No 1T2025 a agência Moody's reafirmou o *rating* do Banrisul, com a perspectiva de nota de crédito global estável. Enquanto isso, na escala local, houve elevação da nota de crédito para AA-.br, também com perspectiva estável. A seguir, apresentamos uma tabela com as notas de longo prazo atribuídas ao Banrisul:

	Banrisul (Escala Nacional)	Banrisul (Escala Global)	Brasil – Risco Soberano (Escala Global)
S&P	brAA+	BB-	BB
Fitch	AA+(BRA)	BB-	BB
Moody's	AA-.br	Ba3	Ba1

Todas as informações sobre *Ratings* podem ser encontradas no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – Seção Informações ao Mercado/ Ratings).

Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

Desde o início de 2008 mantemos uma política de pagamento trimestral de Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) e, historicamente, remuneramos os acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido. No 1T2025 foram pagos e/ou provisionados JSCP e dividendos, antes da retenção do imposto de renda, no montante de R\$90,0 milhões.

Relações com Investidores

Nossa área de Relações com Investidores está em permanente interação com os diversos agentes de mercado, comunicando informações financeiras da Companhia, realizando apresentações sobre resultados e perspectivas do Banrisul, atualizando documentos regulatórios obrigatórios, bem como divulgando tempestiva e oportunamente fatos relevantes, comunicados ao mercado e demais avisos aos acionistas e investidores.

Entre em contato conosco pelo canal [Fale com o RI](#) e [Cadastre-se no Mailing](#) para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação.

Gestão de Capital e de Risco

A Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos é revisada anualmente, e está disponível no site de Relações com Investidores, (ri.banrisul.com.br - Seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos), em conjunto com o Relatório de Pilar 3 que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do patrimônio de referência e da razão de alavancagem.

Neste contexto, tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e riscos aos quais o Banco está sujeito.

Visando a adequada gestão do risco de crédito, realizamos melhorias sistêmicas no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada - RWA_{CPAD} . No 1T2025 realizamos adaptações sistêmicas em função da reformulação do Plano de Contas Cosif 1.5 e da nova regra de provisionamento implementada pela Resolução CMN n.º 4.966/21, mais sofisticada e prospectiva.

Para o risco de mercado, os processos de monitoramento não sinalizaram nenhuma ocorrência de eventos ou crises que culminassem em aumento desse risco. Os indicadores permaneceram em níveis adequados à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos e aos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Neste período, participamos de discussões junto à Febraban sobre a agenda para a adoção do novo arcabouço regulatório de risco de mercado, também conhecido como *Fundamental Review of the Trading Book* (FRTB).

No que se refere ao risco de liquidez, os processos de monitoramento também não sinalizaram nenhuma ocorrência de eventos ou crises que levassem a um aumento desse risco. Os indicadores de risco permanecem

em níveis adequados à política de gerenciamento de risco e aos limites estabelecidos na RAS. Os cenários utilizados nas projeções de resultados dos fluxos de caixa das operações não sinalizaram riscos relevantes de liquidez, e nenhum cenário projetado de estresse nas posições se materializou.

Finalizamos a revisão periódica e atualização das matrizes de risco operacional da Instituição, que abrange todas as Unidades e Empresas do Grupo Banrisul, objetivando identificar os riscos aos quais estamos expostos, possibilitando gerenciá-los a fim de manter a exposição em níveis adequados. Além disso no que tange à gestão de continuidade de negócios, após a revisão das criticidades dos processos institucionais, através das Análises de Impacto nos Negócios, iniciamos a atualização dos Planos de Continuidade Operacional – PCOs, com previsão de conclusão no 2T2025.

Quanto aos riscos sociais, ambientais e climáticos, monitoramos a exposição da carteira de crédito pessoa jurídica, que se manteve dentro dos limites estabelecidos. Na avaliação de risco em operações, está em andamento um projeto para a qualificação das análises.

Em relação ao Índice de Basileia, Patrimônio de Referência e Ativos Ponderados pelo Risco, cabe destacar que em janeiro de 2024 as instituições financeiras passaram a calcular o RWA_{SP} (referente às exposições a riscos associados a serviços de pagamento), e estes valores passaram a fazer parte do total dos ativos ponderados pelo risco, base de cálculo para o capital mínimo regulamentar. O índice de Basileia atingiu 15,8% em 31 de março de 2025, 5,3 pp. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%).

Investimento e Inovação

O início de 2025 foi um momento de entregas significativas de projetos de transformação digital e inovação tecnológica que trarão impacto significativo nos próximos ciclos, reforçando nosso propósito de promover as melhores soluções financeiras para nossos clientes.

Os investimentos em modernização tecnológica, que contemplam todos os investimentos em TI, autoatendimento, Datacenter, transformação digital, atendimento e relacionamento com clientes, sistemas de informação e segurança patrimonial, bem como em reformas e ampliações, totalizaram R\$85,6 milhões, tendo como principal finalidade a modernização da infraestrutura de TI e de Segurança Patrimonial.

Ações e Iniciativas

Colabora 365

Estamos implementando o projeto Colabora 365, por meio da adoção de uma ferramenta de colaboração padronizada, ágil e integrada para as equipes: a plataforma Microsoft 365. Sua adoção traz diversos benefícios através de soluções de armazenamento em nuvem, compartilhamento de documentos, ferramentas de colaboração, gestão e comunicação, Inteligência Artificial integrada e padronização de arquivos, todos alinhados com a redução de custos com infraestrutura interna de TI, aumento da eficiência operacional e segurança das informações corporativas.

Open Finance

Para evoluir no sistema *Open Finance*, implantamos indicadores de performance com base nos dados compartilhados pelos clientes para, ao conhecê-los melhor, fornecer um suporte mais robusto à área de negócios na oferta de produtos e serviços. Trabalhamos para tornar a jornada de transmissão de dados mais simples, em atendimento às normas do Bacen, com o objetivo de facilitar a compreensão e diminuir a insegurança dos usuários no compartilhamento de dados, aumentando assim a taxa de conversão do Banrisul como transmissor de dados e acompanhando os índices de outras instituições participantes. Avancamos no desenvolvimento dos serviços de iniciação de transações de pagamentos, explorando oportunidades para novos serviços, como Transferências Inteligentes e Pix Automático, e firmamos parceria com a *fintech* InvestPlay, visando ampliar a oferta de soluções aos clientes de forma mais personalizada e com gestão financeira pessoal.

Pix

Expandimos a disponibilidade do Pix para mais um canal digital, o *Home Banking*, tornando-o acessível em todos os nossos canais digitais. Além disso, o Pix Parcelado, lançado em dezembro de 2024, tem sido muito utilizado via *App* Banrisul, consolidando-se em pouco mais

de 3 meses de operação e possibilitando a contratação de crédito no produto Pix, ampliando sua oferta em uma jornada atrativa. No 1T2025 tivemos 26,4 mil clientes que realizaram R\$8,8 milhões em contratações.

Na comercialização de produtos via APIs, chegamos a 690 empresas integradas às funcionalidades do Pix Banrisul em seus sistemas, com movimentação financeira que ultrapassou R\$1,0 bilhão. Seguindo as tendências tecnológicas do setor financeiro, criamos uma interface de aplicação para os serviços da Cobrança *Online*, permitindo sua integração com sistemas parceiros e viabilizando pagamentos diretamente em suas plataformas, de forma flexível e segura. Além disso, incluímos a primeira proposta de crédito consignado, marcando um avanço no modelo de negócios e fortalecendo o relacionamento com parceiros comerciais.

No fortalecimento contínuo da Segurança de Tecnologia da Informação, criamos a Campanha de Conscientização “Abre o olho, pode ser golpe” - com o objetivo de prevenir ataques de engenharia social, em comemoração ao Dia da Internet Segura, que em 2025 ocorreu dia 11 de fevereiro e foi dirigida aos nossos públicos interno e externo.

Seguimos no contexto da Transformação Digital, baseado em *Design Thinking*, com equipes multidisciplinares atuando no equilíbrio entre necessidades de negócio, experiência das pessoas e viabilidade tecnológica. Em 2025 mantivemos os ciclos curtos de desenvolvimento, apresentando atualizações constantes na experiência dos usuários com nossos produtos digitais, com destaque para a nova área de empréstimos do aplicativo Banrisul.

No âmbito das moedas digitais temos participado da segunda fase piloto do Drex através do Consórcio da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) onde serão testados dois casos de uso: Crédito Colateralizado em títulos públicos federais (Smart Contract para uso de Ativos como Garantia) e Transações com Cédula de Crédito Bancário (CCBt).

Para modernizar continuamente o ambiente de tecnologia e infraestrutura implementamos a criptografia para os processos de pagamentos, com toda a segurança necessária, por meio de um dispositivo físico especializado. À medida que esse novo dispositivo substituir o atual esperamos reduzir o uso de recursos computacionais e de custos operacionais.

No tópico de resiliência do ambiente de tecnologia e manutenção da disponibilidade dos serviços prestados, iniciamos o lançamento dos cabos de fibra óptica do Projeto da 3ª Rota entre os *Datacenters* do Banrisul, e continuamos o projeto de Melhoria da Comunicação de Dados em Postos de Atendimento Eletrônicos, atualizando a tecnologia atual por uma sem fio.

Em 2025, para avançar com a modernização das telecomunicações e da conectividade, estamos fornecendo links de internet de alta qualidade para Agências e Postos de Atendimento, adotando um sistema mais robusto e adequado ao uso de ferramentas colaborativas. Essa iniciativa visa aumentar a eficiência, a qualidade, a estabilidade e o desempenho da infraestrutura digital.

Banritech

No 1T2025 nos dedicamos ao planejamento do Ciclo de aceleração de Startups 2025, o Banritech FLY, com foco na identificação de problemas reais dentro do Banrisul através das unidades, visando eliminar ineficiências e melhorar as entregas. O esforço colaborativo através de workshops realizados nos levou a uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados e estabeleceu uma base sólida para o desenvolvimento de soluções inovadoras. O ciclo Banritech FLY reforça a importância da cultura de inovação, nos posicionando como um agente de transformação e promovendo um ambiente onde a inovação é incentivada e valorizada.

Além disso, renovamos o contrato de apoio ao Pacto Alegre, um movimento que apoia o empreendedorismo e o ecossistema de inovação no Estado, visando transformar Porto Alegre em um polo de inovação, atração de investimentos e empreendedorismo através de parcerias e compartilhamento de recursos.

Sustentabilidade

No início de 2025 fomos incluídos, pela primeira vez, na carteira do Índice Carbono Eficiente da B3 (ICO2 B3), indicador que reúne empresas comprometidas com a transparência na gestão de suas emissões e com ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável. A inclusão no índice exige que as companhias atendam critérios rigorosos, como a participação na carteira do Índice Brasil Amplo (IBrA B3), a adesão formal à iniciativa do ICO2 B3 e o reporte de inventários anuais de gases de efeito estufa (GEE), com evidências que comprovem as boas práticas de gestão ambiental. Essa conquista reflete nosso compromisso com práticas sustentáveis e a gestão responsável das emissões de GEE.

Reportamos, desde 2020, informações relacionadas à governança climática na plataforma do Carbon Disclosure Project (CDP), organização internacional sem fins lucrativos que fornece uma plataforma para divulgar dados ambientais e climáticos para investidores, companhias e governos, e no ciclo 2024 obtivemos nota C.

Pessoas

No 1T2025 publicamos edital com 100 vagas para o concurso público de Técnico em Tecnologia da Informação, visando nos manter competitivos frente à concorrência e às inovações tecnológicas que emergem do setor bancário, além de manter um elevado nível de atendimento e mão de obra especializada. Também prorrogamos até março de 2027 a validade do concurso público para Escriturário, garantindo a reposição de empregados desligados.



No campo da educação corporativa investimos R\$430,0 mil em programas de incentivo e na capacitação dos empregados.

Ampliamos os programas de formação para funções específicas, bem como imersões voltadas à alta liderança e à equipe comercial da rede de agências. Também fomentamos pesquisas e estudos acadêmicos dos funcionários, objetivando a aplicabilidade dessas pesquisas em prol de novos produtos e soluções alinhadas às nossas estratégias e sustentabilidade.

Implementamos o Programa Banrisul Nosso Jeito - uma jornada estruturada de desenvolvimento voltada às áreas comerciais, técnicas e executivas, promovendo aprimoramento profissional e fortalecimento estratégico. Impulsionados pelo programa, atualizamos diversos cursos na plataforma EAD, que conta com 28 cursos obrigatórios ativos em áreas como segurança da informação, agronegócios, dados, inteligência artificial e libras.

A Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), em parceria com o Banrisul, lançou o Programa CONTIGO, que visa a promoção de saúde dos seus beneficiários. Desenvolvido com foco na Atenção Primária à Saúde (APS), o modelo busca oferecer um atendimento humanizado, completo e acessível.

Ações e Programas Culturais e Sociais

Destacamos as iniciativas: Projeto Pescar Banrisul, que já está em sua 22ª turma com 30 participantes, jovens em situação de vulnerabilidade social posteriormente direcionados a estágios; o Programa Jovem Aprendiz Legal, voltado à inserção de jovens no mercado de trabalho e viabilizado através de parcerias com instituições formadoras; as ações de Diversidade, Equidade e Inclusão, que tiveram seu calendário elaborado e aprovado para 2025, sendo que já no 1T2025 ocorreram ações relacionadas aos temas Visibilidade Trans, Discriminação Zero e Liderança Feminina; e a Banrieduca: Educação Financeira, através da qual participamos da Global Money Week, e no período atualizamos nossa Política de Educação Financeira.

O Museu Banrisul esteve fechado ao público no 1T2025 para a realização de melhorias no Espaço Memória Banrisul. Os trabalhos de recuperação dos acervos atingidos pela enchente de maio de 2024 estão em andamento, bem como a reestruturação da reserva técnica para o acondicionamento do patrimônio histórico do Banrisul.

No escopo da acessibilidade, contamos com 1.292 colaboradores capacitados na língua brasileira de sinais - Libras.

Reconhecimentos

[Janeiro/2025.](#)

[Banrisul estreia na carteira do Índice Carbono Eficiente da B3.](#)

O Banrisul foi incluído, pela primeira vez, na carteira do Índice Carbono Eficiente da B3 (ICO2 B3), conforme detalhado no capítulo Sustentabilidade.

[Março/2025.](#)

[Banrisul conquista Prêmio Ouvidorias Brasil pela quinta vez.](#)

A Ouvidoria do Banrisul foi novamente reconhecida pela sua excelência no atendimento ao cliente ao conquistar o Prêmio Ouvidorias Brasil, promovido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (ABRAREC). O Banco recebeu a premiação pela quinta vez na categoria Melhores Cases, com um projeto inovador voltado para a gestão de clientes vulneráveis. O prêmio reconhece empresas e profissionais que se destacam na inovação e excelência no atendimento por meio de suas ouvidorias, há mais de 20 anos. Assim como ocorreu em 2022, nesta edição a Ouvidoria do Banrisul também recebeu destaque em inovação pela Comissão de Notáveis da ABRAREC, evidenciando sua trajetória de aprimoramento constante e sua atuação estratégica dentro da organização.

[Banrisul é a marca líder em Empresa Pública Gaúcha no Marcas de Quem Decide.](#)

O Banrisul é a marca líder em Lembrança e Preferência na categoria Empresa Pública Gaúcha, além de obter destaque como a segunda empresa em Marca Símbolo da Retomada Econômica e a sexta companhia em Grande Marca Gaúcha do Ano, em ambos os quesitos. Os reconhecimentos integram a 27ª edição do Marcas de Quem Decide, promovido pelo Jornal do Comércio em parceria com o Instituto Pesquisas de Opinião (IPO). A instituição também está entre as cinco primeiras companhias em Lembrança e Preferência nas categorias Banco e Consórcio. A pesquisa é a única que mede, simultaneamente, a lembrança e a preferência dos executivos gaúchos em relação a empresas, serviços, entidades e destinos turísticos. Neste ano, o estudo analisou 79 categorias de diversos setores da economia do Estado.

Agradecimentos

O desempenho alcançado no primeiro trimestre de 2025 é resultado das diretrizes que implementamos, e que contou com o comprometimento de nossos funcionários, a parceria dos mais de quatro milhões de clientes e a credibilidade dos acionistas, investidores e fornecedores em nossa Instituição.

A Diretoria

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	Individual	Consolidado
		31/03/2025	31/03/2025
Disponibilidades	6	1.373.529	1.373.531
Ativos Financeiros		140.331.781	143.685.690
Ao Custo Amortizado		118.419.537	121.205.453
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	11.621.040	11.621.040
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	2.850.996	2.850.996
Títulos e Valores Mobiliários	9	40.032.803	40.040.950
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	63.994.975	64.009.833
Outros Ativos Financeiros	11	3.155.972	5.921.009
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)		(3.236.249)	(3.238.375)
(Operações de Crédito)	10	(3.185.496)	(3.185.784)
(Outros Ativos Financeiros)		(50.753)	(52.591)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		18.921.455	18.921.455
Títulos e Valores Mobiliários	12	18.921.455	18.921.455
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		2.990.789	3.558.782
Títulos e Valores Mobiliários	13	2.783.359	3.351.352
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	207.430	207.430
Ativos Fiscais		3.890.324	4.020.762
Correntes		220.629	280.989
Diferidos	15a	3.669.695	3.739.773
Outros Ativos	14	603.131	671.228
Investimentos		3.853.249	196.522
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	16	3.853.249	196.522
Imobilizado de Uso	17	705.595	890.391
Imobilizações de Uso		1.620.269	1.946.360
(Depreciação Acumulada)		(914.674)	(1.055.969)
Intangível	18	424.028	424.028
Ativos Intangíveis		1.903.896	1.905.383
(Amortização Acumulada)		(1.479.868)	(1.481.355)
Total do Ativo		151.181.637	151.262.152

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	Individual	Consolidado
		31/03/2025	31/03/2025
Passivos Financeiros		135.786.018	135.625.355
Ao Custo Amortizado		133.971.282	133.810.619
Depósitos	19	89.270.964	88.421.129
Captações no Mercado Aberto	19	25.563.187	25.460.841
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	8.696.108	7.921.071
Dívidas Subordinadas	19	438.035	438.035
Obrigações por Empréstimos	19	2.366.923	2.371.188
Obrigações por Repasses	19	3.458.120	3.458.120
Outros Passivos Financeiros	20	4.177.945	5.740.235
Ao Valor Justo por meio do Resultado		1.725.082	1.725.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	1.718	1.718
Dívidas Subordinadas	21	1.723.364	1.723.364
Provisão para Perda Esperada		89.654	89.654
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		84.646	84.646
Garantias Financeiras Prestadas		5.008	5.008
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	23a	2.962.201	2.970.094
Passivos Fiscais		437.841	554.922
Correntes		141.753	245.034
Diferidos	15b	296.088	309.888
Outros Passivos	24	1.586.372	1.698.609
Total do Passivo		140.772.432	140.848.980
Patrimônio Líquido	25		
Capital Social		8.000.000	8.000.000
Reservas de Capital		5.098	5.098
Reservas de Lucros		2.511.118	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes		(95.658)	(95.658)
Lucros (Prejuízos) Acumulados		(11.353)	(11.353)
Participação de Não Controladores		-	3.967
Total do Patrimônio Líquido		10.409.205	10.413.172
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		151.181.637	151.262.152

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Valores em Milhares de Reais)

		Individual	Consolidado
		01/01 a	01/01 a
	Nota	31/03/2025	31/03/2025
Receitas de Intermediação Financeira		4.769.554	4.787.801
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos		2.542.460	2.542.460
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.844.992	1.863.239
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(159.357)	(159.357)
Resultado de Operações de Câmbio		173.215	173.215
Resultado das Aplicações Compulsórias		368.244	368.244
Despesas de Intermediação Financeira		(3.327.907)	(3.273.331)
Operações de Captação no Mercado		(3.021.751)	(2.967.080)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(306.156)	(306.251)
Resultado de Intermediação Financeira		1.441.647	1.514.470
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida		(334.538)	(334.700)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(420.378)	(420.261)
Outros Instrumentos Financeiros		85.840	85.561
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(900.624)	(885.249)
Receitas de Prestação de Serviços	26	278.213	549.862
Despesas de Pessoal	27	(634.378)	(639.515)
Outras Despesas Administrativas	28	(491.608)	(519.836)
Despesas Tributárias		(100.512)	(139.469)
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas	16	193.298	23.246
Outras Receitas Operacionais	29	112.540	135.018
Outras Despesas Operacionais	30	(135.478)	(171.679)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	23a	(122.699)	(122.876)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		206.485	294.521
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	31	34.833	(53.042)
Corrente		(3)	(90.467)
Diferido		34.836	37.425
Lucro Líquido do Período		241.318	241.479
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		241.318	241.318
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		-	161
Lucro por Ação	32		
Lucro Básico e Diluído por Ação- R\$			
Ação Ordinária		0,59	0,59
Ação Preferencial A		0,59	0,59
Ação Preferencial B		0,59	0,59

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas	241.318	241.479
Itens não Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	10.556	10.556
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	10.556	10.556
Variação de Valor Justo	19.267	19.267
Efeito Fiscal	(8.711)	(8.711)
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	10.556	10.556
Resultado Abrangente Líquido do Período	251.874	252.035
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	251.874	251.874
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	161

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

		Atribuível aos Acionistas da Controladora									
		Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total Individual	Participação de Não Controladores	Total Consolidado	
	Nota			Legal	Estatutária						Para Expansão
Saldo em 31/12/2024		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	(106.214)	-	10.410.002	3.706	10.413.708
Implementação de novas normas contábeis (Res. CMN nº 4.966/21, Res. BCB nº 352/23 e Res. CMN nº 4.975/21)							(164.121)	(164.121)	-	(164.121)	
Saldo de Abertura 01/01/2025		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	(106.214)	(164.121)	10.245.881	3.706	10.249.587
Outros Resultados Abrangentes									-	-	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	10.556	-	10.556	-	10.556
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	100	100
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	1.450	1.450	-	1.450
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	241.318	241.318	161	241.479
Destinação do Lucro Líquido		25c									
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)
Saldo em 31/03/2025		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	(95.658)	(11.353)	10.409.205	3.967	10.413.172

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	206.485	294.521
Ajustes ao Lucro antes da Tributação sobre o Lucro	268.383	450.058
Depreciação e Amortização	88.680	99.964
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(193.298)	(23.246)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	(84.236)	(84.236)
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	334.538	334.700
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	122.699	122.876
Variações Patrimoniais		
(Aumento)/Redução em Ativos	2.473.081	2.713.539
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(4.771)	(4.771)
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	95.890	95.890
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.463.199	1.524.995
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	118.586	118.586
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.117.944)	(1.118.901)
Outros Ativos Financeiros	2.050.639	2.274.105
Ativos Fiscais	(77.479)	(123.047)
Outros Ativos	(55.039)	(53.318)
Aumento/(Redução) em Passivos	3.932.938	3.451.062
Depósitos	624.729	226.239
Captações no Mercado Aberto	3.226.956	3.221.847
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.001.490	984.607
Obrigações por Empréstimos e Repasses	497.619	501.514
Outros Passivos Financeiros	(1.625.064)	(1.117.736)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(55.665)	(55.678)
Passivos Fiscais	(94.297)	(212.093)
Outros Passivos	280.259	(272.688)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	76.911	175.050
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	6.880.887	6.909.180
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	2.474	2.474
(Aumento) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros Resultados Abrangentes	(573.291)	(571.407)
(Aumento) Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	(5.633.012)	(5.633.249)
Alienação de Investimentos em Controladas e Coligadas	2.936	2.024
Alienação de Imobilizado de Uso	3.335	1.443
Alienação de Intangível	186	186
Aquisição de Investimentos em Controladas e Coligadas	(2.651)	(1.950)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(30.875)	(43.737)
Aquisição de Intangível	(12.597)	(12.597)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimento	(6.243.495)	(6.256.813)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(56.891)	(56.891)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(90.000)	(90.000)
Variação na Participação de Não Controladores	-	261
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	(146.891)	(146.630)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	490.501	505.737
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	1.734.417	1.792.278
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	2.224.918	2.298.015

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2025
Receitas (a)	4.825.769	5.137.981
Receitas de Intermediação Financeira	4.769.554	4.787.801
Prestação de Serviços	278.213	549.862
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(334.538)	(334.700)
Outras	112.540	135.018
Despesas (b)	(3.327.907)	(3.273.331)
Despesas de Intermediação Financeira	(3.327.907)	(3.273.331)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	(648.758)	(702.531)
Materiais, Energia e Outros	(492.646)	(538.813)
Serviços de Terceiros	(156.112)	(163.718)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	849.104	1.162.119
Depreciação e Amortização (e)	(88.680)	(99.964)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	760.424	1.062.155
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	193.298	23.246
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	193.298	23.246
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	953.722	1.085.401
Distribuição do Valor Adicionado	953.722	1.085.401
Pessoal	554.970	559.833
Remuneração Direta	384.243	387.974
Benefícios	146.479	147.216
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	24.248	24.642
Impostos, Taxas e Contribuições	145.087	272.193
Federais	130.117	249.811
Estaduais	6	154
Municipais	14.964	22.228
Remuneração de Capitais de Terceiros	12.347	11.896
Aluguéis	12.347	11.896
Remuneração de Capitais Próprios	241.318	241.479
Juros sobre o Capital Próprio	90.000	90.000
Lucros Retidos do Período	151.318	151.318
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	-	161

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas da seguinte forma:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas (demonstrações financeiras) foram elaboradas de acordo com práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), às normas e instruções do Bacen e às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, Resolução CMN nº 4.818/20, Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Conforme o artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os novos critérios estabelecidos pela norma deverão ser aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2025.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece regras contábeis para instrumentos financeiros as quais buscam se aproximar dos conceitos da norma internacional de contabilidade IFRS 9, emitida pelo *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS). A resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como sobre a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que a reclassificação dos instrumentos de proteção (*hedge*) ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

A resolução determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Em 23 de novembro de 2023, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 352/23, que dispõe dos mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, com aplicação para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a

funcionar pelo Bacen. Além disso, a Resolução BCB nº 352/23 trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (Teste SPPJ), a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva (TJE) de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em Notas Explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

A Resolução CMN nº 4.975/21 estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária. Os novos critérios estabelecidos pela norma são aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro 2025.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis adotadas em 2024 e 2025 estão consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 09 de maio de 2025.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas e das cotas de fundos de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou tem direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação em 31/03/2025
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00%
Banrisul Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Seguridade	100,00%

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação em 31/03/2025
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99%

Transações com Participações de Não Controladores: o Banrisul contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

(b) Informações da Adoção Inicial

Tendo em vista que as Resoluções BCB nº 92/21, em vigor desde 01 de janeiro de 2022, e nº 390/24, que dispõem sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), as Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21, que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025, foi operacionalizada transferência de saldo entre contas do Balanço Patrimonial, assim como a abertura de contas novas. As tabelas a seguir apresentam a classificação dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e a reclassificação e remensuração em 01 de janeiro 2025.

Balço Patrimonial – Ativo				Individual
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Disponibilidades	1.126.979	-	-	1.126.979
Ativos Financeiros	139.669.659	-	(6.193)	139.663.466
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	-	(11.189)	2.592.728
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	-	-	11.716.930
Títulos e Valores Mobiliários	57.685.558	(23.285.614)	(233)	34.399.711
	-	4.246.558	-	4.246.558
	-	18.348.164	-	18.348.164
	-	691.246	-	691.246
	-	(354)	173	(181)
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	-	-	324.298
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.045.229	-	5.056	62.050.285
Outros Ativos Financeiros	5.293.727	(87.116)	-	5.206.611
	-	87.116	-	87.116
(Provisões para Perdas Esperadas)	(2.650.553)	-	(116.459)	(2.767.012)
(Operações de Crédito)	(2.600.094)	-	(116.459)	(2.716.553)
(Outros Ativos Financeiros)	(50.459)	-	-	(50.459)
Ativos Fiscais	3.644.538	-	133.471	3.778.009
Correntes	143.649	-	-	143.649
Diferidos	3.500.889	-	133.471	3.634.360
Outros Ativos	545.642	-	2.450	548.092
Investimentos	3.663.411	-	(701)	3.662.710
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	3.663.411	-	(701)	3.662.710
Imobilizado de Uso	481.248	-	231.037	712.285
Imobilizações de Uso	1.152.022	-	461.899	1.613.921
(Depreciação Acumulada)	(670.774)	-	(230.862)	(901.636)
Intangível	466.066	-	-	466.066
Ativos Intangíveis	1.891.692	-	-	1.891.692
(Amortização Acumulada)	(1.425.626)	-	-	(1.425.626)
Total do Ativo	146.946.990	-	243.605	147.190.595

Balço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido				Individual
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Passivos Financeiros	131.508.923	-	407.727	131.916.650
Depósitos	88.646.235	-	-	88.646.235
Captação no Mercado Aberto	22.336.231	-	-	22.336.231
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.694.618	-	-	7.694.618
Dívidas Subordinadas	2.302.526	(1.880.714)	-	421.812
	-	1.880.714	-	1.880.714
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	-	246.950	2.509.184
Obrigações por Repasses	3.065.190	-	-	3.065.190
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	5.201.889	(4.741)	-	5.197.148
	-	4.741	160.776	165.517
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.895.167	-	-	2.895.167
Obrigações Fiscais	420.391	-	-	420.391
Correntes	132.452	-	-	132.452
Diferidas	287.939	-	-	287.939
Outros Passivos	1.712.507	(359.555)	-	1.352.952
	-	643	-	643
	-	358.912	-	358.912
Total do Passivo	136.536.988	-	407.726	136.944.714
Capital Social	8.000.000	-	-	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	-	-	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	-	-	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes	(106.214)	-	-	(106.214)
Lucros Acumulados	-	-	(164.121)	(164.121)
Participação de Não Controladores	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	10.410.002	-	(164.121)	10.245.881
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	146.946.990	-	243.605	147.190.595

Balço Patrimonial – Ativo				Consolidado
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21			Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Disponibilidades	1.126.982	-	-	1.126.982
Ativos Financeiros	143.296.100	-	(6.193)	143.289.907
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	-	(11.189)	2.592.728
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	-	-	11.716.930
Títulos e Valores Mobiliários	58.309.904	(23.902.050)	(233)	34.407.621
-	-	4.861.110	-	4.861.110
-	-	18.350.048	-	18.350.048
-	-	691.246	-	691.246
-	-	(354)	173	(181)
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	-	-	324.298
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.058.943	-	5.056	62.063.999
Outros Ativos Financeiros	8.282.108	(87.116)	-	8.194.992
-	-	87.116	-	87.116
(Provisões para Perdas Esperadas)	(2.651.713)	-	(116.952)	(2.768.665)
(Operações de Crédito)	(2.600.487)	-	(116.393)	(2.716.880)
(Outros Ativos Financeiros)	(51.226)	-	(559)	(51.785)
Ativos Fiscais	3.726.655	-	133.635	3.860.290
Correntes	158.520	-	-	158.520
Diferidos	3.568.135	-	133.635	3.701.770
Outros Ativos	615.460	-	2.450	617.910
Investimentos	175.824	-	-	175.824
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	175.824	-	-	175.824
Imobilizado de Uso	662.574	-	234.990	897.564
Imobilizações de Uso	1.462.657	-	468.547	1.931.204
(Depreciação Acumulada)	(800.083)	-	(233.557)	(1.033.640)
Intangível	466.066	-	-	466.066
Ativos Intangíveis	1.893.179	-	-	1.893.179
(Amortização Acumulada)	(1.427.113)	-	-	(1.427.113)
Total do Ativo	147.417.948	-	247.930	147.665.878

Balço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido				Consolidado
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21			Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Passivos Financeiros	131.616.061	-	412.052	132.028.113
Depósitos	88.194.890	-	-	88.194.890
Captação no Mercado Aberto	22.238.994	-	-	22.238.994
Rcursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.936.464	-	-	6.936.464
Dívidas Subordinadas	2.302.526	(1.880.714)	-	421.812
	-	1.880.714	-	1.880.714
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	-	251.275	2.513.509
Obrigações por Repasses	3.065.190	-	-	3.065.190
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	6.615.763	(4.741)	-	6.611.022
	-	4.741	160.776	165.517
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.902.896	-	-	2.902.896
Obrigações Fiscais	554.540	-	-	554.540
Correntes	252.765	-	-	252.765
Diferidas	301.775	-	-	301.775
Outros Passivos	1.930.743	(643)	-	1.930.100
	-	643	-	643
Total do Passivo	137.004.240	-	412.051	137.416.291
Capital Social	8.000.000	-	-	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	-	-	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	-	-	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes	(106.214)	-	-	(106.214)
Lucros Acumulados	-	-	(164.121)	(164.121)
Participação de Não Controladores	3.706	-	-	3.706
Total do Patrimônio Líquido	10.413.708	-	(164.121)	10.249.587
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	147.417.948	-	247.930	147.665.878

Reconciliação do Patrimônio Líquido após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21

Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	10.410.002	10.413.708
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(11.189)	(11.189)
Títulos e Valores Mobiliários	(233)	(233)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	5.056	5.056
(Provisões para Perdas Esperadas)	(116.286)	(116.779)
Ativos Fiscais	133.471	133.635
Outros Ativos	2.450	2.450
Investimentos	(701)	-
Imobilizado de Uso	231.037	234.990
Obrigações por Empréstimos	(246.950)	(251.275)
Provisão para Perda Esperada	(160.776)	(160.776)
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	10.245.881	10.249.587

De forma resumida, as tabelas a seguir apresentam o Balanço Patrimonial, Individual e Consolidado, com os saldos contábeis em 01/01/2025 após à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21.

Balanço Patrimonial	Individual	Consolidado
Ativo	01/01/2025	01/01/2025
Disponibilidades	1.126.979	1.126.982
Ativos Financeiros	136.896.454	140.521.242
Ao Custo Amortizado	113.977.434	116.985.786
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	11.716.930
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.592.728	2.592.728
Títulos e Valores Mobiliários	34.399.711	34.407.621
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.828.647	62.842.361
Outros Ativos Financeiros	5.206.611	8.194.992
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)	(2.767.193)	(2.768.846)
(Operações de Crédito)	(2.716.734)	(2.717.061)
(Outros Ativos Financeiros)	(50.459)	(51.785)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	18.348.164	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	18.348.164	18.350.048
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	4.570.856	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	4.246.558	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	324.298
Ativos Fiscais	3.778.009	3.860.290
Correntes	143.649	158.520
Diferidos	3.634.360	3.701.770
Outros Ativos	548.092	617.910
Investimentos	3.662.710	175.824
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	3.662.710	175.824
Imobilizado de Uso	712.285	897.564
Imobilizações de Uso	1.613.921	1.931.204
(Depreciação Acumulada)	(901.636)	(1.033.640)
Intangível	466.066	466.066
Ativos Intangíveis	1.891.692	1.893.179
(Amortização Acumulada)	(1.425.626)	(1.427.113)
Total do Ativo	147.190.595	147.665.878

Balanco Patrimonial	Individual	Consolidado
Passivo	01/01/2025	01/01/2025
Passivos Financeiros	132.276.205	132.028.756
Ao Custo Amortizado	130.229.330	129.981.881
Depósitos	88.646.235	88.194.890
Captações no Mercado Aberto	22.336.231	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.694.618	6.936.464
Dívidas Subordinadas	421.812	421.812
Obrigações por Empréstimos	2.509.184	2.513.509
Obrigações por Repasses	3.065.190	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	5.556.060	6.611.022
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.880.714	1.880.714
Dívidas Subordinadas	1.880.714	1.880.714
Provisão para Perda Esperada	166.160	166.160
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	165.517	165.517
Garantias Financeiras Prestadas	643	643
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.895.167	2.902.896
Passivos Fiscais	420.391	554.540
Correntes	132.452	252.765
Diferidos	287.939	301.775
Outros Passivos	1.352.952	1.930.100
Total do Passivo	136.944.714	137.416.291
Patrimônio Líquido		
Capital Social	8.000.000	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes	(106.214)	(106.214)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(164.121)	(164.121)
Participação de Não Controladores	-	3.706
Total do Patrimônio Líquido	10.245.881	10.249.587
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	147.190.595	147.665.878

(c) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

Lei nº 14.467/22 e Lei nº 15.078, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025: a Lei nº 14.467/22 modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul pode fazer a opção até 31/12/2025, por qual razão irá utilizar. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), onde o Banrisul se enquadra.

Conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, o Banrisul irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do exercício de 2026.

Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 01 de janeiro 2025 – Operações de Hedge: a Resolução BCB nº 352/23 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante às operações de *hedge*, a resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

Resolução BCB nº 397/24, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2025 – Mensuração de Instrumentos Reestruturados: a Resolução nº 397/24 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante de reestruturação de ativos financeiros, conforme o Art. 22 da Resolução BCB nº 352/23, o Art. 95-A, faculta até 31 de dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados de que trata o art. 22. O Banrisul está utilizando a faculdade prevista neste artigo.

Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao CA e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação, como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação. O conceito de ativo e passivo financeiro aqui descritos estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21.

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- **Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
 - **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na Demonstração do Resultado, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada outros resultados abrangentes. Os outros resultados abrangentes incluem itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na Demonstração do Resultado do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no Balanço Patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que são reclassificados para a Demonstração do Resultado.
 - **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é o processo contábil pelo qual o Banrisul inclui pela primeira vez um ativo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor pago para adquirir o ativo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro, a menos que o ativo seja mensurado ao VJR, caso em que os custos de transação são reconhecidos imediatamente no resultado.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Dessa forma, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo, exceto quanto a participação de uma de suas controladas que possui cotas de fundos de investimento, conforme apresentado na Nota 5g.

(c.1) Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros ao CA: ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (Teste de SPPJ). Inicialmente são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).
- Ativos Financeiros ao VJORA: ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação e os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em outros resultados abrangentes.
- Ativos Financeiros ao VJR: ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A mensuração subsequente de ativos financeiros refere-se ao processo contábil de atualização do valor e do tratamento de um ativo financeiro nos balanços após o seu reconhecimento inicial. Esse processo é contínuo e ocorre em cada período contábil subsequente até que o ativo seja removido das demonstrações financeiras, sendo que a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (Teste de SPPJ).

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Banrisul representam a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no Teste de SPPJ).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa – Teste de SPPJ

O Teste de SPPJ consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da originação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

(c.2) Classificação de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

- **Passivos Financeiros ao CA:** por definição, os passivos financeiros serão classificados ao CA, conforme Resolução nº 4.966/21.
- **Exceção para os Passivos Financeiros:** na exceção de classificação ao CA, são incluídos os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas, conforme Resolução nº 4.966/21. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(c.3) Taxa de Juros Efetiva (TJE)

O método dos juros efetivos dá-se pela aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do instrumento. Por sua vez, a TJE é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Para o cálculo da TJE, o Banrisul adota o método diferenciado para as operações de crédito, sendo realizado a apropriação das despesas relativas aos custos de transação na originação do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada e reconhecida contabilmente aplicando-se a TJE ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(c.4) Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da estimativa de utilização dos recursos de compromissos de crédito e o valor presente de créditos a liberar; e
- Contratos de garantia financeira: a perda é mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros estimados

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva (grupos homogêneos, conforme Nota 3c.5). Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito desde a originação conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação. Nesse estágio, enquadram-se os ativos com descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) e/ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente suas obrigações. Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de *default* é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. O reconhecimento da receita ocorrerá quando do efetivo pagamento total ou parcial da operação ou, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas, sendo as rendas dessas operações devidamente apropriadas pelo regime de competência.

A reclassificação dos ativos se dará conforme critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Metodologia Completa para Provisionamento de Perdas Associadas ao Risco de Crédito: é um conjunto de procedimentos detalhados para o cálculo da perda esperada e de parâmetros quantitativos referenciais aplicados para o provisionamento base de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S3. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

O Banrisul utiliza modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas decorrentes do risco de crédito. A metodologia requer uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito, levando em consideração fatores como:

- *Probability of Default* (PD): percentual que representa a probabilidade de *default* de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;
- *Loss Given Default* (LGD): percentual que representa a perda, dada a ocorrência de *default*;
- *Exposure at Default* (EAD): valor monetário que representa a exposição do Banrisul no momento de ocorrência do *default*;
- *Credit Conversion Fator* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

Dessa forma, o Banrisul é capaz de gerenciar o risco de crédito de maneira precisa e dinâmica, ajustando as provisões para perdas de crédito de acordo com as mudanças nas condições econômicas e no perfil de risco dos tomadores (contraparte). Ainda, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, é necessário estimar de forma individual os seguintes parâmetros em termos percentuais:

- Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático);
- Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a origem da operação.

Percentuais Mínimos de Provisão de Perdas Incurridas Associadas ao Risco de Crédito: a Resolução nº 352/23 define percentuais mínimos de provisão a serem constituídas para perdas incurridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativos com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos). Os percentuais são definidos de acordo com a carteira onde esse ativo inadimplido se encontra enquadrado. A Resolução nº 352/23 enquadra os ativos financeiros nas seguintes carteiras:

- Carteira 1 (C1):
 - Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e
 - Créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.
- Carteira 2 (C2):
 - Créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099/74;
 - Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;
 - Créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;
 - Créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen;
 - Créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen; e
 - Créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818/20;
- Carteira 3 (C3):
 - Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;
 - Créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e
 - Créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses nas carteiras C1 e C2;
- Carteira 4 (C4):
 - Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e
 - Operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou
- Carteira 5 (C5):
 - Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas em C4 e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;
 - Créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas em C4; e
 - Créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos nas carteiras C1, C2, C3 e C4.

(c.5) Grupos Homogêneos de Risco

Grupo homogêneo de risco é o conjunto de instrumentos financeiros com características semelhantes que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, levando em consideração (i) as características de risco de crédito da contraparte; (ii) as características de risco de crédito do instrumento, considerando a modalidade do instrumento e o tipo de garantias ou colaterais relacionados com o instrumento, quando existentes; (iii) o estágio em que o instrumento está alocado; (iv) o atraso no pagamento de principal ou de encargos; (v) o risco de crédito e a alocação em estágios de outros instrumentos da mesma

contraparte; e (vi) os demais aspectos relevantes, a exemplo do segmento econômico e da localização geográfica da contraparte e do período de aquisição ou de origem e do prazo do instrumento.

(c.6) Ativos Problemáticos

Ativo problemático é aquele ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando o ativo financeiro incorrer em (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(c.7) Stop Accrual

Stop accrual é o procedimento de cessação do reconhecimento de receitas, multas, juros moratórios, despesas de origem ou outras atividades financeiras de qualquer natureza sobre o ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. O Banrisul realiza esse processo de forma consistente, não reconhecendo no resultado do período receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito.

(c.8) Rendas Represadas e Cura

As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado *pro rata temporis*. No entanto, deixa-se de reconhecer a receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. A partir do momento em que o instrumento financeiro deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, o Banrisul retoma o reconhecimento das receitas relativas ao instrumento financeiro, assim, toda a renda represada passa a ser reconhecida.

(c.9) Renegociação e Reestruturação

- **Renegociação:** acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.
- **Reestruturação:** renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Conforme previsto na Resolução CMN nº 5.146/24, está facultado até dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Dessa forma, até dezembro de 2026, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação em vez da taxa de juros efetiva originalmente pactuada.

(c.10) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(c.11) Critérios para Write-Off

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada. Ainda, segundo a Resolução CMN nº 4.966/21, a receita de qualquer natureza de um ativo financeiro com problema de recuperação de crédito somente poderá ser apropriada ao resultado após o seu efetivo recebimento ou, quando for objeto de renegociação, *pro rata temporis*.

(c.12) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(c.13) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul realiza operações com títulos públicos prefixados de forma casada com contratos derivativos (Contrato Futuro de DI1), que têm como ativo subjacente a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), calculada e divulgada pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). Estes contratos são utilizados para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juro de ativos e/ou passivos de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI.

Os ajustes diários das operações de futuros são realizados diariamente com base no valor justo, utilizando preços de mercado praticados na data de referência, sendo contabilizados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Na categoria de *hedge* de valor justo, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, conforme apresentado na Nota 21.

O *hedge* de valor justo foi estabelecido por meio de uma designação documentada no início da operação. Esta designação descreve a relação entre os objetos e os instrumentos de derivativos utilizados para proteção, bem como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para mitigar os efeitos decorrentes da exposição à variação no valor justo. Ganhos ou perdas decorrentes da mensuração ao valor justo do item coberto, que correspondem à parcela efetiva do *hedge*, são reconhecidos no resultado. Se o *hedge* contábil for descontinuado, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto será amortizado ao longo da vida da operação no resultado.

Na gestão de risco, o Banrisul realiza e documenta periodicamente testes para apurar o nível de efetividade das operações de *hedge accounting* na compensação de variações do valor justo dos itens protegidos durante o período de vigência desta proteção. Para avaliar a efetividade do *hedge* de Valor Justo, o Banrisul adota o método DV01 para avaliar a relação econômica. As operações de derivativos são baseadas em contratos de balcão registrados na B3, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha. A determinação do valor justo dessas operações é realizada por meio de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado.

Ainda, relativamente ao tratamento contábil das operações de câmbio, conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, essas operações passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

(c.14) Operações de Crédito

A área de risco de crédito é responsável por definir a metodologia utilizada para mensurar a perda esperada associada ao risco de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Esta área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecer entendimento inicial das variáveis que impactam na PD, na LGD, na CCF e na avaliação de cenários e, consequentemente, na provisão. Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, para entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de concessão ou de mensuração das perdas esperadas de crédito.

(c.15) Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas

Os compromissos de crédito são os limites contratados pelos clientes do Banrisul, principalmente, na forma dos produtos Banricompras, cartão de crédito e cheque especial. Os compromissos de crédito e créditos a liberar são limites concedidos aos clientes, limites os quais (i) não são canceláveis incondicional e unilateralmente pelo Banrisul; (ii) não podendo ser cancelados ou suspensos na gestão normal desses instrumentos financeiros; ou (iii) o Banrisul não dispõe de meios de monitoramento individual desses instrumentos financeiros ou da situação financeira da contraparte de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração do Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, uma provisão é reconhecida por tal valor.

As garantias financeiras prestadas abrangidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 são objeto de provisionamento e se enquadram como parâmetro para a definição de ativos problemáticos. A perda, nesse cenário, é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar. Os pisos não se aplicam às garantias financeiras, exceto quando a garantia é honrada, momento em que se torna um ativo.

(d) Investimentos

Os investimentos em coligadas e controladas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada ou controlada.

(e) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	13,30

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

Nas operações de arrendamento mercantil como arrendatário, o Banrisul trata as operações conforme o CPC 06(R2), naquilo que não conflitar com a Resolução CMN nº 4.975/21, que passou a vigorar em 01/01/2025.

(f) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 18). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5,00 a 10,00
Softwares	8,00

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(g) Bens Destinados à Venda

São registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Em caso de recuperação do valor justo a perda reconhecida pode ser revertida.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas fiscais do período compreendem o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos. O IR é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do Balanço Patrimonial, as quais devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do tributo for realizado ou liquidado.

Em 01/01/2025 entrou em vigor a Lei nº 14.467/22 que modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul pode fazer a opção até 31/12/2025, por qual razão irá utilizar. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

O IR e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados, bem como na apuração de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O IR e a CSLL diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda com os ganhos e as perdas diferidos.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 15 e 31.

(i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes, dos ativos contingentes são efetuados de acordo com o CPC 25, sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(j) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada periodicamente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas periodicamente por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados periodicamente por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego obedecida a legislação pertinente.

(k) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(l) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) pode ser imputado aos dividendos e apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(n) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devessem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

(o) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. No caso das receitas e despesas de ativos e passivos financeiros, essas são reconhecidas pelo método da TJE, conforme descrito na Nota item 3c.3.

As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

Para as receitas de prestação de serviços, os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 26.

Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração realize estimativas e julgamentos que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração considera que as estimativas e os julgamentos realizados são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banrisul e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As principais estimativas e julgamentos contábeis utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

(a) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), com data de referência 31/12/2024 conforme a *duration* de cada plano.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 33.

(b) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 23.

(c) Provisão para a Perda Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Vida Esperada dos Ativos: para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, cuja vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito: para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a originação, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem. Esse acompanhamento é efetuado por meio de modelos estatísticos que definem as migrações entre os estágios 1 e 2, processo que ocorre em cada data de reporte.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul são processos contínuos.

(a) Estrutura Integrada de Gestão

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Appetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Appetite por Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando

possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados periodicamente às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

	Individual	Consolidado
Composição da Carteira por Setor de Atividade	31/03/2025	31/03/2025
Pessoa Jurídica	14.925.133	14.939.965
Agropecuário	330.912	330.967
Alimentos, Bebidas e Fumo	2.384.189	2.384.339
Automotivo	639.093	639.288
Celulose, Madeira e Móveis	310.757	310.790
Comércio Atacadista – Alimentício	897.815	898.096
Comércio Atacadista – não Alimentício	849.970	850.154
Comércio Varejista – Outros	1.448.989	1.449.330
Construção e Imobiliário	1.179.367	1.180.065
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	1.619.861	1.620.740
Eletroeletrônico e Informática	515.302	515.410
Financeiro e Seguro	193.769	193.769
Máquinas e Equipamentos	277.144	277.204
Metalurgia	389.907	389.981
Obras de Infraestrutura	34.187	34.528
Petróleo e Gás Natural	450.045	450.087
Químico e Petroquímico	706.598	706.875
Serviços Privados	569.355	569.814
Têxtil, Confecções e Couro	336.412	336.420
Transportes	449.278	449.509
Outros	1.342.183	1.352.599
Pessoa Física	49.069.842	49.069.868
Total	63.994.975	64.009.833

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito alicerçada em modelos de escoragem oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito da Rede de Agências avaliam operações de crédito até os limites de suas alçadas. Para clientes de alçadas superiores, as operações e Limite de Risco (LR) são deferidos pelos Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LR de operações em montantes que não ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido. Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Ainda, são realizados procedimentos de *Backtesting* de Provisão mediante acompanhamento de safra, avaliando se a provisão da data-base foi suficiente para cobrir pendências e possíveis baixas a prejuízo. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria, entre outros. As concentrações são observadas periodicamente e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(d.3) Políticas de Provisionamento

As provisões para perda esperada são reconhecidas, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagem estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes das Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	Individual	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	121.115.746	123.903.788
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.064.466	11.064.466
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.852.639	2.852.639
Títulos e Valores Mobiliários	40.047.694	40.055.841
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	63.994.975	64.009.833
Outros Ativos Financeiros	3.155.972	5.921.009
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	18.921.455	18.921.455
Títulos e Valores Mobiliários	18.921.455	18.921.455
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	2.990.789	3.558.782
Títulos e Valores Mobiliários	2.783.359	3.351.352
Instrumentos Financeiros Derivativos	207.430	207.430
Off Balance	23.729.911	23.729.911
Garantias Financeiras	367.272	367.272
Crédito Imobiliário	652.347	652.347
Cheque Especial	6.139.717	6.139.717
Cartão de Crédito	4.671.347	4.671.347
Limites Pré-Dados Eletrônicos – Banricompras	5.858.486	5.858.486
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	4.915.150	4.915.150
Outros Limites Pré-Aprovados	1.125.592	1.125.592
Total	166.757.901	170.113.936

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, são apresentadas a seguir:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Individual Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	46.291.151	749.830	630.753	127.296	2.147.938	1.381.589	49.069.842	2.258.715
Cartão de Crédito	2.298.504	107.211	49.927	8.485	207.347	153.470	2.555.778	269.166
Crédito Consignado	20.057.743	108.172	150.261	14.140	847.912	526.495	21.055.916	648.807
Crédito Pessoal	2.443.550	27.394	89.162	14.572	319.555	202.237	2.852.267	244.203
Crédito Imobiliário	5.781.200	23.902	141.074	52.353	52.635	30.715	5.974.909	106.970
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos								
Garantidores	13.484.162	355.247	109.340	16.101	361.484	206.790	13.954.986	578.138
Outros	2.225.992	127.904	90.989	21.645	359.005	261.882	2.675.986	411.431
Pessoa Jurídica	13.835.640	289.180	139.912	33.345	949.581	604.256	14.925.133	926.781
Câmbio	2.129.496	8.135	488	12	81.014	10.281	2.210.998	18.428
Capital de Giro	3.516.689	24.326	35.080	6.247	225.876	119.481	3.777.645	150.054
Conta Empresarial/Garantida	2.135.053	155.066	16.069	5.943	75.954	65.767	2.227.076	226.776
Crédito Imobiliário	602.078	8.623	-	-	253	145	602.331	8.768
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos								
Garantidores	3.793.618	60.695	59.134	14.332	327.464	269.569	4.180.216	344.596
Outros	1.658.706	32.335	29.141	6.811	239.020	139.013	1.926.867	178.159
Total em 31/03/2025	60.126.791	1.039.010	770.665	160.641	3.097.519	1.985.845	63.994.975	3.185.496

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Consolidado	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	46.291.178	749.830	630.753	127.296	2.147.938	1.381.589	49.069.869	2.258.715
Cartão de Crédito	2.298.504	107.211	49.927	8.485	207.347	153.470	2.555.778	269.166
Crédito Consignado	20.057.743	108.172	150.261	14.140	847.912	526.495	21.055.916	648.807
Crédito Pessoal	2.443.550	27.394	89.162	14.572	319.555	202.237	2.852.267	244.203
Crédito Imobiliário	5.781.200	23.902	141.074	52.353	52.635	30.715	5.974.909	106.970
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.484.162	355.247	109.340	16.101	361.484	206.790	13.954.986	578.138
Outros	2.226.019	127.904	90.989	21.645	359.005	261.882	2.676.013	411.431
Pessoa Jurídica	13.848.420	289.180	141.126	33.345	950.418	604.544	14.939.964	927.069
Câmbio	2.129.496	8.135	488	12	81.014	10.281	2.210.998	18.428
Capital de Giro	3.516.689	24.326	35.080	6.247	225.876	119.481	3.777.645	150.054
Conta Empresarial/ Garantida	2.135.053	155.066	16.069	5.943	75.954	65.767	2.227.076	226.776
Crédito Imobiliário	602.078	8.623	-	-	253	145	602.331	8.768
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.793.618	60.695	59.134	14.332	327.464	269.569	4.180.216	344.596
Outros	1.671.486	32.335	30.355	6.811	239.857	139.301	1.941.698	178.447
Total em 31/03/2025	60.139.598	1.039.010	771.879	160.641	3.098.356	1.986.133	64.009.833	3.185.784

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	Individual	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Não vencidos	58.924.454	58.937.097
Vencidos em até 30 dias	1.202.337	1.202.501
Total	60.126.791	60.139.598

	Individual	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Avaliação Coletiva	60.126.791	60.139.598
Avaliação Individual	-	-
Total	60.126.791	60.139.598

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito.

	Individual	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Não Vencidos	784	1.376
Vencidos em até 30 dias	46	481
Vencidos de 31 a 60 dias	488.722	488.737
Vencidos de 61 a 90 dias	281.113	281.285
Total	770.665	771.879

	Individual	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Avaliação Coletiva	770.665	771.879
Avaliação Individual	-	-
Total	770.665	771.879

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração na qualidade do crédito.

	Individual	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Não Vencidos	936.882	937.464
Vencidos em até 30 dias	89.197	89.203
Vencidos de 31 a 60 dias	158.958	158.960
Vencidos de 61 a 90 dias	102.684	102.685
Vencidos a mais de 90 dias	1.809.798	1.810.044
Total	3.097.519	3.098.356

	Individual	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Avaliação Coletiva	3.097.519	3.098.356
Avaliação Individual	-	-
Total	3.097.519	3.098.356

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociados: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

As tabelas a seguir são apresentadas considerando a segregação de carteiras conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23.

Instrumentos Financeiros Renegociados	Individual e Consolidado				
	Carteira				
	C1	C2	C3	C4	C5
Baixados	-	-	-	-	-
Novos Instrumentos Reconhecidos	43	21.219	171	-	73.290
Total	43	21.219	171	-	73.290

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens destinados à venda são registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações/leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (móveis, imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R\$46.743.

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores

contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado periodicamente aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado, e periodicamente ao Comitê de Gestão de Risco o relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (IRRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado conforme Resolução CMN nº 4.557/17 a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: <https://ri.banrisul.com.br/>.

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outras abordagens complementares à gestão de riscos do Banrisul:

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle/backoffice*) – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e *Maturity Ladder*: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (ΔEVE) é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O ΔEVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o

risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (ΔNII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de Spread (Credit Spread Risk on the Banking Book – CSRBB): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições em taxas de juros prefixadas (Pjur1) por variações da taxa CDI; e
- Para exposição em câmbio (Pcam) e do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o ΔNII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira *Trading*:

Cenários		Fatores de Risco			Total em 31/03/2025
		Taxa de Juros	Moeda Estrangeira	Ações	
1	1%	3.780	3.673	-	7.453
2	25%	3.103	91.817	-	94.920
3	50%	2.257	183.635	-	185.892

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores e condições na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado;
- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação;
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial; e
- Ações: exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Para o Fator de Risco Moeda Estrangeira, foi considerada a cotação de R\$5,7422 de 31/03/2025 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Taxas de Juros - Prefixado” a maior perda, que representa 50,7% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moedas” representando respectivamente 96,7% e 98,8%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de R\$185.892.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e das operações protegidas de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na carteira *Banking Book* (Nota 21), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos cenários 1, 2 e 3.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira dólar norte-americano (US\$) considera curva Real x Dólar da B3 de 31/03/2025. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

O cenário 1 é o mais provável e considera a alta e baixa de 1% da curva de referência de mercado para cupom de dólar norte-americano (cotação da B3), utilizadas para efetuar a precificação desses instrumentos financeiros. Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 31/03/2025.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e no instrumento objeto de proteção (carteira *Banking Book*), que compõem a estrutura de contabilidade de *hedge* de risco de mercado em 31/03/2025.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	Trading	Alta do dólar	17.305	432.617	865.233
Item Objeto de Proteção					
Dívida	Banking	Alta do dólar	17.319	432.977	865.954
Efeito Líquido			(14)	(360)	(721)
Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	Trading	Baixa do dólar	(17.305)	(432.617)	(865.233)
Item Objeto de Proteção					
Dívida	Banking	Baixa do dólar	(17.319)	(432.977)	(865.954)
Efeito Líquido			14	360	721

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de contrato futuro de DI, a análise de sensibilidade também aplicou choques para os cenários 1, 2 e 3. O cenário 1 é o mais provável e considera a alta de 1% da curva de referência de mercado para taxa futura de DI (cotação da B3). Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 31/03/2025.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
FUT DI1	Trading	Alta da Taxa Futura de DI	(1.073)	(26.176)	(51.011)
FUT DI1	Trading	Baixa da Taxa Futura de DI	1.075	27.641	56.887

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Banrisul.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, as operações de câmbio passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	388
Cupom de Índices	IGP-M	-
Total		388

A tabela a seguir demonstra o resultado do Δ NII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	(62.864)
Cupom de Índices	TLP	183
	Outros	71
Cupom de Moedas	Dólar EEUU	8.248
	Euro	35
	Libra Esterlina	10
Cupom de Taxas	TR	(97.194)
	TJLP	(122)
DI	CDI	(2.389.508)
Selic	Selic	3.053.648
Total		512.507

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial

em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada ao final do período de reporte foi de R\$402.396. O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R\$92.668.

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{CAM} , sendo verificado ao final do período de reporte o valor de R\$1.158.194.

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

					Individual
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 31/03/2025
Ativos Financeiros	25.387.261	30.873.977	62.225.673	24.541.079	143.027.990
Ao Custo Amortizado	25.329.001	28.209.057	47.524.945	20.052.743	121.115.746
Depósitos Compulsórios no Banco Central	11.064.466	-	-	-	11.064.466
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	852.932	1.905.445	94.262	-	2.852.639
Títulos e Valores Mobiliários	1.515	9.655.355	19.602.675	10.788.149	40.047.694
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	13.410.088	15.901.549	25.418.744	9.264.594	63.994.975
Outros Ativos Financeiros	-	746.708	2.409.264	-	3.155.972
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes	58.260	-	14.374.859	4.488.336	18.921.455
Títulos e Valores Mobiliários	58.260	-	14.374.859	4.488.336	18.921.455
Ao Valor Justo por meio do Resultado	-	2.664.920	325.869	-	2.990.789
Títulos e Valores Mobiliários	-	2.457.490	325.869	-	2.783.359
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	207.430	-	-	207.430
Passivos Financeiros	56.584.452	16.083.386	47.302.191	12.871.360	132.841.389
Ao Custo Amortizado	56.584.452	14.358.304	47.302.191	12.871.360	131.116.307
Depósitos	25.399.643	6.800.577	42.437.658	11.778.111	86.415.989
Captações no Mercado Aberto	25.466.905	91.382	4.900	-	25.563.187
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	841.379	5.277.021	2.577.708	-	8.696.108
Dívidas Subordinadas	-	-	-	438.035	438.035
Obrigações por Empréstimos	578.021	1.578.819	199.896	10.187	2.366.923
Obrigações por Repasses	123.419	610.505	2.079.169	645.027	3.458.120
Outros Passivos Financeiros	4.175.085	-	2.860	-	4.177.945
Ao Valor Justo por meio do Resultado	-	1.725.082	-	-	1.725.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.718	-	-	1.718
Dívidas Subordinadas	-	1.723.364	-	-	1.723.364
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(31.197.191)	14.790.591	14.923.482	11.669.719	10.186.601

	Consolidado				
	Circulante		Não Circulante		Total em 31/03/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	
Ativos Financeiros	25.644.363	33.940.410	62.238.741	24.560.511	146.384.025
Ao Custo Amortizado	25.343.859	30.969.173	47.538.013	20.052.743	123.903.788
Depósitos Compulsórios no Banco Central	11.064.466	-	-	-	11.064.466
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	852.932	1.905.445	94.262	-	2.852.639
Títulos e Valores Mobiliários	1.515	9.655.355	19.610.822	10.788.149	40.055.841
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	13.424.946	15.901.549	25.418.744	9.264.594	64.009.833
Outros Ativos Financeiros	-	3.506.824	2.414.185	-	5.921.009
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes	58.260	-	14.374.859	4.488.336	18.921.455
Títulos e Valores Mobiliários	58.260	-	14.374.859	4.488.336	18.921.455
Ao Valor Justo por meio do Resultado	242.244	2.971.237	325.869	19.432	3.558.782
Títulos e Valores Mobiliários	242.244	2.763.807	325.869	19.432	3.351.352
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	207.430	-	-	207.430
Passivos Financeiros	58.255.037	14.669.347	46.898.060	12.871.360	132.693.804
Ao Custo Amortizado	58.255.037	12.944.265	46.898.060	12.871.360	130.968.722
Depósitos	25.615.080	5.748.383	42.437.658	11.778.111	85.579.232
Captações no Mercado Aberto	25.364.559	91.382	4.900	-	25.460.841
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	836.300	4.914.283	2.170.488	-	7.921.071
Dívidas Subordinadas	-	-	-	438.035	438.035
Obrigações por Empréstimos	578.304	1.579.712	202.985	10.187	2.371.188
Obrigações por Repasses	123.419	610.505	2.079.169	645.027	3.458.120
Outros Passivos Financeiros	5.737.375	-	2.860	-	5.740.235
Ao Valor Justo por meio do Resultado	-	1.725.082	-	-	1.725.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.718	-	-	1.718
Dívidas Subordinadas	-	1.723.364	-	-	1.723.364
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(32.610.674)	19.271.063	15.340.681	11.689.151	13.690.221

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Mensalmente é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

	Circulante		Não Circulante		Individual
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 31/03/2025
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	59.553.882	16.366.577	48.186.928	13.115.982	137.223.369
Ao Custo Amortizado	59.553.882	14.551.324	48.186.928	13.115.982	135.408.116
Depósitos	28.329.747	6.892.044	42.997.597	11.933.516	90.152.904
Captações no Mercado Aberto	25.483.461	91.441	4.903	-	25.579.805
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	846.127	5.306.798	2.592.253	-	8.745.178
Dívidas Subordinadas	-	-	-	438.035	438.035
Obrigações por Empréstimos	582.551	1.587.490	239.643	15.159	2.424.843
Obrigações por Repasses	136.739	673.551	2.349.136	729.272	3.888.698
Outros Passivos Financeiros	4.175.257	-	3.396	-	4.178.653
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.815.253	-	-	1.815.253
Dívidas Subordinadas	-	1.815.253	-	-	1.815.253
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	22.256.846	30.954.537	77.694.494	34.336.738	165.242.615
Disponibilidades	1.373.529	-	-	-	1.373.529
Ativos Financeiros	20.883.317	30.954.537	77.694.494	34.336.738	163.869.086
Ao Custo Amortizado	20.825.057	28.497.047	62.993.766	29.848.402	142.164.272
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados	-	-	-	-	-
Abrangentes	58.260	-	14.374.859	4.488.336	18.921.455
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	2.457.490	325.869	-	2.783.359

					Consolidado
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 31/03/2025
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	61.212.662	14.939.342	47.787.840	13.118.544	137.058.388
Ao Custo Amortizado	61.212.662	13.124.089	47.787.840	13.118.544	135.243.135
Depósitos	28.533.283	5.826.881	43.006.828	11.936.078	89.303.070
Captações no Mercado Aberto	25.381.061	91.441	4.903	-	25.477.405
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	841.481	4.944.726	2.183.934	-	7.970.141
Dívidas Subordinadas	-	-	-	438.035	438.035
Obrigações por Empréstimos	582.551	1.587.490	239.643	15.159	2.424.843
Obrigações por Repasses	136.739	673.551	2.349.136	729.272	3.888.698
Outros Passivos Financeiros	5.737.547	-	3.396	-	5.740.943
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.815.253	-	-	1.815.253
Dívidas Subordinadas	-	1.815.253	-	-	1.815.253
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	22.499.092	36.214.450	77.875.180	34.356.170	170.944.892
Disponibilidades	1.373.531	-	-	-	1.373.531
Ativos Financeiros	21.125.561	36.214.450	77.875.180	34.356.170	169.571.361
Ao Custo Amortizado	20.825.057	33.450.643	63.174.452	29.848.402	147.298.554
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes	58.260	-	14.374.859	4.488.336	18.921.455
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	242.244	2.763.807	325.869	19.432	3.351.352

(f.2) Itens não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores transferidos para o Estado do Rio Grande do Sul na data reporte atingiram o montante de R\$9.895.835. No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: na tabela a seguir, os valores dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo valor justo segregados conforme a hierarquia do valor justo.

			Individual
			31/03/2025
	Nível 1	Nível 2	Total
Total de Ativos Mensurados ao Valor Justo	21.646.554	265.690	21.912.244
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	2.783.359	-	2.783.359
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.303.475	-	1.303.475
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.479.884		1.479.884
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	18.863.195	58.260	18.921.455
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	18.863.195	-	18.863.195
Cotas de Fundo de Investimento	-	36.291	36.291
Outros	-	21.969	21.969
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	207.430	207.430
Total de Passivo Mensurado ao Valor Justo	-	1.725.082	1.725.082
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.725.082	1.725.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.718	1.718
Dívidas Subordinadas	-	1.723.364	1.723.364

	Consolidado			
	31/03/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Total de Ativos Mensurados ao Valor Justo	22.213.256	265.690	1.291	22.480.237
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	3.350.061	-	1.291	3.351.352
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.629.224	-	-	1.629.224
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.479.884	-	-	1.479.884
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.436	-	-	1.436
Cotas de Fundo de Investimento	239.517	-	1.291	240.808
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	18.863.195	58.260	-	18.921.455
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	18.863.195	-	-	18.863.195
Cotas de Fundo de Investimento	-	36.291	-	36.291
Outros	-	21.969	-	21.969
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	207.430	-	207.430
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swaps)	-	207.430	-	207.430
Total de Passivo Mensurado ao Valor Justo	-	1.725.082	-	1.725.082
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.725.082	-	1.725.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.718	-	1.718
Dívidas Subordinadas	-	1.723.364	-	1.723.364

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: na tabela a seguir, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	Individual	
	31/03/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Total de Ativos ao Custo Amortizado	121.672.320	118.315.787
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	2.852.639	2.859.669
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.621.040	11.621.040
Títulos e Valores Mobiliários	40.047.694	39.935.496
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	63.994.975	60.743.610
Outros Ativos Financeiros	3.155.972	3.155.972
Total de Passivos ao Custo Amortizado	133.971.282	134.000.443
Depósitos	89.270.964	89.225.918
Captações no Mercado Aberto	25.563.187	25.563.183
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	8.696.108	8.705.720
Dívidas Subordinadas	438.035	502.634
Obrigações por Empréstimos	2.366.923	2.366.923
Obrigações por Repasses	3.458.120	3.458.120
Outros Passivos Financeiros	4.177.945	4.177.945

	Consolidado	
	31/03/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Total de Ativos ao Custo Amortizado	124.460.362	121.103.823
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	2.852.639	2.859.669
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.621.040	11.621.040
Títulos e Valores Mobiliários	40.055.841	39.943.636
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.009.833	60.758.469
Outros Ativos Financeiros	5.921.009	5.921.009
Total de Passivos ao Custo Amortizado	133.810.619	133.840.261
Depósitos	88.421.129	88.376.565
Captações no Mercado Aberto	25.460.841	25.460.837
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	7.921.071	7.930.682
Dívidas Subordinadas	438.035	502.634
Obrigações por Empréstimos	2.371.188	2.371.188
Obrigações por Repasses	3.458.120	3.458.120
Outros Passivos Financeiros	5.740.235	5.740.235

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Operações de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.

- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada à taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes, de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.
- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum. O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. O risco climático é definido, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

- Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos do próprio Banco e atividades desempenhadas por suas contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Weighted Assets – RWA*), que prevê metodologias de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul na data de reporte foi de 7,10%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e também em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e
- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir.

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP_{SIMP}) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAP_{SIMP}, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAP_{SIMP} e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, a análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e também os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Conglomerado Prudencial	31/03/2025
Patrimônio de Referência (PR)	11.582.476
Nível 1	9.421.078
Capital Principal (CP)	9.421.078
Capital Social	8.001.859
Reserva de Capital, de Reavaliação e de Lucros	2.517.353
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(6.220.228)
Contas de Resultado Credoras	6.113.110
Ajustes Prudenciais	(1.104.008)
Ajuste Negativo decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	112.992
Nível 2	2.161.398
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	2.161.398
RWA	73.535.822
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	61.142.631
RWA _{SP} (Serviços de Pagamento)	1.106.102
RWA _{MPAD} (Risco de Mercado)	1.170.071
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	4.844
RWA _{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)	1.158.194
RWA _{CVA} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	7.033
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	10.117.018
Carteira Banking (IRRBB)	512.507
Margem sobre o PR considerando Carteira Banking após o Adicional de Capital Principal	3.348.708
Índices de Capital	
Índice de Basileia	15,75%
Índice de Nível 1	12,81%
Índice de Capital Principal	12,81%
Índice de Imobilização	12,01%
Razão de Alavancagem	7,10%

Conforme a regulamentação em vigor, o IB representa a relação entre o PR e os RWAs, demonstrando a solvência da empresa. Conforme resolução CMN nº 4.958/21, nesse período de reporte, estavam previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB; 6,00% para o índice de Nível 1; e 4,50% para o índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal (ACP) exigido nesse período foi de 2,50%, totalizando 10,50% para o IB; 8,50% para o índice de Nível 1; e 7,00% para o índice de Capital Principal.

O PR do Banrisul alcançou na data de reporte R\$11.582.476.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros da carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of Equity – ΔEVE*) e da variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income – ΔNII*).

Neste contexto, o IRRBB calculado na data de reporte foi de R\$512.507.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,5% a partir de abril de 2022).

O IB foi de 15,75% na data de reporte, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível I e de Capital Principal foram de 12,81% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	Individual	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Disponibilidades	1.373.529	1.373.531
Disponibilidades em Moeda Nacional	1.004.617	1.004.619
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	368.912	368.912
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	851.389	851.389
Aplicações no Mercado Aberto	798.454	798.454
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	52.935	52.935
Títulos e Valores Mobiliários	-	73.095
Cotas de Fundos de Investimento	-	73.095
Total	2.224.918	2.298.015

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 8 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

		Individual e Consolidado
Tipo de Depósito	Forma de Remuneração	31/03/2025
Depósitos à Vista	Não Remunerado	556.574
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	10.429.552
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	629.084
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	5.830
Total		11.621.040

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Individual e Consolidado			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/03/2025
Aplicações no Mercado Aberto	798.454	-	-	798.454
Revendas a Liquidar – Posição Bancada	798.454	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	114.960	-	-	114.960
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	683.494	-	-	683.494
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	52.935	1.905.350	94.257	2.052.542
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	52.935	1.905.350	94.257	2.052.542
Total em 31/03/2025	851.389	1.905.350	94.257	2.850.996

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

									Individual
									31/03/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais									
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	8.012.064	13.617.133	5.697.829	10.772.143	38.099.169	-	38.099.169	38.181.617
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	40.496	-	-	40.496	-	40.496	36.243
Letras Financeiras (LF)	-	1.643.291	116.521	130.696	-	1.890.508	(325)	1.890.183	1.714.791
Títulos de Capitalização	1.515	-	-	-	-	1.515	-	1.515	1.509
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	16.006	16.006	(14.566)	1.440	1.336
Total	1.515	9.655.355	13.774.150	5.828.525	10.788.149	40.047.694	(14.891)	40.032.803	39.935.496

									Consolidado
									31/03/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais									
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	8.012.064	13.625.280	5.697.829	10.772.143	38.107.316	-	38.107.316	38.189.758
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	40.496	-	-	40.496	-	40.496	36.242
Letras Financeiras (LF)	-	1.643.291	116.521	130.696	-	1.890.508	(325)	1.890.183	1.714.791
Títulos de Capitalização	1.515	-	-	-	-	1.515	-	1.515	1.509
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	16.006	16.006	(14.566)	1.440	1.336
Total	1.515	9.655.355	13.782.297	5.828.525	10.788.149	40.055.841	(14.891)	40.040.950	39.943.636

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta majoritariamente por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Individual			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/03/2025
Pessoa Física	46.291.151	630.753	2.147.938	49.069.842
Cartão de Crédito	2.298.504	49.927	207.347	2.555.778
Crédito Consignado	20.057.743	150.261	847.912	21.055.916
Crédito Pessoal	2.443.550	89.162	319.555	2.852.267
Crédito Imobiliário	5.781.200	141.074	52.635	5.974.909
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.484.162	109.340	361.484	13.954.986
Outros	2.225.992	90.989	359.005	2.675.986
Pessoa Jurídica	13.835.640	139.912	949.581	14.925.133
Câmbio	2.129.496	488	81.014	2.210.998
Capital de Giro	3.516.689	35.080	225.876	3.777.645
Conta Empresarial/Garantida	2.135.053	16.069	75.954	2.227.076
Crédito Imobiliário	602.078	-	253	602.331
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.793.618	59.134	327.464	4.180.216
Outros	1.658.706	29.141	239.020	1.926.867
Total em 31/03/2025	60.126.791	770.665	3.097.519	63.994.975
(-) Provisão	(1.039.010)	(160.641)	(1.985.845)	(3.185.496)
Total Líquido da Provisão em 31/03/2025	59.087.781	610.024	1.111.674	60.809.479

	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/03/2025
Pessoa Física	46.291.178	630.753	2.147.938	49.069.869
Cartão de Crédito	2.298.504	49.927	207.347	2.555.778
Crédito Consignado	20.057.743	150.261	847.912	21.055.916
Crédito Pessoal	2.443.550	89.162	319.555	2.852.267
Crédito Imobiliário	5.781.200	141.074	52.635	5.974.909
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.484.162	109.340	361.484	13.954.986
Outros	2.226.019	90.989	359.005	2.676.013
Pessoa Jurídica	13.848.420	141.126	950.418	14.939.964
Câmbio	2.129.496	488	81.014	2.210.998
Capital de Giro	3.516.689	35.080	225.876	3.777.645
Conta Empresarial/Garantida	2.135.053	16.069	75.954	2.227.076
Crédito Imobiliário	602.078	-	253	602.331
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.793.618	59.134	327.464	4.180.216
Outros	1.671.486	30.355	239.857	1.941.698
Total em 31/03/2025	60.139.598	771.879	3.098.356	64.009.833
(-) Provisão	(1.039.010)	(160.641)	(1.986.133)	(3.185.784)
Total Líquido da Provisão em 31/03/2025	59.100.588	611.238	1.112.223	60.824.049

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

	Individual	Consolidado
Prazo por Vencimento	31/03/2025	31/03/2025
Vencidas a partir de 1 dia	1.344.170	1.345.212
A vencer até 3 meses	12.065.918	12.079.734
A vencer de 3 a 12 meses	15.901.549	15.901.549
A vencer acima de 1 ano	34.683.338	34.683.338
Total	63.994.975	64.009.833

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

	Individual e Consolidado	
	31/03/2025	
Concentração dos Maiores Tomadores	Total	%
Principal Devedor	255.657	0,40
10 maiores devedores	1.414.677	2,21
20 maiores devedores	2.296.225	3,59
50 maiores devedores	4.036.546	6,31
100 maiores devedores	5.624.242	8,79

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Individual
								Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	708.288	(2.905)	(3.695)	94.664	240.696	-	(287.218)	749.830
Cartão de Crédito	108.240	-	(605)	1.378	54.089	-	(55.891)	107.211
Crédito Consignado	104.150	(36)	(99)	11.446	79.049	-	(86.338)	108.172
Crédito Pessoal	25.078	(139)	(204)	13.537	35.479	-	(46.357)	27.394
Crédito Imobiliário	23.940	(343)	(576)	40.587	7.523	-	(47.229)	23.902
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(1.869)	(574)	11.399	18.399	-	(546)	355.247
Outros	118.442	(518)	(1.637)	16.317	46.157	-	(50.857)	127.904
Pessoa Jurídica	274.421	(1.677)	(3.006)	27.987	74.214	-	(82.759)	289.180
Câmbio	8.747	-	-	-	4.741	-	(5.353)	8.135
Capital de Giro	24.914	(85)	(194)	5.814	9.100	-	(15.223)	24.326
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(53)	(681)	4.883	16.661	-	3.844	155.066
Crédito Imobiliário	8.316	-	-	-	-	-	307	8.623
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(1.396)	(852)	12.973	34.047	-	(53.637)	60.695
Outros	32.472	(143)	(1.279)	4.317	9.665	-	(12.697)	32.335
Total em 31/03/2025	982.709	(4.582)	(6.701)	122.651	314.910	-	(369.977)	1.039.010

Estágio 2	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Individual
								Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	75.036	(94.664)	(5.987)	2.905	123.984	-	26.022	127.296
Cartão de Crédito	2	(1.378)	(59)	-	3	-	9.917	8.485
Crédito Consignado	4.952	(11.446)	(256)	36	12.105	-	8.749	14.140
Crédito Pessoal	6.531	(13.537)	(262)	139	19.560	-	2.141	14.572
Crédito Imobiliário	19.132	(40.587)	(4.265)	343	9.089	-	68.641	52.353
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(11.399)	-	1.869	52.581	-	(55.853)	16.101
Outros	15.516	(16.317)	(1.145)	518	30.646	-	(7.573)	21.645
Pessoa Jurídica	15.914	(27.987)	(1.407)	1.677	29.238	-	15.910	33.345
Câmbio	-	-	-	-	-	-	12	12
Capital de Giro	2.635	(5.814)	(213)	85	5.602	-	3.952	6.247
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(4.883)	(66)	53	3.565	-	5.944	5.943
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(12.973)	(815)	1.396	13.253	-	5.933	14.332
Outros	4.411	(4.317)	(313)	143	6.818	-	69	6.811
Total em 31/03/2025	90.950	(122.651)	(7.394)	4.582	153.222	-	41.932	160.641

Estágio 3							Individual	
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	1.055.927	(240.696)	(123.984)	3.695	5.987	-	680.660	1.381.589
Cartão de Crédito	104.887	(54.089)	(3)	605	59	-	102.011	153.470
Crédito Consignado	423.964	(79.049)	(12.105)	99	256	-	193.330	526.495
Crédito Pessoal	147.414	(35.479)	(19.560)	204	262	-	109.396	202.237
Crédito Imobiliário	36.583	(7.523)	(9.089)	576	4.265	-	5.903	30.715
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(18.399)	(52.581)	574	-	-	145.134	206.790
Outros	211.017	(46.157)	(30.646)	1.637	1.145	-	124.886	261.882
Pessoa Jurídica	587.148	(74.214)	(29.238)	3.006	1.407	-	116.147	604.256
Câmbio	5.356	(4.741)	-	-	-	-	9.666	10.281
Capital de Giro	114.252	(9.100)	(5.602)	194	213	-	19.524	119.481
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(16.661)	(3.565)	681	66	-	35.653	65.767
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(25)	145
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(34.047)	(13.253)	852	815	-	76.718	269.569
Outros	179.293	(9.665)	(6.818)	1.279	313	-	(25.389)	139.013
Total em 31/03/2025	1.643.075	(314.910)	(153.222)	6.701	7.394	-	796.807	1.985.845

Consolidado dos Três Estágios				Individual	
	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 31/03/2025	
Pessoa Física	1.839.251	-	419.464	2.258.715	
Cartão de Crédito	213.129	-	56.037	269.166	
Crédito Consignado	533.066	-	115.741	648.807	
Crédito Pessoal	179.023	-	65.180	244.203	
Crédito Imobiliário	79.655	-	27.315	106.970	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	-	88.735	578.138	
Outros	344.975	-	66.456	411.431	
Pessoa Jurídica	877.483	-	49.298	926.781	
Câmbio	14.103	-	4.325	18.428	
Capital de Giro	141.801	-	8.253	150.054	
Conta Empresarial/Garantida	181.335	-	45.441	226.776	
Crédito Imobiliário	8.486	-	282	8.768	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	-	29.014	344.596	
Outros	216.176	-	(38.017)	178.159	
Total em 31/03/2025	2.716.734	-	468.762	3.185.496	

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$420.378 está representando a constituição de R\$468.934 líquida da recuperação de crédito anteriormente baixada como prejuízo no montante de R\$48.556.

Estágio 1								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	708.288	(2.905)	(3.695)	94.664	240.696	-	(287.218)	749.830
Cartão de Crédito	108.240	-	(605)	1.378	54.089	-	(55.891)	107.211
Crédito Consignado	104.150	(36)	(99)	11.446	79.049	-	(86.338)	108.172
Crédito Pessoal	25.078	(139)	(204)	13.537	35.479	-	(46.357)	27.394
Crédito Imobiliário	23.940	(343)	(576)	40.587	7.523	-	(47.229)	23.902
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(1.869)	(574)	11.399	18.399	-	(546)	355.247
Outros	118.442	(518)	(1.637)	16.317	46.157	-	(50.857)	127.904
Pessoa Jurídica	274.421	(1.677)	(3.006)	27.987	74.214	-	(82.759)	289.180
Câmbio	8.747	-	-	-	4.741	-	(5.353)	8.135
Capital de Giro	24.914	(85)	(194)	5.814	9.100	-	(15.223)	24.326
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(53)	(681)	4.883	16.661	-	3.844	155.066
Crédito Imobiliário	8.316	-	-	-	-	-	307	8.623
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(1.396)	(852)	12.973	34.047	-	(53.637)	60.695
Outros	32.472	(143)	(1.279)	4.317	9.665	-	(12.697)	32.335
Total em 31/03/2025	982.709	(4.582)	(6.701)	122.651	314.910	-	(369.977)	1.039.010

Estágio 2								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	75.036	(94.664)	(5.987)	2.905	123.984	-	26.022	127.296
Cartão de Crédito	2	(1.378)	(59)	-	3	-	9.917	8.485
Crédito Consignado	4.952	(11.446)	(256)	36	12.105	-	8.749	14.140
Crédito Pessoal	6.531	(13.537)	(262)	139	19.560	-	2.141	14.572
Crédito Imobiliário	19.132	(40.587)	(4.265)	343	9.089	-	68.641	52.353
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(11.399)	-	1.869	52.581	-	(55.853)	16.101
Outros	15.516	(16.317)	(1.145)	518	30.646	-	(7.573)	21.645
Pessoa Jurídica	15.914	(27.987)	(1.407)	1.677	29.238	-	15.910	33.345
Câmbio	-	-	-	-	-	-	12	12
Capital de Giro	2.635	(5.814)	(213)	85	5.602	-	3.952	6.247
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(4.883)	(66)	53	3.565	-	5.944	5.943
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(12.973)	(815)	1.396	13.253	-	5.933	14.332
Outros	4.411	(4.317)	(313)	143	6.818	-	69	6.811
Total em 31/03/2025	90.950	(122.651)	(7.394)	4.582	153.222	-	41.932	160.641

Estágio 3								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	1.055.927	(240.696)	(123.984)	3.695	5.987	-	680.660	1.381.589
Cartão de Crédito	104.887	(54.089)	(3)	605	59	-	102.011	153.470
Crédito Consignado	423.964	(79.049)	(12.105)	99	256	-	193.330	526.495
Crédito Pessoal	147.414	(35.479)	(19.560)	204	262	-	109.396	202.237
Crédito Imobiliário	36.583	(7.523)	(9.089)	576	4.265	-	5.903	30.715
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(18.399)	(52.581)	574	-	-	145.134	206.790
Outros	211.017	(46.157)	(30.646)	1.637	1.145	-	124.886	261.882
Pessoa Jurídica	587.475	(74.214)	(29.238)	3.006	1.407	-	116.108	604.544
Câmbio	5.356	(4.741)	-	-	-	-	9.666	10.281
Capital de Giro	114.252	(9.100)	(5.602)	194	213	-	19.524	119.481
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(16.661)	(3.565)	681	66	-	35.653	65.767
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(25)	145
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(34.047)	(13.253)	852	815	-	76.718	269.569
Outros	179.620	(9.665)	(6.818)	1.279	313	-	(25.428)	139.301
Total em 31/03/2025	1.643.402	(314.910)	(153.222)	6.701	7.394	-	796.768	1.986.133

				Consolidado
Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	1.839.251	-	419.464	2.258.715
Cartão de Crédito	213.129	-	56.037	269.166
Crédito Consignado	533.066	-	115.741	648.807
Crédito Pessoal	179.023	-	65.180	244.203
Crédito Imobiliário	79.655	-	27.315	106.970
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	-	88.735	578.138
Outros	344.975	-	66.456	411.431
Pessoa Jurídica	877.810	-	49.259	927.069
Câmbio	14.103	-	4.325	18.428
Capital de Giro	141.801	-	8.253	150.054
Conta Empresarial/Garantida	181.335	-	45.441	226.776
Crédito Imobiliário	8.486	-	282	8.768
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	-	29.014	344.596
Outros	216.503	-	(38.056)	178.447
Totalem31/03/2025	2.717.061	-	468.723	3.185.784

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$420.261 está representando a constituição de R\$468.817 líquida da recuperação de crédito anteriormente baixada como prejuízo no montante de R\$48.556.

Do valor da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito para o estágio 3, o montante de R\$115.872 refere-se ao complemento de provisão para atender aos requisitos de provisão mínima incorrida estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

(e) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro como Arrendador

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Individual e Consolidado
			Valor Presente
Circulante (Até 1 Ano)	3.149	(1.702)	2.561
Não Circulante (Entre 1 até 5 Anos)	5.585	(2.916)	3.934
Total em 31/03/2025	8.734	(4.618)	6.495

(f) Direcionamento de Recursos para Aplicação no Crédito Rural

			Individual e Consolidado	
			31/03/2025	
Direcionamento do Manual de Crédito Rural	Subexigibilidade	Fonte de Recursos	Total da Exigibilidade	Total da Exigibilidade (%)
Recursos Obrigatórios (MCR6.2)	Pronaf	Depósito à Vista	294.597	30%
	Pronamp	Depósito à Vista	441.895	45%
	Demais	Depósito à Vista	245.497	25%
Poupança Rural (MCR6.4)		Poupança Rural	433.250	65%
Letras de Crédito de Agronegócios (LCA) (MCR6.7)		LCA	1.679.163	50%

No que se refere eventuais custos por descumprimento das exigibilidades relacionadas aos recursos para aplicação no crédito rural, o Banrisul atualmente não incorre nos referidos custos, visto o cumprimento integral das exigibilidades.

Nota 11 – Outros Ativos Financeiros

	Individual	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses
		31/03/2025
Relações Interfinanceiras	141.941	1.019.997
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	1.019.997
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	133.316	-
Outros	8.625	-
Relações Interdependências	34.606	-
Rendas a Receber	242.113	-
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.127.506
Pagamentos a Ressarcir	55.659	-
Títulos e Créditos a Receber ⁽³⁾	254.817	261.761
Outros	17.572	-
Total	746.708	2.409.264
		3.155.972

	Consolidado		
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/03/2025
Relações Interfinanceiras	3.031.808	1.019.997	4.051.805
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	1.019.997	1.019.997
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	3.023.183	-	3.023.183
Outros	8.625	-	8.625
Relações Interdependências	34.606	-	34.606
Rendas a Receber	125.035	-	125.035
Negociação e Intermediação de Valores	13.088	-	13.088
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.132.426	1.132.426
Pagamentos a Ressarcir	22.627	-	22.627
Títulos e Créditos a Receber ⁽²⁾	262.084	261.761	523.845
Outros	17.577	-	17.577
Total	3.506.825	2.414.184	5.921.009

(1) Créditos vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R\$46.800 refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto pré-prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$970.815 refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- R\$2.382 refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis* no valor de R\$1.017.615. O seu valor de face é de R\$1.021.221. Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber de emissores de cartões (meios de pagamentos) no montante de R\$2.889.867 provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Títulos e créditos a receber são compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, aguardando julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim, a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, cuja liberação depende da decisão final da ação judicial rescisória, totalizaram R\$241.557 e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R\$53.669 relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R\$49.538; e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R\$128.084.

Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

	Individual e Consolidado				
	31/03/2025				
	Sem Vencimento	De 3 a 5 anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	14.374.859	4.488.336	18.863.195	18.810.412
Cotas de Fundos de Investimento	36.291	-	-	36.291	26.882
Outros	21.969	-	-	21.969	21.969
Total ⁽²⁾	58.260	14.374.859	4.488.336	18.921.455	18.859.263

(1) Tratam-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.

(2) Até a data de reporte não houve registro para perda esperada.

Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

	Individual					
	31/03/2025					
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	977.606	325.869	-	1.303.475
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	1.479.884	-	-	1.479.884
Total	-	-	2.457.490	325.869	-	2.783.359

	Consolidado					
	31/03/2025					
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.283.923	325.869	19.432	1.629.224
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	1.479.884	-	-	1.479.884
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.436	-	-	-	-	1.436
Cotas de Fundo de Investimento	240.808	-	-	-	-	240.808
Total	242.244	-	2.763.807	325.869	19.432	3.351.352

Nota 14 – Outros Ativos

	Individual 31/03/2025	Consolidado 31/03/2025
Adiantamentos a Empregados	26.974	27.034
Ativos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (Nota 33e)	172.561	173.017
Devedores Diversos	147.430	169.897
Bens Destinados à Venda	113.192	113.759
Despesas Antecipadas	136.949	177.093
Outros	6.025	10.428
Total	603.131	671.228

Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	01/01/2025	Constituição	Realização	Individual 31/03/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.790.167	364.352	(212.023)	1.942.496
Provisão para Riscos Fiscais	247.844	4.005	(146)	251.703
Provisão para Riscos Trabalhistas	788.737	48.071	(18.282)	818.526
Provisão para Riscos Cíveis	128.515	10.455	(13.960)	125.010
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.242	163	-	5.405
Benefício Pós-Emprego	170.047	-	-	170.047
Outras Provisões Temporárias	234.185	50.379	(64.206)	220.358
Prejuízo Fiscal	136.178	-	(2)	136.176
Total dos Créditos Tributários	3.500.915	477.425	(308.619)	3.669.721
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.500.889	477.425	(308.619)	3.669.695
Obrigações Fiscais Diferidas	(287.939)	(19.440)	11.291	(296.088)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.212.950	457.985	(297.328)	3.373.607

	01/01/2025	Constituição	Realização	Consolidado 31/03/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.790.799	365.272	(212.627)	1.943.444
Provisão para Riscos Fiscais	247.937	4.007	(146)	251.798
Provisão para Riscos Trabalhistas	789.800	48.128	(18.282)	819.646
Provisão para Riscos Cíveis	130.100	10.524	(14.028)	126.596
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.242	163	-	5.405
Benefício Pós-Emprego	170.697	-	-	170.697
Outras Provisões Temporárias	296.802	104.846	(115.719)	285.929
Prejuízo Fiscal	136.784	-	(500)	136.284
Total dos Créditos Tributários	3.568.161	532.940	(361.302)	3.739.799
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.568.135	532.940	(361.302)	3.739.773
Obrigações Fiscais Diferidas	(301.775)	(33.666)	25.553	(309.888)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.266.360	499.274	(335.749)	3.429.885

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

Ano	IR	CSLL	Total	Individual Total Registrados	Consolidado Total Registrado
2025	380.617	304.493	685.110	685.110	700.491
2026	469.766	375.812	845.578	845.578	860.609
2027	325.508	260.406	585.914	585.914	597.068
2028	198.192	158.554	356.746	356.746	364.834
2029	351.618	281.295	632.913	632.913	639.217
2030 a 2032	283.460	226.768	510.228	510.228	524.176
2033 a 2034	29.559	23.647	53.206	53.206	53.378
A partir de 2035	14	12	26	-	-
Total em 31/03/2025	2.038.734	1.630.987	3.669.721	3.669.695	3.739.773

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.722.915 e no Consolidado R\$2.775.326, calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	Individual	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Superveniência de Depreciação	6.667	6.667
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	27.986	27.992
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	-	399
Variação ao Valor Justo Dívida Subordinada – <i>Hedge Accounting</i>	6.374	6.374
Operações Renegociadas Lei nº 12.715/12	164.827	164.827
Superávit Atuarial	90.234	90.389
Outros Débitos Temporários	-	13.240
Total	296.088	309.888

Nota 16 – Investimentos em Coligadas e Controladas

A tabela a seguir apresenta as empresas coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Individual	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Participações em Controladas e Coligadas	3.853.249	196.522
Participações em Controladas	3.656.727	-
Participações em Coligadas	196.522	196.522

	Patrimônio Líquido	Participação do Capital Social (%)	Valor do Invest.	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência	Dividendos e JCP
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	01/01/ a 31/03/2025	01/01/ a 31/03/2025	Pagos/ Provisionados ⁽¹⁾
Empresas Controladas	3.660.235		3.656.727	170.217	170.052	-
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	80.975	99,50	80.569	3231	3.215	-
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	146.367	98,98	144.877	7.483	7.407	-
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	508.479	99,68	506.867	22.914	22.841	-
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	2.677.754	100,00	2.677.754	92.655	92.655	-
Banrisul Seguridade Participações S.A.	246.660	100,00	246.660	43.934	43.934	-
Empresas Coligadas	393.232		196.522	46.509	23.246	2.474
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	60.311	49,90	30.095	3.942	1.967	2.474
Banrisul Icatu Participações S.A.	332.921	49,99	166.427	42.567	21.279	-

	Patrimônio Líquido	Participação do Capital Social (%)	Valor do Invest.	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência	Dividendos e JCP
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	01/01/ a 31/03/2025	01/01/ a 31/03/2025	Pagos/ Provisionados ⁽¹⁾
Empresas Coligadas	393.232		196.522	46.509	23.246	2.474
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	60.311	49,90	30.095	3.942	1.967	2.474
Banrisul Icatu Participações S.A.	332.921	49,99	166.427	42.567	21.279	-

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em rendas a receber pela proporção de participação.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

Nota 17 – Imobilizado de Uso

	Individual						
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Total em 01/01/2025							
Custo	182.050	5.111	315.583	177.021	448.214	24.041	1.152.022
Depreciação Acumulada	(98.255)	-	(156.793)	(95.743)	(299.457)	(20.524)	(670.774)
Valor Contábil Líquido	83.795	5.111	158.790	81.278	148.757	3.517	481.248
Aquisições – Adoção Inicial							
CPC 06(R2)	449.235	-	-	-	8.657	4.007	461.899
Aquisições	14.042	529	10.873	3.548	1.836	47	30.875
Alienações – Baixas Custo	(15.421)	-	-	(1.112)	(7.988)	(6)	(24.527)
Alienações – Baixas da Depreciação	13.390	-	-	995	6.802	6	21.193
Depreciação – Adoção Inicial							
CPC 06(R2)	(224.688)	-	-	-	(5.706)	(468)	(230.862)
Depreciação	(20.081)	-	(2.831)	(1.891)	(9.062)	(366)	(34.231)
Transferências Líquido Custo	(1)	(563)	-	709	(140)	(5)	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(160)	155	5	-
Movimentação Líquida no Período	216.476	(34)	8.042	2.089	(5.446)	3.220	224.347
Total em 31/03/2025							
Custo	629.905	5.077	326.456	180.166	450.579	28.084	1.620.269
Depreciação Acumulada	(329.634)	-	(159.624)	(96.799)	(307.268)	(21.347)	(914.674)
Valor Contábil Líquido	300.271	5.077	166.832	83.367	143.311	6.737	705.595

	Consolidado						
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Total em 01/01/2025							
Custo	198.687	39.498	332.644	187.931	678.530	25.366	1.462.656
Depreciação Acumulada	(103.353)	-	(164.588)	(100.982)	(409.404)	(21.755)	(800.082)
Valor Contábil Líquido	95.334	39.498	168.056	86.949	269.126	3.611	662.574
Aquisições Adoção Inicial CPC							
06(R2)	455.884	-	-	-	8.657	4.007	468.548
Aquisições	14.042	13.171	10.873	3.548	1.836	267	43.737
Alienações – Baixas Custo	(15.421)	(2)	-	(1.292)	(11.860)	(6)	(28.581)
Alienações – Baixas da Depreciação	13.390	-	-	1.174	8.616	6	23.186
Depreciação – Adoção Inicial CPC 06(R2)	(227.384)	-	-	-	(5.706)	(468)	(233.558)
Depreciação	(20.409)	-	(3.127)	(2.088)	(19.502)	(389)	(45.515)
Transferências Líquido Custo	(1)	(13.359)	-	709	12.656	(5)	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(160)	155	5	-
Movimentação Líquida no Período	220.101	(190)	7.746	1.891	(5.148)	3.417	227.817
Total em 31/03/2025							
Custo	653.191	39.308	343.517	190.896	689.819	29.629	1.946.360
Depreciação Acumulada	(337.756)	-	(167.715)	(102.056)	(425.841)	(22.601)	(1.055.969)
Valor Contábil Líquido	315.435	39.308	175.802	88.840	263.978	7.028	890.391

Os contratos de arrendamento mercantil celebrados como arrendatário relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados utilizados nas operações do Banrisul. Em geral, os

contratos apresentam opção de renovação e reajuste anual conforme índice de preços. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	Individual e Consolidado
	31/03/2025
Até 12 Meses	93.075
De 1 a 5 Anos	198.966
Acima de 5 Anos	15.159
Total ⁽¹⁾	307.200

(1) Valores não descontados a valor presente.

Nota 18 – Intangível

	Individual			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 01/01/2025				
Custo	314.697	1.576.337	658	1.891.692
Amortização Acumulada	(196.874)	(1.228.094)	(658)	(1.425.626)
Valor Contábil Líquido	117.823	348.243	-	466.066
Aquisições	1.247	11.350	-	12.597
Alienações – Baixas Custo	-	(393)	-	(393)
Alienações – Baixas da Amortização	-	207	-	207
Amortização do Período	(6.870)	(47.579)	-	(54.449)
Movimentação Líquida no Período	(5.623)	(36.415)	-	(42.038)
Total em 31/03/2025				
Custo	315.944	1.587.294	658	1.903.896
Amortização Acumulada	(203.744)	(1.275.466)	(658)	(1.479.868)
Valor Contábil Líquido	112.200	311.828	-	424.028

	Consolidado			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 01/01/2025				
Custo	315.967	1.576.337	875	1.893.179
Amortização Acumulada	(198.144)	(1.228.094)	(875)	(1.427.113)
Valor Contábil Líquido	117.823	348.243	-	466.066
Aquisições	1.247	11.350	-	12.597
Alienações – Baixas Custo	-	(393)	-	(393)
Alienações – Baixas da Amortização	-	207	-	207
Amortização do Período	(6.870)	(47.579)	-	(54.449)
Movimentação Líquida no Período	(5.623)	(36.415)	-	(42.038)
Total em 31/03/2025				
Custo	317.214	1.587.294	875	1.905.383
Amortização Acumulada	(205.014)	(1.275.466)	(875)	(1.481.355)
Valor Contábil Líquido	112.200	311.828	-	424.028

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público (Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras).

Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Individual 31/03/2025
Depósitos	22.582.611	5.672.007	6.800.577	31.582.905	10.854.753	11.778.111	89.270.964
À Vista	2.854.975	-	-	-	-	-	2.854.975
Poupança	11.141.268	-	-	-	-	-	11.141.268
Interfinanceiros	-	259.036	1.548.815	-	-	-	1.807.851
A Prazo ⁽¹⁾	-	5.412.971	5.251.762	31.582.905	10.854.753	11.778.111	64.880.502
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	8.572.402	-	-	-	-	-	8.572.402
Outros Depósitos	13.966	-	-	-	-	-	13.966
Captações no Mercado Aberto	-	25.466.905	91.382	4.900	-	-	25.563.187
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	841.379	5.277.021	2.555.086	22.622	-	8.696.108
Dívidas Subordinadas (LFSN) ⁽³⁾	-	-	-	-	-	438.035	438.035
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	578.021	1.578.819	152.082	47.814	10.187	2.366.923
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	123.419	610.505	1.206.655	872.514	645.027	3.458.120
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	4.175.085	-	2.860	-	-	4.177.945
Total	22.582.611	36.856.816	14.358.304	35.504.488	11.797.703	12.871.360	133.971.282

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Consolidado 31/03/2025
Depósitos	22.784.970	5.672.007	5.748.383	31.582.905	10.854.753	11.778.111	88.421.129
À Vista	2.841.897	-	-	-	-	-	2.841.897
Poupança	11.141.268	-	-	-	-	-	11.141.268
Interfinanceiros	-	259.036	1.548.815	-	-	-	1.807.851
A Prazo ⁽¹⁾	-	5.412.971	4.199.568	31.582.905	10.854.753	11.778.111	63.828.308
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	8.572.135	-	-	-	-	-	8.572.135
Outros Depósitos	229.670	-	-	-	-	-	229.670
Captações no Mercado Aberto	-	25.364.559	91.382	4.900	-	-	25.460.841
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	836.300	4.914.283	2.147.866	22.622	-	7.921.071
Dívidas Subordinadas (LFSN) ⁽³⁾	-	-	-	-	-	438.035	438.035
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	578.304	1.579.712	154.329	48.656	10.187	2.371.188
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	123.419	610.505	1.206.655	872.514	645.027	3.458.120
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	5.737.375	-	2.860	-	-	5.740.235
Total	22.784.970	38.311.964	12.944.265	35.099.515	11.798.545	12.871.360	133.810.619

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 83,30% e 16,70% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 62,94% possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 34a).

(3) Em 16/09/2022, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), no montante de R\$300.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As LFSN estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do Patrimônio de Referência (PR) do Banrisul, nos termos da Resolução BCB N° 122/21.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas. Também estão incluídas as obrigações por arrendamento mercantil conforme CPC 06(R2).

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

	Individual	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses
		31/03/2025
Relações Interfinanceiras	1.071.106	-
Relações Interdependências	613.697	-
Carteira de Câmbio	23.527	-
Credores por Recursos a Liberar	79.088	-
Transações com Cartões a Pagar	1.224.636	-
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	759.803	-
Outros	403.228	2.860
Total	4.175.085	2.860

	Consolidado	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses
		31/03/2025
Relações Interfinanceiras	896.164	-
Relações Interdependências	613.697	-
Carteira de Câmbio	23.527	-
Negociação e Intermediação de Valores	13.865	-
Credores por Recursos a Liberar	79.223	-
Transações com Cartões a Pagar	1.224.636	-
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.354.688	-
Outros	531.575	2.860
Total	5.737.375	2.860

Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Individual e Consolidado	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses
		31/03/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo (Nota 22)	(205.712)	-
Operações de Swap	(206.121)	-
Operações de Câmbio	(194)	-
Operações Futuros DI	603	-
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	1.723.364	-
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota22)	1.724.634	-
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	(1.270)	-
Total	1.517.652	-

(1) Em 28/01/2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (Tier 2) no mercado externo no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, contratos futuros de DI1 e operações de câmbio, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das variações de taxa de juros e de oscilações cambiais da operação de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 21, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI. A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que a reclassificação dos instrumentos de proteção (*hedge*) ocorrerá a partir de 01/01/2027.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se ajustados contabilmente ao seu valor justo, conforme demonstra a tabela a seguir:

Individual e Consolidado				
Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor de Curva	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo 31/03/2025
Swap		221.725	(15.604)	206.121
Ativo	1.493.020	253.051	(15.604)	237.447
Passivo	(1.493.020)	(31.326)	-	(31.326)
Futuros de DI ⁽¹⁾	1.479.162	1.131.426	347.736	1.479.162

(1) Os valores referenciais dos Futuros de DI estão registrados em contas de compensação.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento:

Individual e Consolidado					
Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor Justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Swap		206.121	-	206.121	-
Ativo	1.493.020	237.447	-	237.447	-
Passivo	(1.493.020)	(31.326)	-	(31.326)	-
Futuros de DI	1.479.162	1.479.162	-	1.479.162	-
Ajuste Líquido Swap 31/03/2025		206.121	-	206.121	-

O Banrisul opera com contratos de DI Futuro, de forma “casada” com aplicações efetuadas em títulos públicos federais que possuem taxa prefixada, de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI, sendo que os ajustes dos preços destes derivativos são contabilizados diariamente no resultado.

O Banrisul também se utiliza da estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) prevista nas normas do Bacen. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Na categoria de *hedge* de risco de mercado, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, descritas na Nota 21.

O Banrisul realiza avaliação quantitativa de efetividade prospectiva do *hedge*, que é determinada por meio do método *Dollar Offset*, também denominado como DV01 (Sensibilidade de 1 *basis point*), que consiste na métrica que demonstra a variação no valor de um título em relação a uma variação na taxa de juros do mercado.

Também é utilizado o método quantitativo *Dollar Offset* (*ratio analysis*) para avaliação da efetividade retrospectiva, ou teste de ineficácia, que compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*. A avaliação da efetividade do *hedge* será realizada de forma direta, sendo que o *forward points* do instrumento de *hedge* e do fluxo de caixa do passivo estão incluídos nos testes.

A tabela a seguir demonstra a estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, evidenciando a efetividade do instrumento na data de reporte. A relação também é evidenciada na Nota 5e.1.

Individual e Consolidado						
31/03/2025						
Hedge e Risco de Mercado	Valor de Referência (US\$)	Index Ativo	Index Passivo	MTM	MTM DV1	Efeito MTM
Instrumento de Hedge						
Swap	200.000	USD+5,375%	100%doCDI	137.135	137.072	63
Swap	100.000	USD+5,375%	100%doCDI	68.986	68.954	32
Total				206.121	206.026	95
Objeto de Hedge						
Tier 2	300.000		USD+5,375%	(1.724.634)	(1.724.538)	(96)
DV01						-99,92%

As operações de derivativos na modalidade *swap* são baseadas em contratos de balcão registrados na B3 e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O Banrisul e as contrapartes, de forma recíproca, estão sujeitas à prestação de garantias reais caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente. A margem depositada pelo Banrisul em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos é composta por depósitos interfinanceiros no valor de R\$216.347.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, as operações de câmbio passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

			Individual e Consolidado
			31/03/2025
Operações de Câmbio	Nocional	Valor Justo	MTM
Compra			
Liquidação Pronta	31.497	31.453	(44)
Liquidação Futura	24.666	25.066	400
Total	56.163	56.519	356
Venda			
Liquidação Pronta	(114.522)	(114.174)	348
Liquidação Futura	(44.166)	(44.676)	(510)
Total	(158.688)	(158.850)	(162)
Resultado	(102.525)	(102.331)	194

Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

(a) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Individual			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.375	1.752.748	285.589	7.455
Constituição e Atualização Monetária	9.371	106.824	13.852	50
Reversão da Provisão	-	-	(7.398)	-
Baixas por Pagamento	(797)	(40.627)	(14.241)	-
Saldo Final em 31/03/2025	857.949	1.818.945	277.802	7.505
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/03/2025	162.754	880.315	84.437	-

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.648	1.755.876	289.917	7.455
Constituição e Atualização Monetária	9.378	106.993	13.983	50
Reversão da Provisão	-	-	(7.528)	-
Baixas por Pagamento	(797)	(40.627)	(14.254)	-
Saldo Final em 31/03/2025	858.229	1.822.242	282.118	7.505
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/03/2025	163.954	884.035	84.437	-

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

As principais causas de natureza fiscal referem-se a:

- IR e CSLL sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na FBSS, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda no montante de R\$829.523; e
- Outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável no montante de R\$1.495.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$797.238 e no Consolidado R\$837.294. Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$137.678, classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R\$110.747 e como perda provável o montante de R\$26.931, que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$781.283 e no Consolidado R\$783.107. Adicionalmente, o valor de R\$99.032 e no Consolidado R\$100.928 foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.050.487 e no Consolidado R\$1.054.827, que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tiquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e também aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$84.437 e no Consolidado R\$84.437.

Existem ainda R\$403.095 e no Consolidado R\$403.297 relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela, cuja condenação permaneceu, houve a reversão da provisão em R\$158.929, restando provisionado o valor de R\$7.505.

(b) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

Nota 24 – Outros Passivos

	Individual	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	209.380	209.380
Obrigações Sociais e Estatutárias	97.266	97.533
Provisão de Pessoal	163.712	164.512
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	177.245	178.536
Credores Diversos	150.926	220.529
Passivos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	483.250	485.163
Provisões para Pagamentos a Efetuar	189.947	227.293
Rendas Antecipadas	113.028	112.925
Outros	1.618	2.738
Total	1.586.372	1.698.609

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 33e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul na data de reporte era de R\$8.000.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/03/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/03/2025	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Outros								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/03/2025	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Total em 01/01/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/03/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:
 - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
 - Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Ações Preferenciais Classe B:
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade.
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$90.000, referente aos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do período de reporte, imputado aos dividendos, líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$40.500.

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 25 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2024 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025
Administração de Fundos	14.427	30.281
Cobrança e Custódia	13.769	13.786
Administração de Consórcios	-	30.984
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	-	134.888
Arrecadação	7.714	7.714
Comissões de Corretagem de Seguros	-	74.407
Cartão de Crédito	56.689	59.024
Serviços de Conta Corrente	147.849	152.252
Resultado de Serviços Cambiais	29.417	29.417
Outras	8.348	17.109
Total	278.213	549.862

Nota 27 – Despesa de Pessoal

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025
Remuneração Direta	324.631	328.362
Benefícios	111.261	111.803
Encargos Sociais	138.507	139.308
Treinamento	367	430
Participações dos Empregados no Resultado	59.612	59.612
Total	634.378	639.515

Nota 28 – Outras Despesas Administrativas

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025
Comunicações	16.782	17.628
Processamento de Dados	61.263	63.052
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	33.036	33.036
Amortização e Depreciação	88.680	99.964
Aluguéis e Condomínios	16.555	16.266
Materiais	2.350	2.372
Serviços de Terceiros	112.465	116.677
Serviços Técnicos Especializados	43.647	47.041
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	37.626	40.737
Manutenção e Conservação de Bens	30.092	30.185
Água, Energia e Gás	9.635	9.823
Serviços do Sistema Financeiro	9.818	10.253
Outras	29.659	32.802
Total	491.608	519.836

(1) É composto principalmente por R\$16.357 e no Consolidado R\$18.456 de despesa com propaganda institucional e R\$20.369 e no Consolidado R\$20.371 de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

Nota 29 – Outras Receitas Operacionais

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	54.668	9.391
Reversão de Provisões Operacionais	2.952	4.154
Tarifas Interbancárias	4.169	4.169
Títulos de Créditos a Receber	6.255	6.268
Receitas Diversas com Cartões	4.688	4.688
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	4.525	5.357
Atualização de Depósitos Judiciais	19.354	19.411
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	-	63.687
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	11.142	11.142
Outras	4.787	6.751
Total	112.540	135.018

Nota 30 – Outras Despesas Operacionais

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025
Descontos Concedidos em Renegociações	11.533	11.533
Despesas com Cartões	3.374	3.374
Convênio INSS	74.313	74.313
Convênios Crédito Consignado	1.994	1.994
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	1.992	1.992
Despesas Associadas a Transações de Pagamento	1.371	34.048
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	3.848	3.848
Atualização Monetária sobre Liberação de Financiamento	2.458	2.458
Bônus Banrisul de Vantagens	9.952	9.952
Tarifas Não Recebidas	4.100	4.100
Serviços de Processamento de Folha de Pagamentos	6.317	6.317
Outras	14.226	17.750
Total	135.478	171.679

Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2025	31/03/2025
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	206.485	294.521
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Vigentes (Nota 3h)	(92.918)	(104.897)
Efeito no Cálculo dos Tributos	127.751	51.855
Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	40.500	40.500
Resultado de Equivalência Patrimonial	86.984	10.461
Outros Valores	267	894
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	34.833	(53.042)
Corrente	(3)	(90.467)
Diferido	34.836	37.425

Nota 32 – Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta o LPA utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	Individual e Consolidado
	01/01 a
	31/03/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores – R\$ Mil	241.318
Ações Ordinárias	121.000
Ações Preferenciais A	810
Ações Preferenciais B	119.508
Média Ponderada das Ações em Circulação	408.974.477
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação – R\$	
Ação Ordinária	0,59
Ação Preferencial A	0,59
Ação Preferencial B	0,59

Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes – empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários – mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8 da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ)

como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Instrução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 363/23.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31/12/2024 e 2023, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 31/12/2024	PBI	Planos de Previdência (% a.a)				Planos de Saúde (% a.a) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	-	2,67	2,31	2,23	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96
Taxa de Desconto Nominal	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,80	4,96	7,76	7,38	7,30	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,76
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,27	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	6,01	6,01	4,96
Hipóteses Econômicas – 31/12/2023	PBI	Planos de Previdência (% a.a)				Planos de Saúde (% a.a) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	5,34	5,37	5,35	5,38	5,35	5,44	5,44	5,44	5,35
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	5,34	5,37	5,35	5,38	5,35	5,44	5,44	5,44	5,35
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	0,66	n/a	6,06	2,01	0,41	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	6,06
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90
Taxa de Desconto Nominal	9,45	9,48	9,46	9,49	9,46	9,55	9,55	9,55	9,46
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	9,45	9,48	9,46	9,49	9,46	9,55	9,55	9,55	9,46
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	4,59	3,90	10,20	5,99	4,33	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	10,20
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,21	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	4,94	4,94	3,90

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas – 31/12/2024	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência							
PBI	AT – 2000 suavizada (-10%) por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI 2015-2023	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência Saldado 2015-2023	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV II 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT-2000 suavizada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV III (2019-2023)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde ⁽¹⁾							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Não Aplicável
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Não Aplicável
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não Aplicável

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD - Plano Odontológico e PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas – 31/12/2023	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência PBI	AT – 2000 (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI e FBPREV III 2015-2022	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	A Conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem). Concedido: Família Real
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Saldado 2015-2022	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	A Conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem). Concedido: Família Real
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	Winklevoss	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV II 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT – 2000 (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas	Experiência PBI e FBPREV III 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde ⁽¹⁾ PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Não Aplicável
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não Aplicável

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD - Plano Odontológico e PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência em 31/12/2024.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 308/24, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por

invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1% a 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Varição na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 31/12/2024 e 2023 são as seguintes:

31/12/2024		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	-	-	0,21
Renda Fixa	79,17	76,81	76,18	78,06	83,21	98,44
Renda Variável	7,23	4,77	3,89	3,16	6,28	1,35
Imóveis	6,17	3,71	-	1,32	4,8	-
Outros	7,42	14,71	19,92	17,46	5,71	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

31/12/2023		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	0,01	-	0,03
Renda Fixa	70,15	75,51	83,56	79,81	85,46	98,26
Renda Variável	6,92	4,35	0,91	1,84	5,73	1,71
Imóveis	5,48	3,42	-	1,32	4,48	-
Outros	17,44	16,72	15,52	17,02	4,33	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$7.826 (31/12/2023 – R\$9.681) e imóveis alugados com um valor justo de R\$163.762 (31/12/2023 – R\$156.142).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 31/12/2024 e 2023, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 31/12/2024 e 2023 e de acordo com o CPC 33(R1), é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	31/12/2024	31/12/2023
Planos de Previdência		
PBI	332.368	376.813
PBS	3.157	203.355
FBPREV	(2)	(2)
FBPREV II	(68)	(63)
FBPREV III	24.639	34.245
Planos de Saúde	(172.947)	(110.969)
Prêmio Aposentadoria	123.321	162.215
Total	310.468	665.594

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31/12/2024 e 2023 e de acordo com o CPC 33(R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Valor Justo dos Ativos do Plano ⁽¹⁾	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	332.368	3.157	(18.413)	(80.707)	(9.482)	(187.035)	123.321
Efeito do Teto de Ativo	-	-	18.411	80.639	-	14.088	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	34.121	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Valor Justo dos Ativos do Plano ⁽¹⁾	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	376.813	203.355	(11.977)	(38.828)	34.245	(110.969)	162.215
Efeito do Teto de Ativo	-	-	11.975	38.765	-	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215

(1) No segundo semestre de 2023, a Cabergs promoveu a segregação de saldos do Fundo Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), para Fundo Reserva Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), fundo este que não poderá ser utilizado sem prévia e formal autorização do Banrisul na condição de Associado Patrocinador Instituidor.

Resultado no Período – 01/01/2024 a 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.833	13.418
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.295	5.279	695	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032

Resultado do Exercício – 01/01/2023 a 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	(2.030)	(304)	(9)	2.085	5.944
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	130.439	142.782	1.876	19.552	35.937	20.872	14.205
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(89.961)	(124.868)	(3.282)	(23.783)	(32.339)	(63.174)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.090	4.153	-	20.091	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	40.504	17.914	(2.346)	(382)	3.589	(20.126)	20.149

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	5.141	36.595	33.426	14.088	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	2.838	(16.497)	(3.679)	(40.492)	70	324.278	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	9.597	82.553	5.299	46.759	2.987	2.758	16.795
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.963	(5.341)	-	(216.877)	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	12.435	66.056	3.583	926	3.057	110.159	16.795

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)
Contribuições do Empregador	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	(13.485)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.127)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	353.432	122.931	(2)	(56)	29.361	(188.799)	151.386
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	40.504	17.914	(2.346)	(382)	3.589	(20.126)	20.149
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	12.435	66.056	3.583	926	3.057	110.159	16.795
Contribuições do Empregador	(29.558)	(3.546)	(1.237)	(551)	(1.762)	(12.203)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(26.115)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	201.324	121.088	1.990	19.880	39.666	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(77.155)	(8.037)	(695)	(177)	(2.461)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(895.275)	(1.208.491)	(26.602)	(220.984)	(320.217)	(574.384)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	199.009	114.982	2.070	18.715	38.289	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(58.446)	(3.556)	(1.291)	(558)	(1.693)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(29.558)	(3.546)	(1.237)	(551)	(1.762)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(89.961)	(124.868)	(3.282)	(23.783)	(32.339)	(63.174)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	2.838	(16.497)	(3.679)	(40.492)	70	324.278	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Contribuições de Participante Realizadas no Período	77.155	8.037	695	177	2.461	-	-
Juros sobre Obrigação Actuarial	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.832	13.418
Benefícios Pagos no Período	(201.324)	(121.088)	(1.990)	(19.880)	(39.666)	(13.484)	(6.127)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.707	1.331.422	17.678	180.975	349.578	188.799	151.386
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	(2.030)	(304)	(9)	2.085	5.944
Contribuições de Participante Realizadas no Período	58.446	3.556	1.291	558	1.693	-	-
Juros sobre Obrigação Actuarial	130.439	142.782	1.876	19.552	35.937	20.872	14.205
Benefícios Pagos no Período	(199.009)	(114.982)	(2.070)	(18.715)	(38.289)	(12.203)	(26.115)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	9.597	82.553	5.299	46.759	2.987	2.758	16.795
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	(36)	-	203	300	1	1.496	3.718
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	134.603	148.414	2.355	24.291	36.552	21.231	12.817
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(94.296)	(148.589)	(4.825)	(34.495)	(37.951)	(45.967)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	2.375	10.196	4.407	1.799	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	40.271	(175)	108	292	3.009	(21.441)	16.535

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	45.976	9.353	777	-	2.796	13.753	-
Contribuições do Participante	78.651	9.353	777	-	2.796	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	213.826	128.621	2.469	19.140	39.516	13.753	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	52.317

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2025	213.826	128.621	2.469	19.140	39.516	13.753	52.317
2026	200.727	124.947	1.901	18.126	36.765	13.661	11.173
2027	195.496	123.448	1.897	17.981	35.652	13.942	9.930
2028	188.894	121.546	1.858	17.771	34.492	14.164	8.457
2029	183.873	119.572	1.835	17.588	33.304	14.409	10.934
2030 a 2034	809.013	563.101	9.007	84.451	147.606	72.143	19.089

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duration (em anos)	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
31/12/2024	7,43	9,36	8,18	9,88	8,08	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,21	11,54	5,83
31/12/2023	8,14	10,13	9,09	10,57	8,78	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,95	12,55	8,49

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	109	295	4801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	2.948	2.857	4.922	4.730	1.554	8.622	3.274	13.503	9.360

Quantidade de Participantes – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	114	318	4.897	2.526	102	1.437	312	7.186	9.138
Assistidos	2.884	2.559	106	2.237	1.469	7.366	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	3.082	6.556	-
Total	2.998	2.877	5.003	4.763	1.571	8.803	3.394	13.742	9.138

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(35.081)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	37.349
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(26.779)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.191
PBS		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(50.051)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	53.983
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(31.267)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	34.840
FBPREV		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(663)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	710
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(936)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	943
FBPREV II		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.420)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.118
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(2.683)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.026
FBPREV III		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.277)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.992
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(7.612)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.306
Planos de Saúde		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(7.824)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.560
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.913)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.367
Prêmio Aposentadoria		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(2.860)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.084
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(216)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	217

Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. O saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12; artigo 11, §1º, da Lei nº 9.289/96; e artigo 12 da Lei nº 8.177/91, totalizavam na data de reporte R\$15.447.862, dos quais R\$9.895.835 foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a Legislação vigente.

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Individual e Consolidado
	31/03/2025
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	19.104.356
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	63.427
Fundos de Ações	124.561
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.056
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	14.169.026
Carteiras Administradas	468.177
Total	33.939.603

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável, na data de reporte, pela administração de 135 grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem 78.887 consorciados ativos.

Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas

- Estado do Rio Grande do Sul: em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou com o Estado do Rio Grande do Sul, com sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento gerada pelo Estado do Rio Grande do Sul, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário mantida com o Banrisul para o crédito de vencimentos e salários de servidores, empregados públicos civis e militares, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo como preço o montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste apurado, conforme definido no contrato, foi de R\$48.781, valor esse que está sendo diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do Rio Grande do Sul na data de 23/07/2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;
- Coligadas do Banrisul:
 - Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado; e

- Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.
- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Individual	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/03/2025	01/01 a 31/03/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(14.543.635)	(447.526)
Outros Ativos	5.022	-
Depósitos à Vista	(379.253)	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(14.169.026)	(446.827)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(346)	(699)
Outros Passivos	(32)	-
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(2.677.684)	(12.468)
Títulos e Valores Mobiliários	9.831	-
Outros Ativos Financeiros	156.755	-
Outros Ativos	33.452	45.334
Depósitos à Vista	(12.992)	-
Depósitos a Prazo	(1.051.711)	(27.697)
Captações no Mercado Aberto	(102.345)	(2.916)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(775.037)	(24.372)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽²⁾	(934.716)	-
Outros Passivos	(921)	(2.817)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(1.677)	(3.918)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(1.677)	(3.918)
Outros Passivos	-	-
Total	(17.222.996)	(463.912)

	Consolidado	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/03/2025	01/01 a 31/03/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(14.543.635)	(447.526)
Outros Ativos	5.022	-
Depósitos à Vista	(379.253)	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(14.169.026)	(446.827)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(346)	(699)
Outros Passivos	(32)	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(1.677)	(3.918)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(1.677)	(3.918)
Total	(14.545.312)	(451.444)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(2) Referem-se principalmente a direitos a receber referente a Banricompras e cartões das bandeiras Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração à Administração, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	Individual e Consolidado
	01/01 a
	31/03/2025
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	5.968
Remuneração	4.651
Encargos Sociais	1.317
Benefícios Pós-Emprego	258
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	258
Total	6.226

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e será pago prêmio de seguro no montante de R\$2.000 em 28/04/2025.

(c) Participação Acionária

Para a data de reporte os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração, do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 10.422 ações, conforme Nota 25a.

Nota 36 – Outras Informações

a) Resultado não Recorrente

O Banrisul considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Até a data de reporte, não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

Relatórios

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco, em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o período de três meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 (b) às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos*Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas*

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e foram apresentadas separadamente pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. nessa data, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, sem modificação, com data de 12 de maio de 2025.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - DVA referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 12 de maio de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
FERNANDO POSTAL
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
MARCIA ADRIANA CELESTINO
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

ADRIANO CIVES SEABRA
EDUARDO CUNHA DA COSTA
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
JORGE LUIS TONETTO
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MARCELO WILLMSSEN
RAFAEL ANDRÉAS WEBER
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

